



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO**

ROSIANE PINHEIRO PALHETA

**MOVIMENTOS SOCIAIS E REIVINDICAÇÕES POPULARES
EM TORNO DAS EMPRESAS DE TRANSFORMAÇÃO
MINERAL EM BARCARENA: um estudo da atuação das
associações de moradores e trabalhadores rurais**

***Belém
2004***



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO**

ROSIANE PINHEIRO PALHETA

**MOVIMENTOS SOCIAIS E REIVINDICAÇÕES POPULARES
EM TORNO DAS EMPRESAS DE TRANSFORMAÇÃO
MINERAL EM BARCARENA: um estudo atuação das
associações de moradores e trabalhadores rurais**

*Dissertação apresentada ao Núcleo
de Altos Estudos Amazônicos, para
obtenção do grau de Mestre em
Planejamento do Desenvolvimento.
Orientador: Prof. Dr. Armin Mathis*

**Belém
2004**

Ficha catalográfica elaborada por Vivyanne R. das Mercês

Palheta, Rosiane Pinheiro.

Movimentos sociais e reivindicações populares em torno das empresas de transformação mineral em Barcarena: um estudo da atuação das associações de moradores e trabalhadores rurais./ Rosiane Pinheiro Palheta. – 2005.

140f: il.; 23 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Belém, 2005.

Inclui bibliografias

1. Comunidade urbana – População rural –Barcarena (PA). 2. Movimentos sociais – População – Barcarena (PA). 3. Albrás – Alunorte – Barcarena (PA). I. Título.

CDD 21.ed. 307.767098115



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO**

ROSIANE PINHEIRO PALHETA

**MOVIMENTOS SOCIAIS E REIVINDICAÇÕES POPULARES
EM TORNO DAS EMPRESAS DE TRANSFORMAÇÃO
MINERAL EM BARCARENA: um estudo da atuação das
associações de moradores e trabalhadores rurais**

*Dissertação apresentada ao Núcleo de Altos
Estudos Amazônicos, para obtenção do grau
de Mestre em Planejamento do
Desenvolvimento.*

Orientador: Prof. Dr. Armin Mathis

Defesa: Belém – Pa 25.10.2004
Conceito: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Armin Mathis
Núcleo de Altos Estados Amazônicos/NAEA-UFPA
Orientador

Prof. Profa. Dra. Rosa Acevedo Marin
Núcleo de Altos Estados Amazônicos/NAEA-UFPA
Examinador interno

Profa. Dra. Maria José de Souza Barbosa
Centro Sócio Econômico/CSE-UFPA
Examinador externo

À minha mãe **Odete Pinheiro Palheta**, pelo amor que me tem dedicado todos os dias, pela força e encorajamento nas horas difíceis (a você dedico o meu amor).

À amiga **Neusa**, que com sua mais notável grandeza de alma, cedeu-me o espaço mais íntimo de sua vivência que possibilitou a conclusão deste trabalho, além do apoio, carinho, atenção e amizade verdadeira que foi essencial no momento de extremas incertezas.(a você dedico a minha amizade)

À minha princesinha **Alana**, que é o maior presente que já pude receber e a mais sublime prova do amor de Deus na minha vida.(a você dedico a minha vida).

AGRADECIMENTOS

A Deus pela sua infinita misericórdia ao me conceder essa oportunidade.

Ao Prof. Dr. Armin Mathis, pela orientação e conhecimentos transmitidos no decorrer de dois anos, pela atenção, compreensão e amizade.

A todos os funcionários do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), (da xerox à coordenação) pela atenção de todos os dias durante o curso.

Aos técnicos e profissionais das empresas Albrás e Alunorte, especialmente a Adriane pela disposição e presteza na cessão de informações essenciais à realização deste trabalho.

A toda minha família, ao meu pai Dário, aos meus irmãos Renato, Ricardo, Ronald e Rosilene, aos meus sobrinhos queridos, Vítor, Daniel e Natanael pela infinita alegria de vossa presença em minha vida e à minha cunhada e amiga Elaine pela amizade de longos anos e tantos momentos compartilhados.

À amiga Érica, com quem dividi momentos felizes e difíceis durante a realização deste trabalho e que se tornou minha irmã.

Ao amigo Vicente pela amizade, disposição e essencial contribuição a finalização deste trabalho.

Às amigas Karla e Rúbia pela mais sincera amizade demonstrada, com as quais tenho partilhado os momentos mais importantes e com as quais posso contar nas alegrias, adversidades e tropeços da vida.

Ao Josiel Pinto, pela disposição e apoio na realização do trabalho de campo.

Aos amigos e colegas de Mestrado, em especial a Márcia, Socorro, Sandro, Dion, Rosilene e Eduardo, com quem vivenciei momentos ricos de descontração e de aprendizado que jamais serão esquecidos.

Aos professores do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, em especial à Maria Célia Coelho, Rosa Marin, Maurílio Monteiro, Thomas Hurtienne e Edna Castro, pelos valiosos conhecimentos transmitidos através das disciplinas ministradas no curso.

Aos integrantes do movimento popular de Barcarena que se dispuseram a contribuir com este estudo, buscando em suas memórias fatos imprescindíveis que contribuíram sobremaneira para o alcance dos objetivos deste trabalho.

“As classes populares se organizam numa extrema variedade de planos, segundo lugar de trabalho ou de moradia, segundo algum problema específico que as motiva ou segundo algum princípio comunitário que as agrega. Em cada forma de organização se manifesta a obsessiva preocupação com a própria autonomia. Suas formas de expressão são as mais variadas, mas privilegiam as ‘ações diretas’, através das quais manifestam suas vontades. Por isso tudo são intermitentes, mutáveis, ágeis, tanto quanto instáveis”.

(Eder Sader)

PALHETA, R. P. **Movimentos sociais e reivindicações populares em torno das empresas de transformação mineral em Barcarena**: um estudo da atuação das associações de moradores e trabalhadores rurais. Belém, 2004. Dissertação de Mestrado – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA, Belém, 2004.

RESUMO

A pesquisa trata da atuação dos movimentos sociais ocorridos no entorno do complexo industrial de Barcarena, após a implantação das empresas Albras, Alunorte e Pará Pigmentos, que deram origem às associações de moradores e produtores rurais. O objetivo é a identificação dos principais movimentos surgidos e existentes, analisando-os à luz da Teoria dos Novos Movimentos Sociais. A partir de uma pesquisa exploratória, alicerçada no referencial bibliográfico, busca-se ainda verificar as vertentes pelas quais enveredaram os movimentos sociais que deram origem às entidades representativas no município. A pesquisa de campo realizou-se entre os anos de 2003 e 2004 junto a 15 associações existentes em Barcarena e que envolvem 18 comunidades rurais e urbanas, onde aplicou-se questionários para verificar como estas encaminhando suas reivindicações e se relacionando com os poderes locais. Foram realizadas ainda entrevistas com técnicos das empresas e da Prefeitura e com antigos moradores. Dentre os resultados da análise de dados, pode-se afirmar há uma diferença entre as aspirações dos movimentos sociais urbanos e rurais, mas as principais reivindicações referem-se a melhoria da infraestrutura, saúde, educação e desenvolvimento agrícola. A identificação dos principais movimentos sociais em Barcarena foi um dos resultados esperados no decorrer da pesquisa, pois não se pode afirmar que exista um típico movimento social em Barcarena que faça contraponto às empresas no sentido de protesto, mas o movimento existe e é bastante ativo nos moldes dos novos movimentos sociais. Conclui-se que no enfrentamento cotidiano entre empresas e comunidades, o que prevalece é a categoria de movimento popular, onde as reivindicações coletivas voltam-se para a melhoria das condições de vida e de aspectos que envolvem seu cotidiano, além, é claro, da defesa de seu modo de produção e reprodução de vida.

Palavras-Chave: Movimento Social, Grandes Projetos, Participação Popular, Transformação Social.

ABSTRACT

The research talks about the role of the social movements that occurred in the surroundings of the Barcarena industrial complex, after the installation of the companies; Albras, Alunorte and Para Pigmentos, who created the association of residents and rural workers. The objective is to identify the principal emerging and existent movements, analyzing them based on the new social movement theory. Based on a exploratory research, it looks to identify the routs through where are being guided the social movements, which gave origin to the representative institutes in the municipality. The field research was done between 2003 and 2004 together with 15 existing associations from Barcarena which involve 18 rural and urban communities, where questionnaires where implied in order to verify how these communities make their demands and their relationship with the local authorities. Interviews where established with technicians from the companies, the town hall, and with elder citizens. Amongst the analyzed results of data, it can be said that there is a difference between the aspirations of the urban and rural social movements, but principal demands where towards an improvement in the infrastructure, health, education, and agricultural development. An identification of the main social movements in Barcarena was an expected result though out the research, since it cant be affirmed that there exists a social movement in Barcarena that opposes the companies in way as to protest, but the movement does actively exist molding new social movements. It can be concluded that in the daily confrontation between companies and communities, what prevails is the category of popular movement, where these collective demands are directed towards the improvement of life conditions and daily aspects, together with de defense of their own production and reproduction of life.

Key Words: Social Movements, Big Projects, Popular Participation, Social Transformation.

LISTA DE TABELAS

	p
Tabela 1- Síntese municipal- Barcarena	76
Tabela 2- Escolas com dependência administrativa Estadual 97-98-99	76
Tabela 3- Escolas com dependência administrativa municipal 97-98-99	77
Tabela 4- Escolas com dependência administrativa privada 97-98-99	77
Tabela 5- Número de professores por modalidade de ensino 96, 97, 98	78
Tabela 6- Número e matrículas, índice, valor repassado e previsto-Fundef	78
Tabela 7- Unidade de atendimento 98	78
Tabela 8- Leitos e equipamentos de saúde	79
Tabela 9- Taxa de natalidade, mortalidade e mortalidade materna, infantil e fetal 95-98	80
Tabela 10- Corpo clínico e pessoal auxiliar	80
Tabela 11 - função dos entrevistados na organização	83
Tabela 12 - Tempo de moradia	84
Tabela 13 - Origem dos entrevistados	84
Tabela 14 - Grau de escolaridade dos entrevistados	86
Tabela 15 - Profissão dos entrevistados	86
Tabela 16 - Trabalha nas empresas locais ou terceirizadas	87
Tabela 17 - Função dos entrevistados	81
Tabela 8 - Tempo de moradia	82
Tabela 9 - Origem dos entrevistados	85
Tabela 10 - Grau de escolaridade dos entrevistados	86
Tabela 11 - Profissão dos entrevistados	87
Tabela 12 - Número de associados	89
Tabela 13 - Formas de participação dos moradores	90
Tabela 14 - Participação em outras organizações ou movimentos	92
Tabela 13 - Acesso a serviços públicos	92
Tabela 14 - Estabelecimentos de saúde no município de Barcarena	93
Tabela 15 - Ensino e rede escolar	94
Tabela 16 - Organizações existentes	95
Tabela 17 - Tem projetos sociais sendo desenvolvidos	96
Tabela 18 - Formas de participação nos projetos desenvolvidos pelas empresas	97
Tabela 19 - A comunidade já elaborou projetos sociais?	98
Tabela 20 - Conhece projetos sociais desenvolvidos em Barcarena?	98
Tabela 21 - Opinião dos entrevistados sobre participação	100

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sítio São Lourenço	56
Figura 2 – Fábrica de costura do bairro do Laranjal	59
Figura 3 - Casas construídas para abrigar os desapropriados	62
Figura 4 - Projeto de horto de plantas medicinais da Pará Pigmentos na comunidade de Curuperé	64
Figura 5 – Área em construção do reassentamento do Curuperé	65
Figura 6 – Posto médico do Laranjal	67
Figura 7 – Casa e igreja em construção no reassentamento “Nova Vida”	72
Figura 8 – Centro comunitário construído pelo PAFAM	88
Figura 9 – Sindicato de trabalhadores rurais de Barcarena	96
Figura 10-Projeto social da Alunorte na comunidade de Massarapó	107
Figura 11- Escola construída por reivindicação dos moradores do Vai quem quer	109
Figura 12- Máquinas a serem utilizadas na fabricação	109
Figura 13- Centro comunitário da comunidade de São Francisco	115
Figura 14- Associação dos moradores de São Lourenço	115
Figura 15- Escolas da CDI	127
Quadro 1 - Características dos antigos e novos movimentos sociais	45
Quadro 2 - Esquema do processo de mudança em Barcarena e origem dos movimentos sociais	74
Quadro 3- Associações pesquisadas	87
Quadro 4 - Tipologia analítica dos movimentos sociais em Barcarena	110
Quadro 5- Opinião dos entrevistados sobre participação	118

LISTA DE SIGLAS

ADEBAR –	Associação dos Desapropriados de Barcarena
ALBRAS –	Alumínio Brasileiro S/A
ALUNORTE –	Projeto Alumina do Norte do Brasil S/A
ASTRC –	Associação dos Produtores Rurais de Curupé
CAB –	Colônia Agrícola do Bacuri
CAICB –	Centro Agrícola Integral e Comunitário
CEBS –	Comunidades Eclesiais de Base
CDI-PA –	Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará
CDI -	Comitê de democratização da Informática
CODEBAR –	Companhia de Desenvolvimento de Barcarena
COOPSAI -	Cooperativa de Serviços Agroflorestais e Industriais
EMBRAPA –	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária do Pará
ITERPA –	Instituto de Terras do Pará
RCC –	Rio Capim Caulim
BNDES –	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social
SAGRI-PA –	Secretaria Especial de Agricultura do Pará
STRB –	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barcarena
PAFAM –	Programa de Agricultura Familiar Mecanizada

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
2. MOVIMENTOS SOCIAIS OU MOVIMENTOS POPULARES: Para Além de uma Conceituação Teórica	20
2.1. As Teorias Que Embasam e Conceito de Movimento Social	20
2.2. O Controvertido Conceito de Movimento Social.....	31
2.3. A Teoria dos Novos Movimentos Sociais.....	37
3. QUANDO VELHOS PERSONAGENS SAEM DE CENA: Resgate Histórico e Gênese dos Movimentos Sociais em Barcarena	45
3.1. O Cenário Histórico dos Movimentos Sociais: Anos 70 e 80	46
3.2. O Processo de Mudança no Cotidiano das Populações a Partir da Implantação das Empresas: A Construção de uma Identidade	50
3.3. Origem e implicações dos movimentos sociais	61
4. LUTAS E EXPERIÊNCIAS DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS EM TORNO DAS EMPRESAS DE TRANSFORMAÇÃO MINERAL	80
4.1. Perfil dos entrevistados	81
4.2. Caracterização e Desenvolvimento das Associações.....	85
4.3. A Participação Popular nos Movimentos Sociais e a Relação com as empresas	96
4.3.1. A Participação Direta.....	97
4.3.2. A Participação Indireta.....	100
5. POR UMA TIPOLOGIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM BARCARENA	111
5.1. Os diretamente atingidos: A Associação dos Desapropriados de Barcarena	117
5.2. Um movimento social “urbano” em Barcarena	121
5.3- O movimento dos trabalhadores rurais	123
5.4- Um tipo “novo” de movimento em Barcarena	125
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134

1 INTRODUÇÃO

O trabalho faz uma análise empírico-analítica dos movimentos sociais que surgiram em decorrência da implementação do complexo Albras-Alunorte em Barcarena que ocasionou desapropriações e remanejamentos das populações que ocupavam o território a ser ocupado pelas empresas de transformação mineral provocou uma mudança radical no modo de vida dessas populações e nas relações sociais existentes.

Estudar os movimentos sociais não é tarefa fácil uma vez que trata-se de um tema amplo e controverso por diversos fatores. Em primeiro lugar, as inúmeras teorias que embasam os estudos estão ancoradas em realidades distantes da realidade brasileira, onde os fenômenos associativos se desenvolveram sob fatores diferenciados. Em segundo lugar, as transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas em nível global têm modificado substantivamente a manifestação desses fenômenos tanto ao nível das reivindicações quanto do formato e contribuição para as diferentes realidades onde se apresentam, levando a divergentes interpretações a respeito do pode se constituir ou não um movimento social.

A construção da sociedade democrática e do Estado de direito deve-se às diferentes manifestações coletivas que ocorreram nas décadas anteriores, notadamente nas décadas de 70 e 80 que culminaram com o reconhecimento do “direito a ter direitos” dando origem a uma nova era, modificando ao mesmo tempo as formas como os movimentos sociais passaram a se apresentar, levando muitos estudiosos a proclamarem a decadência desses movimentos.

A partir desse período percebe-se um decréscimo de estudos a respeito dos movimentos sociais e os estudos voltam-se para as novas formas de organizações coletivas como as Ong's e as redes de movimentos sociais.

Essa questão no Brasil é percebida através da literatura existente sobre o tema no qual a maioria das publicações trata de experiências ocorridas naquele contexto, onde os movimentos ganhavam visibilidade através de revoltas, protestos ou de “quebra-quebras”¹ o que não coincide com as manifestações atuais, mais tênues e não mais revestidas de caráter revolucionários, o que pode ter levado a interpretação perderem sua razão de ser, mas o fato é que os movimentos sociais ao longo do tempo sofreram diversas mudanças e apresenta diversas nuances na dinâmica da sociedade contemporânea.

Quanto ao conceito de movimento social, há uma controvérsia entre os teóricos uma vez que o debate se polariza entre os que acreditam que movimento social só pode ser considerado aquele com caráter de protesto desconsiderando outras formas de ação coletiva enquanto movimento social e aqueles que consideram as formas atuais de manifestações sociais- a exemplo das associações e organizações da sociedade civil (Ong’s)- como uma das formas contemporâneas existentes de movimento social.

Em decorrência dessa grande diversidade e contraditoriedade houve a necessidade de um balanço sobre a produção teórica e dos principais estudos realizados sobre o tema e uma rápida incursão sobre as teorias que têm servido de suporte para o estudo dos movimentos sociais no Brasil. No caso dos movimentos sociais em Barcarena, é interessante verificar como se originaram, quais os processos que levaram a formação de identidades coletivas e como foram alteradas as identidades pré-existentes. O trabalho pretendeu fazer um resgate desses movimentos para que fosse possível perceber as implicações e influências nas formas de relacionamento estabelecido entre empresa, o poder público e as comunidades locais.

As novas relações sociais estabelecidas entre as populações, as empresas e o poder público municipal, modificam na medida em que as ações do poder público e privado na desocupação e reocupação do espaço se processa, interferindo e modificando a vida de parte considerável da população que habita o espaço, hoje ocupado pelas empresas. Modifica-se a maneira de viver, altera-se o

¹ A esse respeito consultar Nunes (1985), Valladares (1985), Caccia Bava (1988) e Moisés e Martinez-Alier (1978).

modo de relacionamento com a terra e o meio ambiente e transformam-se também as relações sociais. Essa se constitui numa das muitas faces do objeto escolhido para estudo consubstanciam-se, revelando-se e escondendo-se nos movimentos da sociedade local.

Nas formas de organização da comunidade, as populações buscam se organizar para reivindicar direitos negados no decorrer do processo de instalação dos empreendimentos e em decorrência da forma autoritária com que foram implementados. A transformação que a modernização do grande capital trouxe ao município, traz repercussões diretas ao cotidiano da população- que em sua maioria, eram trabalhadores rurais e passam a ser trabalhadores urbanos- e transforma também as necessidades da população onde a estrutura deveria possibilitar a reprodução de suas condições de vida atual. A proposta de trabalho é uma tentativa de compreender as formas de organização originadas nas áreas que foram impactadas pelo processo de implementação das empresas Albrás-Alunorte, Pará Pigmentos e Rio Capim Caulim no município de Barcarena.

A pesquisa, enquanto atividade acadêmica, associada aos estudos já realizados sobre o tema, possibilitou a reflexão de que os trabalhos produzidos sobre a área ainda são insuficientes para o entendimento de todas as implicações e determinantes das mudanças ocorridas com a implantação dos grandes projetos em Barcarena e não contemplam a questão dos movimentos sociais e organizações coletivas surgidas em decorrência desse processo.

Portanto, o estudo das formas de ação coletiva, resultantes dos processos expropriatórios das populações que moravam em áreas de interesse das empresas, pode contribuir para o debate sobre os movimentos sociais num contexto onde se confrontam constantemente não somente com o poder público, mas principalmente com uma outra forma de poder (representado pelas empresas locais) numa área em que são nítidas as contradições entre o moderno e o tradicional.

Nesse sentido, a pesquisa objetivou analisar as mudanças ocorridas nas formas de organização social e política das comunidades a partir da implantação dos grandes projetos no atual contexto de expansão das empresas e de aumento de suas ações em projetos sociais nessas comunidades com o apoio do poder público

local. O objetivo é analisar o impacto de estruturas modernizantes num contexto de relações sociais tradicionais e suas implicações no desenvolvimento das comunidades atingidas pelos grandes projetos.

Uma vez que essas populações não estão e nem são preparadas para uma realidade onde predomina a lógica da modernização, elas acabam ficando excluídas dos possíveis benefícios decorrentes da nova realidade, por não terem sido incluídas nos planos autoritários de implantação das empresas e por não terem sido consultadas para discutirem sobre os prováveis problemas que a desapropriação implicava e nem sobre as possibilidades e alternativas para os problemas que implicava o remanejamento.

O impacto do moderno no tradicional põe em evidência a falta de clareza quanto aos direitos inerentes às famílias desapropriadas, põe em evidência também o total desconhecimento da realidade vivenciada pelas populações do município e a importância da sua participação no processo de decisão sobre o futuro dos seus próprios destinos.

Como os movimentos sociais têm se constituído no decorrer do processo de implementação dos grandes projetos? Como vem sendo construída a relação entre o poder público, as empresas e os movimentos sociais locais? É possível afirmar que os movimentos têm influenciado nas ações das empresas junto às comunidades do seu entorno? Será que eles se apresentam como os movimentos sociais do passado ou se constituem como os novos movimentos sociais? Essas são algumas indagações pertinentes para a realização da pesquisa e permitindo dessa forma uma tipologia dos movimentos sociais e, ao mesmo tempo refletir teoricamente a respeito do tema.

Dentre os vários problemas enfrentados no decorrer da investigação, o maior deles refere-se às vacilações e indefinições do objeto de pesquisa. Inicialmente me propus a investigar o modo as comunidades têm reagido e se organizado após a implementação do complexo industrial de Barcarena, porém a amplitude do campo de investigação e as ambigüidades ocultas do objeto de pesquisa revelaram a necessidade de aprofundamento das questões teóricas para melhor clareza do problema a ser investigado.

Foi necessário também um longo percurso de pesquisa exploratória que envolveu visitas à área locus do estudo bem como às empresas que compõem o complexo industrial de Barcarena. Foram muitos questionamentos e dúvidas até chegar a um maior delineamento do objeto de pesquisa e o caminhos a serem trilhados para o alcance dos objetivos da investigação.

O objeto então foi definido em torno das características das novas relações sociais estabelecidas sob a forma de movimentos sociais em Barcarena após a implementação das empresas de transformação mineral. As questões centrais surgem com a interrogação sobre quais processos que deram origem às mobilizações coletivas constituindo assim os movimentos sociais? Qual a dinâmica desses movimentos e sua influência para as formas atuais de relacionamento entre Prefeitura, empresas e comunidade? Quais as formas predominantes de movimentos construídos no município e em torno das empresas?

A pesquisa se propôs investigar a forma como as comunidades têm reagido ante as iniciativas empresariais dos grandes projetos, sua forma de resistência e organização enquanto movimento social na busca de seus direitos elementares e enquanto sujeitos diretamente atingidos pelos empreendimentos.

A relevância de tal estudo deve-se primeiramente à inexistência de pesquisas mais especificamente direcionados para os movimentos populares numa área como Barcarena, de grande interesse nacional e internacional, onde continuam sendo expandidas grandes empresas mineradoras nos últimos vinte anos.

Uma das razões da pesquisa, explica-se pelo fato de que, as formas organizativas foram negligenciadas nas pesquisas realizadas no município de Barcarena, levando a uma necessidade de análises mais específicas do potencial organizativo das populações e de sua influência nas políticas implementadas, sejam elas públicas ou privadas. As análises, quando muito, se restringiram a explicação dos processos que deram origem às formas organizativas, sem a reflexão do papel dos movimentos no desenvolvimento das comunidades.

Dois aspectos principais devem ser sublinhados sobre o interesse do tema. Primeiro a existência de uma nova realidade que se desenha em Barcarena, em que o grande capital, ao tempo em que se expande, interfere diretamente nas

comunidades com políticas de desenvolvimento comunitário e; em segundo lugar, a pouca expressividade nos trabalhos produzidos sobre os grandes projetos, das formas de organização social no município, o que despertou o interesse pelo tema do estudo.

O que se observa atualmente é uma ênfase nas ações e análises que privilegiam as organizações não-governamentais, que compõem o chamado terceiro setor, em detrimento das ações coletivas das organizações de base, como as associações e sua importância nesse contexto.

O estudo de movimentos sociais em geral, e dos movimentos populares em particular, permite uma compreensão das formas de participação social num contexto em que há uma valorização da participação na implementação de políticas e projetos sociais como critério indispensável da moderna administração. Além disso, o aumento considerável, nos últimos anos, de práticas sociais por parte de organizações da sociedade civil e das empresas, traz a necessidade de pesquisas que busquem responder aspectos ligados a eficiência e eficácia de tais iniciativas na realidade das comunidades-alvo desses projetos.

Além disso, deve-se considerar que a participação das populações na gestão, implementação e execução de projetos sociais é um aspecto importante para o desenvolvimento local, haja vista que é um critério imprescindível para o alcance dos objetivos propostos e para realização de ações bem sucedidas (BANDEIRA, 1999).

O trabalho pode vir a compor o quadro das análises que já vêm sendo desenvolvidas sobre o processo de implementação dos grandes projetos em Barcarena, sob o ponto de vista econômico e fiscal (LÔBO, 1996), territorial e espacial (CASTRO et alii, 1995, HÉBETTE e LEAL, 1986) e de condições de vida e trabalho (MOURA, 1989 e 1990, ALENCAR e EUNÁPIO E CARMO 1997), mas que não possibilitou a reflexão sobre os movimentos sociais, que são atores importantes desse processo, deixando uma lacuna que pode ser preenchida, com a realização deste trabalho.

O trabalho se detém no estudo de caso da atuação das associações de moradores e trabalhadores rurais, pois de forma ou de outra representa as

mobilizações e movimentos em torno das empresas e do governo local. A opção pelo estudo dessas associações explica-se pelo fato de que, teoricamente, os movimentos locais estão organizados em torno de associações, que é o lócus onde as populações têm buscado se mobilizar para encaminhar questões de interesse coletivo.

A primeira parte do trabalho destina-se a um balanço das principais paradigmas teóricos que embasam o fenômeno dos movimentos sociais à luz de teóricos que discutiram o tema na Europa e Estados Unidos e que influenciaram as análises no Brasil. A partir desse balanço foi possível eleger uma teoria, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, que servirá de elemento norteador da pesquisa. Após essa panorâmica, será interessante discutir de maneira sucinta a controvérsia existente acerca do conceito de movimento social.

O segundo capítulo refere-se ao processo vivenciado pelas populações expropriadas e ao início de um novo momento no município de Barcarena com a origem dos movimentos sociais. Para compreender melhor esse contexto, faz necessário também uma rápida incursão aos anos 70 e 80, momento em que os movimentos sociais estavam na ordem do dia nas investigações dos cientistas sociais, além de que nesse último decênio, houve intensas mudanças no cenário político a partir de uma introdução das forças movimentalistas ao poder público de todo país.

O terceiro capítulo apresenta a análise dos dados empíricos, coletados em campo no período de abril a agosto de 2004, através de entrevistas e aplicação de questionário nas comunidades eleitas para o estudo, a análise foi feita a partir dos dados tabulados e da transcrição de entrevistas com as lideranças comunitárias. Faz-se, além disso, uma discussão sobre a participação social, categoria central nas análises dos movimentos sociais.

O quarto capítulo constitui uma tentativa de representar esquematicamente e à luz da teoria dos Novos Movimentos Sociais, a tipologia dos movimentos identificados em Barcarena a partir da instalação das empresas e das mudanças que se fizeram sentir na vida das populações atingidas e as indiretamente atingidas.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS OU MOVIMENTOS POPULARES: PARA ALÉM DE UMA CONCEITUAÇÃO TEÓRICA

2.1. A TEORIAS QUE EMBASAM O CONCEITO DE MOVIMENTO SOCIAL

O tema dos movimentos e lutas sociais é objeto de grande controvérsia na literatura brasileira. Em primeiro lugar pela orientação paradigmática que tem inspirado a produção teórica, que se baseia em teorias Europeias e Norte – americanas. A controvérsia agudiza-se pela globalização da economia que tem alterado substantivamente o contexto das lutas e organizações, em que alguns autores, afirmam sobre o declínio dos movimentos sociais a partir dos anos 90², com a implementação crescente de políticas de cunho neoliberal nos países latino-americanos, enquanto outros autores como Touraine (1994) Gohn (2000), enfatizam a relevância e o vigor do tema na atualidade com uma crescente publicação a respeito do tema e dos problemas co-relacionados, havendo portanto, divergências sobre o que vem a ser movimento social, que é uma outra questão que alimenta a controvérsia sobre os movimentos sociais. “Os movimentos são fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais. Colocam atores específicos sob as luzes da ribalta em períodos determinados” (GOHN, 2000).

Para iniciar um estado da arte sobre o tema uma referência inicial leva a Maria da Glória Gohn, uma das autoras que mais contribuiu para a análise dos movimentos sociais no Brasil, integrando a fileira de estudiosos das teorias e paradigmas do tema em questão. Dentre suas publicações a respeito dos movimentos sociais, podemos destacar o livro “Teorias dos movimentos sociais, Paradigmas clássicos e contemporâneos” (2000), onde a autora sistematiza as principais teorias e paradigmas correspondentes sobre o tema na produção das ciências sociais contemporâneas, comparando as diferenças, semelhanças e o debate produzido em torno das mesmas. No livro, referência para quem deseja estudar os movimentos sociais, a autora expõe ainda uma proposta teórico-metodológica de análise do tema.

² Ver Doimo (1991)

A autora divide as teorias dos movimentos sociais em clássicos e contemporâneos dentro de três paradigmas, o norte-americano, o europeu e o latino-americano. As análises clássicas do paradigma norte-americano destacam os movimentos em termos de ciclos evolutivos que abrangem o surgimento, crescimento e propagação dos mesmos. Dentre as teorias contemporâneas norte americanas, Gohn destaca a “Teoria da Mobilização de Recursos” (MR) que centra-se nas condições de privação material e cultural dos indivíduos, à qual foi reformulada devido as críticas em torno da ausência de valores, normas, ideologias, projetos, cultura e identidade dos grupos sociais estudados sob o prisma dessa teoria.

Diante das críticas endereçadas à teoria da mobilização de recursos, há uma reformulação que origina a “Teoria da Mobilização Política” (MP) que, ao contrário da MR, destaca o desenvolvimento do processo político, o campo da cultura e a interpretação das ações coletivas.

Em relação aos paradigmas Europeus, a autora agrupa em duas linhas de abordagem: A neomarxista e a culturalista-acionalista, que ficou conhecida como a dos “Novos Movimentos Sociais”. A abordagem marxista de análise dos movimentos sociais refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições econômicas e sociais e luta histórica das classes e camadas sociais subordinadas. Esse paradigma tem sido analisado como sinônimo de movimento operário, ou seja, é visto como pertencente ao “antigo” paradigma, em contraposição ao “novo”, o que, segundo a autora é um equívoco. Dentro desse paradigma, a autora cita os clássicos que fundamentaram o paradigma, dentre eles estão, Gramsci, Rosa Luxemburgo e outros autores da Escola de Frankfurt, Eric Hobsbawm, Castells, e outros.

A teoria dos “Novos Movimentos Sociais”, que integra o paradigma europeu, constitui-se numa crítica ao paradigma tradicional marxista, denominado por alguns de clássico ou ortodoxo. Entre os autores que partem para a criação de esquemas interpretativos que enfatizam a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade e a identidade, estão Touraine e Offe, que descartam o paradigma neomarxista, apesar de simpatizantes com essa matriz teórica. De acordo com a visão desses autores, a corrente Neomarxista prioriza aspectos macro

da sociedade subjugando os outros aspectos ao domínio do econômico. Essa corrente não leva em conta as ações de outros campos como o cultural, por exemplo, o que limita o aspecto inovador dos movimentos, ou seja, o aspecto criativo dos atores sociais.

No caso do Paradigma Latino-americano, Ghon (2000) reflete que não se pode falar de um paradigma teórico Latino-americano sobre os movimentos sociais, para ela o que existe realmente, é um paradigma bem diferenciado de lutas e movimentos sociais, na realidade concreta, se comparado aos paradigmas Europeus ou Norte-americanos, mas não um paradigma teórico propriamente dito.

As análises correntes sobre os movimentos sociais têm sido feitas a partir da utilização de modelos teóricos construídos a partir de processos histórico-culturais na Europa e nos Estados Unidos, os quais influenciaram as abordagens teóricas Latino-americanas.

A autora constrói hipóteses em torno do porquê da utilização dos paradigmas europeus nas pesquisas sobre movimentos sociais. Em primeiro lugar as teorias da dependência e da marginalidade surgiram no momento histórico em que os ecos dos movimentos sociais lá fora ecoavam na América Latina de maneira peculiar, onde os movimentos populares ganharam centralidade. As teorias produzidas aqui, como a da dependência, não se centrava na explicação da sociedade civil. Nesse sentido, o contato com algumas teorias européias, que focalizavam tal conceito, foi adotado.

A partir de alguns pontos a serem considerados das especificidades da realidade latino-americana, a autora propõe para a análise teórico-metodológica dos movimentos sociais, considerarem a diversidade de paradigmas explicativos sobre a problemática dos movimentos sociais e que apesar disso, não se pode afirmar a existência de teorias bastante elaboradas a respeito. “Entretanto, é possível localizar dentro de cada teoria de um dado paradigma qual a concepção que se está utilizando de movimento social” (GHON, 2000: 245).

Dentro dessas matrizes teóricas dos movimentos sociais, destaca-se alguns trabalhos que mais exerceram influência nas publicações sobre movimentos sociais no Brasil, principalmente os de origem européia. Podemos destacar Touraine

que é um dos pesquisadores que há mais tempo trabalha com a questão dos movimentos sociais na Europa.

Adepto da abordagem que ficou conhecida como Novos Movimentos sociais, Touraine (1994), enfatiza a importância dos sujeitos na história, ou atores sociais, como costuma chamar.

Os movimentos sociais no passado, comportavam-se como personagens épicas, como heróis de cantigas de gesta ou de tragédias, cantados em tom mágico por seus dirigentes e ideólogos. Nos movimentos sociais, hoje, em formação, o tom passa da extrema excitação e da denúncia à explicação que procura muito mais reforçar a convicção do que provar a mobilização. (TOURAINÉ, 1981:139)

No texto, “Como sair do Liberalismo?” o autor coloca que a dominação econômica não anula nossa capacidade de ação política e que as categorias desfavorecidas agem exigindo direitos com uma perspectiva inovadora e não apenas crítica da sociedade. A formação de novos atores que reivindicam direitos e identidades permite o surgimento de novos direitos, sendo possível sugerir uma nova política social. Sua crítica é contra as interpretações alienantes que vêem os movimentos sociais como defensores de um estatismo onde um único ator seria capaz de mudar a realidade imposta pela globalização da economia.

Para defender essa tese, o principal argumento é que os movimentos sociais de hoje estão enfraquecidos pela idéia de submissão ante das forças econômicas. Para ele existe um problema na afirmação dos movimentos sociais, na medida em que há um vácuo entre a economia internacionalizada e a defesa de identidades particulares, o que leva a uma revolta violenta de caráter crítico da ação coletiva, o que termina por enfraquecer os movimentos. Para essa situação de triunfo do capitalismo, o autor indica como porta de saída a reconstrução de uma capacidade de ação política, o que passa pela formação de novos movimentos sociais. É necessário que se formem novos movimentos sociais capazes de desencadear reformas políticas, é preciso que falem em nome da sociedade, que defendam a igualdade, o direito ao trabalho e à diferença. (TOURAINÉ, 1991).

Manuel Castells (1980), um dos autores da corrente contemporânea Neomarxista exerceu forte influência na literatura brasileira sobre os movimentos

sociais. A partir do debate que encabeçou sobre as questões urbanas na corrente de análise marxista da realidade social, rejeitou os estudos baseados nas variáveis geográficas espaciais passa a defender que o espaço social é produto de um feixe de relações sociais, dentre elas os movimentos sociais, que ficaram conhecidos como movimentos sociais urbanos, ou movimentos cidadãos.

Castells recebeu críticas, principalmente à sua categoria de contradições urbanas e seu uso em realidades e contextos adversos. As principais críticas estão baseadas no argumento de que a análise de Castells seria incapaz de propor uma teoria da mudança, pois estava fundamentado numa noção funcionalista de sistema; que a contradição e a transformação não estão no sistema e sim nas práticas; o indivíduo em suas análises fica reduzido a função econômica, como força de trabalho e que o urbano se reduz à reprodução dessa força de trabalho. Apesar das críticas, a elaboração do autor dominou os estudos sobre movimentos sociais na Europa e América-latina.

Movimentos sociais urbanos para Castells são os verdadeiros impulsionadores de mudança e de inovação da cidade. Na obra “Cidade, democracia e socialismo”, Castells fala sobre a experiência do Movimento Cidadino em Madri na Espanha que se inscreve numa série de lutas reivindicativas, formas associativas e expressões culturais em todos os bairros desse país. Para ele o movimento cidadão pôde se constituir e aparecer à luz pública graças à fenda criada pelo movimento operário, que na sua visão é o verdadeiro motor da luta contra a ditadura e espinha dorsal da oposição democrática.

Reconhecendo os limites de sua análise, que de um lado se limita apenas a área metropolitana de Madri e por outro, trata somente, das associações de vizinhos, o autor explica o processo de urbanização, para que seja possível compreender a violência das contradições urbanas e o movimento reivindicatório.

Acrescenta que para compreender o desenvolvimento e o significado dos movimentos sociais urbanos no capitalismo, é necessário situá-los dentro da lógica do sistema e sua expressão na crise urbana. As cidades são um complexo econômico-social que constitui a estrutura urbana das unidades de produção e de gestão e as contradições do sistema se verificam na impossibilidade de produzir

serviços que o próprio capital suscitou, daí a crise urbana que o Estado passa a tentar resolver na distribuição dos meios de consumo coletivos.

O autor coloca ainda que os movimentos urbanos desempenham na Europa Ocidental, um papel decisivo na construção de um bloco histórico das classes populares, que torne possível o desenvolvimento da via democrática para o socialismo. Coloca ainda que as grandes cidades devem ser profundamente transformadas e colocadas a serviço de seus habitantes e acrescenta: “O Estado irá dissolvendo o capital, e as organizações populares irão dissolvendo o Estado, e os vizinhos fazendo suas as organizações populares. E a partir de tudo isso, numa nova democracia, se irá construindo uma cidade como forma essencial de um novo socialismo”. (CASTELLS, 1980: 186)

Dez anos depois, o autor reformula sua teoria sobre movimentos sociais, abandonando o referencial marxista, e acrescenta que eles não são agentes de transformação social, mas possuem limites políticos e técnicos e estão sujeitos ao jogo do clientelismo político, em troca de demandas imediatas. Mas afirma que são fundamentais para uma gestão democrática da cidade, porque são os verdadeiros diagnosticadores das necessidades coletivas. (GOHN,2000).

Em relação aos autores brasileiros que foram influenciados por autores europeus, além de Maria da Glória Ghon que escreveu diversos outros trabalhos de grande relevância³, podemos citar ainda Doimo (1991), Kowarick (1995) e Scherer-Warren (1993, 1999) e Sader (1998), que produziram importantes trabalhos sobre movimentos sociais no Brasil.

Muitos trabalhos produzidos nos anos 70 e 80 foram influenciados por Castells, em que os movimentos sociais urbanos foram as grandes novidades nesse cenário e pela produção ter se concentrado nessa temática, onde várias manifestações populares foram observadas a partir de revoltas e protestos das populações urbanas em várias cidades do Brasil. É o caso dos operários da construção civil (VALADARES, 1980), os quebra-quebras e depredações de trens e ônibus no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília (MOISÉS, 1978 e NUNES, 1985).

³ Ver Ghon, (1982, 1983, 1985, 1988, 1990, 1991, 1992, 1994, 1995 e 1996)

MOISÉS (1985) assinala que as formas de participação social e política no Brasil, se configuraram a partir do desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira após os anos 50, e se expressam ao nível da problemática urbana que foi se constituindo durante o processo de formação dos grandes centros urbanos brasileiros. A questão urbana para o autor deriva das contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo ante as novas necessidades impostas à reprodução da força de trabalho e a política urbana do poder público que se dirigem aos setores mais rentáveis de produção e consumo priorizando os serviços destinados a expansão produtiva em detrimento dos serviços destinados a atender as necessidades da população. (1985: 14 e 15).

Na mesma direção, KOWARICK (1995) elabora o conceito de espoliação urbana, onde analisa questões referentes à exclusão social das populações frente ao binômio “crescimento e pobreza” na Região metropolitana de São Paulo. Para ele os problemas urbanos não podem ser analisados de forma descolada do processo de acumulação e da importância do papel do Estado na participação diferenciada dos benefícios gerados pela sociedade. Os padrões de vida dos habitantes de uma metrópole devem ser caracterizados não apenas pelas condições de exploração do trabalho a que está submetida a mão-de-obra e ao grau de pauperização da população, mas deve ser levado em conta um conjunto de serviços que é consumido coletivamente e que nas grandes cidades torna-se importante para a reprodução da força de trabalho como transporte, saúde, saneamento e habitação, além de outros como educação, e lazer.

Nesse sentido a espoliação urbana é conceituada como a “somatória de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivos que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência das classes populares e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho”. (GHON, 1995: 34).

Para autores que se orientaram pelo paradigma neomarxista dos movimentos sociais- em que Castells é o maior representante- as revoltas e quebra-quebras tomam a forma de anarquia, mas têm um sentido político na medida em que conseguem mobilizar o Estado para responder às suas ações e afirmar suas próprias potencialidades como força capaz de intervir na sociedade.

As análises dessa mesma época, denominada de a “Era da participação”, se concentram também nas formas organizativas populares, sendo incorporadas novas abordagens como identidade, educação popular que foram fortemente influenciadas pela antropologia e pela Teoria da Libertação de Paulo Freire, que influenciou a igreja católica e foi disseminada pelas Comunidades Eclesiais de Base (as CEBS) e campo ético-político, termo utilizado por Doimo para caracterizar um novo tempo fundamentado na “voz e vez do povo”. Alguns trabalhos como os de Couto, Telles e Caccia Bava(1983), Evers, Plantenberg e Spessart, Jacobi e Nunes (1985) e Amman (1991) podem ser destacados.

Doimo⁴ (1995) quando trata do tema movimento popular, sublinha a existência de uma categoria reconhecidamente latino-americana que corresponde à dos “Novos movimentos sociais” europeus. Destacando as diferenças e respeitando as especificidades estruturais, a autora acrescenta que essas categorias se inscrevem nas condutas de ação-direta acrescentando a categoria de campo ético-político como a principal contribuição dos movimentos populares na década de 70.

A autora coloca que o tema dos movimentos sociais populares, embora tenha frustrado o prognóstico libertador e transformador de muitas análises, deram origem a um expressivo campo ético-político, com importantes rebatimentos na política brasileira. No período corrente, os movimentos populares que se espalham pelo país, pressionam a um posicionamento das organizações políticas ante as reivindicações do povo nos rumos da economia e da política. O povo assim, passa a ser visto como uma clientela ativa, que não se deixa manipular, não mais como massa amorfa e subordinada, mas como autônoma e independente, como sujeito propositivo em busca de políticas alternativas em busca de direitos humanos e sociais e predisposto à participação continuada. “O Estado deveria ser negado, as hierarquias quebradas e tudo teria de vir” de baixo para cima. Agora, em nome da diluição da dicotomia dirigente-dirigido, todos deveriam participar integralmente do processo de tomada de decisões” (DOIMO, 1995: 124).

O estudo de Doimo abrange alguns principais movimentos reivindicativos dos anos de 1975 a 1990, dos quais destaca o Movimento Custo de

⁴ A tese da autora, “A voz e a vez do popular: Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70” ganhou o prêmio da ANPOCS em 1994 como a melhor tese do ano, sendo publicado no ano de 1995.

Vida, o Movimento de Moradia, o de Luta Contra o Desemprego, o Movimento de Saúde e o Movimento de Transporte Coletivo. As análises baseadas nesses movimentos e a experiência da autora levaram à tese de que esses movimentos do tipo ação-direta foram capazes de influir nos padrões culturais e nas formas de convivência política, concluindo que a lógica da participação movimentalista é diferente da política e que o território desta última não é uma mera extensão da primeira.

Sader (1998), ao se referir a experiência e luta dos trabalhadores da grande São Paulo na década de 70, considera os movimentos sociais como novas ações coletivas, que o leva a afirmar sobre a emergência de novos sujeitos políticos que abriram novos espaços e reelaboraram temas da experiência cotidiana. Novos sujeitos porque criados pelos próprios movimentos sociais populares surgidos no período estudado. Escreve Sader: *“Suas lutas se referiam a um campo legal estabelecido, seja para conquistar novos direitos, ou mesmo simplesmente para regulamentações mais favoráveis no interior da legislação dada”*. (1988: 194). Para o autor os movimentos sociais dessa época não substituem os partidos, mas estes já não expressam as formas da vida social, eles apontam para uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana.

O autor explica que os movimentos sociais colocaram novos temas na agenda pública que antes não faziam parte das políticas sociais, emergindo um novo sujeito coletivo como afirmação de setores sociais até então excluídos do cenário oficial, chamando atenção para “novos personagens que alteraram os roteiros preestabelecidos”.

Nos anos 90 surgem novas tendências dos movimentos sociais que têm como pano de fundo as transformações econômicas ocorridas no Brasil nesse período, onde uma ênfase é dada às políticas sociais como estratégia dos governantes para a superação da crise e a retomada do desenvolvimento levando em conta os grupos sociais excluídos desse processo. Nesse sentido, a Reforma do Estado resulta numa nova relação que se constrói no Brasil, em que a capacidade reguladora transferida ao mercado, redefine o papel do Estado no processo de desenvolvimento social.

Este cenário preparado pelas lutas sociais travadas nos anos anteriores, especialmente nos anos 70 e 80, deu lugar a uma nova concepção de sociedade civil, que reconhece como legítima a existência de um espaço ocupado por uma série de instituições situadas entre o mercado e o Estado, que vieram a se chamar de ONG's. Na visão de Doimo, elas são a tradução formal da tendência de eclosão de movimentos de ação-direta na sociedade contemporânea, num momento em que se faziam necessárias ações propositivas que rompessem o caráter corporativismo reivindicativo para a construção de propostas viáveis para a sociedade.

Scherer-Warren, que também contribuiu na elaboração de estudos sobre os movimentos sociais no Brasil foi influenciada pela corrente teórica dos Novos Movimentos Sociais, publicando "Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul (1987), que organizou junto com Paulo Krischke. O livro foi organizado em duas partes: a primeira que compreende trabalhos produzidos no período de 1982 e 1984, cujos autores possuem um ponto em comum: a tentativa que fazem de interpretar o potencial de transformação do cotidiano, presentes nos novos movimentos sociais; e, a segunda parte que reúne trabalhos que interrogam sobre as transformações nos paradigmas de interpretação das Ciências Sociais, frente à emergência dos novos movimentos sociais e acerca das suas relações com o Estado e com os processos de democratização das instituições políticas.

O conceito de "Redes de Movimentos sociais" é adotado pela autora com o argumento de que os movimentos populares e seus mediadores passaram por transformações, nas últimas décadas, que vão da valorização das organizações de base e o reconhecimento da importância das articulações, intercâmbio e formação de redes, temáticas e organizacionais. A idéia de rede implica na possibilidade de diversidade distinguindo da idéia totalizadora de "unicidade" presentes nas interpretações do marxismo positivista. Busca o significado dos movimentos num mundo cada vez mais interdependente, intercomunicativo, onde surgem inúmeros movimentos de caráter transnacional nos anos 90, num contexto denominado por alguns autores de "Era da Globalização" (SHERER-WARREN, 1999 e GOHN, 2000).

A hipótese é de que os movimentos sociais no Brasil vêm se formando a partir das redes que se estabelecem entre organizações populares, outras entidades culturais e políticas e organizações não-governamentais (ONG'S). O termo ONG tem origem nas agências internacionais de financiamento para denominar as organizações intermediárias (centros) nos países em desenvolvimento, responsáveis pela implementação de projetos em organizações de base.

O termo se tornou popular na América Latina, principalmente após a ECO-92⁵. Essas redes são formadas a partir dos anos 90 com a nova tendência dos movimentos sociais, em que as Ong's são consideradas na era da Globalização, como uma nova relação entre Estado, mercado e sociedade civil. A autora define as redes de Movimentos sociais como: "interações horizontais e práticas sócio - políticas pouco formalizadas ou institucionalizadas, entre organizações da sociedade civil, grupos e atores informais, engajados em torno de conflitos ou de solidariedades, de projetos políticos ou culturais comuns, construídos ao redor de identidades e valores coletivos". (idem, p.50). Dentre os tipos de redes de ONG's na América Latina citadas pela autora, destaca-se: rede temáticas, fóruns de ONG's, associações e as redes de informação e reflexão.

As Redes temáticas são as que se orientam mais fortemente, para questões ecológicas, da mulher, crianças e adolescentes dentre outras. Os Fóruns de ONG's se organizam por meio de representantes de várias ONG's de uma localidade, de uma região, um país latino-americano ou de todos os continentes para discutir programas de ação, estratégias e formas de cooperação. As associações de ONG's refere-se a filiação de várias ONG's em torno de uma associação. Nesse caso, tendem a utilizar formas de articulação e intercâmbio, semelhantes às demais redes, como os fóruns. Outro tipo de rede é aquela de informação e reflexão que implica a difusão de informações rápidas para outras ONG's, movimentos sociais e cidadãos interessados, com as agências de notícias, os correios eletrônicos e as home pages. Algumas trabalham com a reflexão política e cultural, a difusão e intercâmbio de idéias e estudos por meio de publicações periódicas.

⁵ Ver Guimarães (1995).

2.2 O CONTROVERTIDO CONCEITO DE MOVIMENTO SOCIAL:

A primeira controvérsia sobre movimentos sociais se refere às teorias que embasam o conceito. A segunda controvérsia sobre a produção teórica dos movimentos sociais diz respeito a definição do conceito. Não há um consenso em torno dessa questão, o que existe são divergências nas interpretações sobre o que seja ou não um movimento social. Há quem fale em crise do conceito de movimento social (DOIMO, 1991). De um lado se defende que, para haver movimento social, é necessário que haja a característica do protesto, da contestação, que seria a evidência concreta de um movimento social. Do contrário, não há movimento social. De outro lado, há argumentos que defendem que movimento social é uma categoria histórica e que, portanto, muda com o tempo, não sendo necessariamente o caráter de protesto que o define.

Amman (1991) alega que coletividades de caráter promocional não chegam a ser movimentos sociais por não terem corte contestatório e que mesmo as Associações de moradores que se organizam para reivindicar melhorias no bairro e o fazem em ação cooperativa com o Estado, não em confronto com ele, não chegam a ser movimentos sociais, pois estes supõem confronto, não a mera cooperação. Na visão da autora todo movimento social passa necessariamente pelas relações de produção e contra determinados aspectos destas relações é que o movimento social protesta.

“Todo movimento social carrega em si o germe da insatisfação, do protesto contra relações sociais que redundam em situações indesejáveis para um grupo ou para a sociedade, sejam elas presentes ou futuras. Os camponeses protestam contra a falta de terra para trabalhar (situação presente); os grandes proprietários rurais protestam contra o projeto de reforma agrária, que ameaça desapropriar suas fazendas (situação futura)”. (1991:230)

Os trabalhos de Moisés, (1978) e Kowarick (1985) podem ilustrar essa questão do caráter de protesto, pois esses autores realizaram diversos estudos sobre os protestos populares e movimentos sociais urbanos das décadas de 70 e 80. No texto “A revolta dos suburbanos” Moisés analisa as revoltas populares contra os freqüentes atrasos dos trens suburbanos, os numerosos acidentes mortais e a elevação dos preços da passagem nas regiões do grande Rio, São Paulo e das cidades satélites de Brasília. A hipótese do autor para tais revoltas violentas são as

duras condições de vida a que estão submetidas as massas no contexto do regime militar. Para o autor há uma eficácia política nessas ações que opera ao nível dos efeitos que provoca diante do Estado e dos próprios movimentos.

“Esta eficácia, no caso, estaria dada na medida em que, assumindo as características de “protesto selvagem”, não apenas elas mobilizam esse estado para responder à sua ação (mesmo que essa resposta seja a repressão e a força), mas também afirmam diante delas mesmas a sua própria potencialidade como força social capaz de intervir, de alguma forma, na sociedade”(MOISÉS, 1978:22).

A revolta dos trabalhadores da construção civil no Rio de Janeiro ocorre em decorrência das condições objetivas de exploração a que estavam submetidos propiciando a emergência dos quebra-quebras que se alastraram por sete cidades brasileiras. Valladares (1985) retrata os quebras ocorridos no metrô do Rio de Janeiro ocasionados pelas condições de exploração da força de trabalho no canteiro de obras do metrô às quais trabalhadores trabalhavam mais de 15 horas por dia, onde acidentes de trabalho eram freqüentes e a alimentação (obrigação contratual) era quase sempre descontada em folha.

Desiludidos, e vendo serem reforçadas as condições limites de sua sobrevivência, os operários do metrô foram pouco a pouco sendo levados a apelar para um recurso com o qual já estavam familiarizados que dispensava qualquer mediação institucional e que faz apelo à violência coletiva: os quebra-quebras”. (VALLADARES, 1985:77)

De outro lado, Touraine (1994) afirma que uma luta reivindicativa não é por si mesma um movimento social, ela pode ser defesa corporativa e até pressão política. Para o autor, movimento social ao mesmo tempo que é conflito social, é um projeto cultural pois visa a realização de valores culturais e a vitória sobre um adversário social.

“Um movimento social não é apenas um conjunto de objetivos; supõe também a participação de indivíduos em uma ação coletiva. A formação de movimentos, ao mesmo tempo fracos, porque dispersos, e muito fortes, porque decididos a autogerenciarem-se, a definirem por si mesmos seus fins e meios, sem que estejam subordinados a partidos ou a teóricos, deve criar novas formas de ação coletiva” (1994 :138)

Contrariando os conceitos antagônicos de Ammann e Touraine, Gohn afirma que a luta social se apresenta historicamente de várias formas, os

movimentos são uma das formas de luta e a luta nunca morre. “Se eles estão em baixa em termos de mobilização, outras formas estão operando na construção de uma sociedade mais justa e igualitária e contra as injustiças sociais” (GHON, 1998: 12).

Movimento social para a autora, refere-se à ação dos homens na história, esta ação envolve um fazer e um pensar por meio de um conjunto de idéias que motiva e dá fundamento à ação, ou seja, trata-se de uma práxis. Para ela pode-se ter duas acepções de movimento. Uma ampla, que não depende de paradigmas teóricos, se refere à luta social dos homens e a outra que se refere a movimentos sociais específicos, concretos, datados no tempo, e localizados num espaço determinado. A autora sintetiza o conceito de movimento social colocando que:

“Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil”. (2000: 251).

Dentro da primeira acepção a categoria básica é a de luta social, que tem um caráter cíclico comparando os movimentos como as ondas das marés, mas isso ocorre não por causas naturais, do contrário, estaríamos fazendo uma análise etapista-evolucionista do fenômeno. “Os movimentos vão e voltam segundo a dinâmica do conflito social, da luta social, da busca do novo ou reposição/conservação do velho”. Na segunda acepção de movimento a categoria fundamental é a de força social, que se traduz numa demanda ou reivindicação concreta, apropriada por um grupo e que se torna eixo norteador da luta desse grupo.

A autora faz uma proposta metodológica para a análise dos movimentos sociais colocando os elementos e categorias básicas para o estudo dos movimentos sociais. Primeiramente deve-se considerar dois ângulos, um interno e outro externo que se completam e compõem uma visão de totalidade dos diversos grupos. Do lado interno os movimentos sociais constroem repertórios e demandas segundo valores, crenças, ideologias e organizam as estratégias de ação que os projetam exteriormente, portanto os elementos básicos de um movimento social a serem pesquisados do ponto de vista interno, como parte de suas categorias de

análise são suas demandas, reivindicações, os repertórios de ações coletivas que geram, composição social, e suas articulações.

Do ponto de vista externo deve-se considerar o contexto do cenário sóciopolítico e cultural em que se insere os opositores, se for o caso, as articulações e redes externas construídas pelas lideranças e militantes e as relações com outros movimentos e lutas sociais, suas relações com órgãos estatais e demais agências da sociedade política, com a igreja e diversas outras formas de religião e atores da sociedade civil, os empresários e a mídia em geral.

A autora acrescenta que os anos 90 os movimentos sociais também foram caracterizados por um decréscimo de alguns tipos de mobilização de massas, o tem levado a uma interpretação que vêem os movimentos como ultrapassado, como parte do passado. A autora discorda dessa interpretação e considera os movimentos atores fundamentais no atual momento político brasileiro. O que ocorre para ela, é que as formas de manifestações se transformaram e tiveram que se adaptar ao novo contexto de globalização da economia, sendo exigido um posicionamento mais propositivo por parte desses movimentos. Neste cenário emergem a política de orçamento participativo, as cooperativas populares, os programas de ajuda mútua, as empresas que agem dentro do espírito da filantropia empresarial e integram junto com as ONG's, o terceiro setor.

No contexto as lutas contemporâneas, os movimentos sociais se originam fora da esfera produtiva e dos canais convencionais de mediação política, eles nascem em espaços fortemente marcados por carências referidas ao crescimento e crise do Estado capitalista. (DOIMO, 1991).

Para Santana (2002) movimento social costuma ser definido como *“uma organização constituída por um significativo número de pessoas destinada à mudança (ou resistência física à mudança) de algum ou alguns aspectos da sociedade.”* (SANTANA, 2002). Camacho considera que movimento como:

“Dinâmica gerada pela sociedade civil, que se orienta para a defesa de interesses específicos. Sua ação se dirige para o questionamento de modo fragmentário ou absoluto, das estruturas de dominação prevaletentes, e sua vontade implícita é transformar parcial ou totalmente as condições de crescimento social”. (CAMACHO 1987:216 e 217).

Para efeito desse trabalho trabalhamos o conceito de Touraine que assinala: *“Um movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural. Isso é verdade tanto no que se refere ao movimento dos dirigentes como ao dos dirigidos. Ele visa sempre a realização de valores culturais, ao mesmo tempo que a vitória sobre o adversário social”*(1995 p. 254).

Para ele não existe movimento social na sociedade industrial enquanto os operários se opõem à industrialização, quebram máquinas ou resistem à novas técnicas, desde que essas técnicas ameacem seus empregos. Movimento não é apenas um conjunto de objetivos; supõe a participação de indivíduos em uma ação que além de ser coletiva, deve ser propositiva.

Diante da produção teórica existente sobre movimentos sociais, pode-se tirar experiências que servem para quem deseja buscar respostas acerca dos problemas que envolvem as formas organizativas, as ações coletivas e as mobilizações que ocorrem na realidade brasileira. Nesse sentido, se fez necessário eleger uma teoria que servirá de abordagem para o estudo em questão que deu norte a pesquisa. A autora acrescenta que, de cada teoria se extrai algo de relevante que deve ser levado em conta, mas para não cairmos nas armadilhas do ecletismo, a escolha da teoria assinalada é de fundamental importância.

A “Teoria dos Novos Movimentos sociais”⁶ servirá de base teórica para o estudo específico das formas de organização coletivas existentes no entorno dos grandes projetos em Barcarena. A escolha não se justifica por a ser a única ou a verdadeira teoria, pois não existe verdade acabada, ela é dinâmica e está em constante movimento. De acordo com os estudos realizados sobre o tema verifica-se a inexistência de uma teoria própria na Americana Latina, as teorias são formuladas por teóricos europeus e norte-americanos, e influenciaram fortemente os trabalhos produzidos no Brasil. DEMO, 1984 defende que a verdade de uma teoria é sempre relativa, por isso é necessário usar critérios de sua solidez teórica e lógica, sua capacidade de objetivação e adequação histórica para que essa teoria leve à prática, do contrário ela sequer pode ser considerada teoria.

⁶ Para Touraine “ Os novos movimentos sociais falam mais de uma autogestão que de um sentido de história, e mais e a mais de democracia interna que de tomada de poder” Apud Ghon (2000).

A teoria dos novos movimentos sociais influenciou as análises internas num momento de grandes transformações sociais, contribuiu para a compreensão e a reformulação de categorias próprias à nossa realidade como a categoria de Movimentos populares⁷, o que servirá para o estudo de uma realidade como a de Barcarena, onde predominam organizações de tipos comunitárias e associativas.

Para auxiliar na pesquisa, é importante trabalhar com autores que contribuíram para a produção científica Latino-americana em torno do problema da pesquisa aqui delineado. Autores como Gohn (2000), Doimo (1995) Amman (1991), Sader (1988) dentre outros que servirão de referencial teórico para a pesquisa, pois deixaram importantes contribuições a respeito dos movimentos sociais que deram fôlego a democracia brasileira nas últimas décadas e deixaram algumas experiências a respeito dos seus estudos possibilitando a compreensão das formas de ações coletivas recentes que possam balizar a investigação social e entendê-la nos contexto da contemporaneidade.

Mas importa eleger apenas uma teoria para que seja viável a escolha de categorias para operacionalizar a pesquisa. A abordagem teórica escolhida para a explicação do problema da pesquisa, foi a teoria dos “Novos movimentos sociais” da corrente européia, mas levando em conta as especificidades da produção no Brasil, as quais foram altamente influenciadas por essa corrente teórica devido a ausência de uma teoria produzida localmente, é útil a utilização da categoria de organizações ou movimentos populares. Para efeito desse estudo, utilizaremos ainda as categorias de movimentos urbanos, urbanização, atingidos e organizações não governamentais.

2.3 A TEORIA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS:

A teoria dos novos movimentos sociais surge na Europa a partir dos anos 60 e parte da crítica e da inadequação do paradigma tradicional marxista para

⁷ Camacho (1987), sintetiza o conceito de movimentos populares com sendo aquele que “convergem dinamicamente as suas lutas pela transformação do Estado, e pelos termos da ordem social, tratando de destruir o sistema de dominação e exploração. É a passagem das lutas corporativas às lutas políticas”.

a análise dos movimentos sociais o qual é denominado de clássico e ortodoxo. Nas palavras de Ghon:

Para nós não se trata de algo realmente novo, mas de uma reconstrução de orientações teóricas já existente uma revitalização na teoria da ação social a partir de suas matrizes básicas como as clássicas Weberiana e Durkhemiana e a parsoniana, e também inspirada em elaborações de alguns neomarxistas (2000:158).

Autores como Alain Touraine e Clauss Offe partiram para a criação de esquemas interpretativos que enfatizam a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado.

Uma das características principais dos Novos Movimentos Sociais está baseado no conceito de cultura. Os teóricos dessa corrente negaram a visão funcionalista da cultura como um conjunto fixo e predefinido de normas e valores herdados do passado, a interpretação pós-modernista de cultura influenciará a teoria dos novos movimentos sociais centrando-se nos discursos como expressão de práticas culturais.

A teoria dos Novos Movimentos Sociais descarta as interpretações marxistas porque trata a ação coletiva apenas ao nível das estruturas da ação das classes, trabalhando num universo que prioriza as determinações macro da sociedade, não dando conta de explicar as ações que advêm de campos como o político e o cultural ocorrendo uma subjugação desses campos ao domínio do econômico matando o que existe de inovador, ou seja, o retorno e a criação do ator.

O conceito de identidade coletiva é uma das características marcantes da teoria dos Novos Movimentos Sociais e tem centralidade nas explicações sobre a teoria. A identidade coletiva é parte constitutiva da formação dos movimentos, pois crescem em função da defesa dessa identidade que se refere à definição dos membros, fronteiras e ações de um grupo.

Ghon (2000) coloca que a tese dos Novos Movimentos Sociais se baseia na idéia de que o novo nesses movimentos é que eles não têm uma clara base classista, como nos movimentos operários ou camponeses. “Na Europa se contrapõe ao antigo movimento da classe trabalhadora, na América Latina se refere

aos movimentos que não se envolviam com os esquemas da política populista, do jogo de favores e relações clientelistas. Em ambos os casos o que há de novo realmente é uma nova forma de fazer política e politização de novos temas”. (GHON, 2000:124). Dentro das matrizes teóricas que sustentam o paradigma dos Novos Movimentos sociais, estão Max Weber, Marx, Habermas e Foucault.

Touraine é um dos pesquisadores que há mais tempo trabalham com o tema dos movimentos sociais na Europa. O mérito de sua abordagem reside na importância conferida aos sujeitos na história, ou autores, como costuma denominá-los. Em “Crítica da modernidade” 1994, o autor refere ao sujeito como se ele existisse enquanto movimento social, como contestação da ordem, tomada como forma utilitarista, ou seja, de busca de interação social.

Argumenta ainda que o sujeito é parte essencial da modernidade e esta só existe pela interação entre sujeito e razão. O autor faz uma crítica a sociedade argumentando que ela se desenvolveu lutando contra a metade dela mesma, fazendo caça ao sujeito em nome da ciência, pois quiseram impor a idéia de que era preciso renunciar ao sujeito para que a ciência triunfasse, que se deveria sufocar o sentimento e a imaginação para libertar a razão e esmagar as categorias sociais identificadas com as paixões, mulheres, crianças, trabalhadores e colonizadores sob o da elite capitalista identificada com a racionalidade. O sucesso técnico só é possível deixando de lado a criatividade do ser humano, acrescentando que:

O sujeito não é reflexão sobre si mesmo e sobre a experiência vivida, ao contrário, ele se opõe ao que tentamos chamar primeiramente de papéis sócias, e que na realidade é a construção da vida social e pessoal pelos centros de poder que criam consumidores, eleitores, um público, pelo menos enquanto oferecem respostas às demandas sócias e culturais. O indivíduo, se não se constitui em sujeito, pré-constituído como Si-mesmo pelos centros que definem e sancionam seus papéis. Estes não são neutros, técnicos, eles não são constituídos pela divisão técnica do trabalho e pela diferenciação funcional das diversas instituições, aquelas que consomem a sociedade em vez de produzi-la e de transformá-la são submissos aos que dirigem a economia, a política e a informação (1994:p.247).

O autor coloca que na sociedade programada o poder de gestão consiste em prever e modificar opiniões, atitudes, comportamentos, em modelar a personalidade e a cultura, entrando diretamente no mundo dos valores em vez de se

limitar ao campo da utilidade. Na sociedade programada, a resistência ao poder de gestão se apóia na defesa do sujeito.

Touraine assinala que todo movimento social é ao mesmo tempo um movimento de classe, anticapitalista, oposto à dominação estrangeira e voltado para a integração e a modernização nacional, esta associado a sociedade programada, onde o movimento operário deixa de ser movimento social para se tornar força política.

O movimento social não é apenas um conjunto de objetivos, supõe também a participação de indivíduos em uma ação coletiva e acrescenta que são fracos e fortes ao mesmo tempo pois, apesar de dispersos, são decididos a autogerenciarem-se, a definirem por si mesmo seus fins e meios, sem estarem subordinados a partidos ou teóricos, devem criar novas formas de ação coletiva.

No Brasil, o surgimento dos movimentos sociais tem sido analisado no contexto de rompimento com as formas autoritárias e excludentes das elites dominantes no poder. Alguns autores têm se dedicado ao estudo do fenômeno dos novos movimentos sociais no Brasil e chega-se a reflexão de que os momentos de mobilização da sociedade civil têm garantido a continuidade de práticas que tiveram como resultado a corrosão das formas autoritárias prevalecentes na sociedade brasileira. Nesse sentido Scherer-Warren coloca que na década de 70 no Brasil começam a surgir os novos movimentos sociais, após um período de relativo “imobilismo da sociedade civil”, próprio dos momentos de pressão das elites políticas. A autora questiona sobre a contribuição efetiva destes movimentos para a democratização da sociedade em termos de democracia política e social.

A análise leva a reflexão de que, num país como o Brasil onde prevalecem desigualdades regionais e graus de desenvolvimento distintos, os movimentos tendem a se fragmentar e ter maior ou menor expressão em cada lugar que surge respeitando o pluralismo cultural e a diversidade existente dando início assim ao processo de criação de um novo modelo cultural que tem como base um novo sujeito social que redefine o espaço de cidadania como resposta ao processo de exclusão-econômica, política, cultural e ideológica-sempre presente na sociedade brasileira.

Os novos movimentos sociais defendem o direito de participar do consumo de bens e equipamentos coletivos (movimentos urbanos e de moradia), o direito à terra para o trabalho (Movimento dos Sem Terra), direito a uma vida mais saudável (movimento ecológico), o direito a diversidade cultural (movimentos étnicos) e assim por diante.

A autora acrescenta ainda que, o mais importante é que nesses movimentos busca-se o direito a participação e decisão dos aspectos que afetam os seus membros, sendo que o sentimento de exclusão e carência relativa é o que impulsiona as reivindicações, assumidas como um direito.

Durante o período de mudança brusca imposta por grandes projetos governamentais, a resistência de grupos camponeses articula-se em torno da defesa e criação de bases de sustento de grupo produtor familiar. A ansiedade que se instala é particularmente visível na fase em que se realiza o reassentamento da população, arrancando-se das suas comunidades de origem e reimplantando-a em novos locais (Scott e Sá, 1995:285).

Nesse contexto, a formação de resistências e reivindicações são reações comuns a pessoas que passam por processos de expropriação e exclusão social. Em Barcarena, essa forma de reação é representada pela ADEBAR, a partir da qual as populações, mobilizadas por lideranças políticas e religiosas, se organizaram para tentar reivindicar alguns direitos relacionados ao processo de desocupação das terras que ocupavam. Algumas de suas reivindicações referem-se aos valores pagos pela indenização de suas terras, que foram baixos; pagamento da diferença, nos casos em que as pessoas receberam apenas parte dele e pagamento aos que nada receberam.

O reconhecimento coletivo de um direito e a formação de identidades, são pré-requisitos para a formação de um movimento social, como bem coloca Warren:

É o reconhecimento coletivo de um direito que leva à formação de uma identidade social e política. Reconhece-se mutuamente como pertencendo à mesma situação de carência e como portador do mesmo direito. As carências tendem a ser definidas em torno de carências múltiplas, tendo em vista a necessidade de constituição (a partir da descoberta) de um indivíduo total (WARREN, 1996: 69-70).

Ao negar o modelo político existente, os novos movimentos sociais apontam para novas formas de relações societárias denominadas de “reapropriação política do sentido das relações comunitárias” tomando como exemplo os acampamentos coletivos dos sem-terra como nova forma de fazer política e de vida societária.

Aos olhos de quem havia se acostumado a pensar a relevância dos conflitos sociais pelo ângulo da tradicional luta de classes, imediatamente referida às relações de apropriação de trabalho pelo capital, começou a parecer estranho que, de repente, se fizesse da *comunidade*, naturalmente situada nas relações da reprodução da existência (consumo), o mais novo e virtual lócus de conflitos voltados à transformação social (Doimo, 1995:88).

Algumas dificuldades e limites dos novos movimentos sociais também são apontados. Em primeiro lugar devido ao seu caráter heterogêneo, pois são de diferentes tipos e de mesmos tipos mas em contextos diferentes; Existem também as contradições existentes que precisam ser superadas como a existência de jagunços trabalhando para os grandes proprietários de terra caracterizando-se como um apego ao passado paternalista e autoritário; a defasagem entre discurso ideológico e prática efetiva nos movimentos populares devido a intervenção de “mediadores” (intelectuais, religiosos, líderes políticos etc.) junto a esses movimentos nos quais o discurso vai sendo incorporado às práticas e ações cotidianas das bases de forma lenta, e, por último, o alcance fragmentado e localizado da ação dos novos movimentos sociais.

A autora coloca ainda que o partido político poderia contribuir para o encaminhamento de soluções para a transformação social a partir do momento em que os novos movimentos avançarem na direção da construção de uma hegemonia cultural, criando a possibilidade de surgimento de novos partidos ou impulsionando os antigos a reverem suas práticas políticas.

No texto “O caráter dos novos Movimentos” (1987) a autora sugere que a identidade desses movimentos será constituída a partir de dois fatos: o reconhecimento pelo povo das condições materiais do capitalismo contemporâneo e de suas formas de opressão, e a cultura crítica. O reconhecimento do povo revela um fato estrutural enquanto a cultura crítica revela um fato cultural.

No primeiro caso há algumas peculiaridades a serem observadas como a identidade parcial entre os novos movimentos sociais dos países desenvolvidos- onde a identidade encontra-se nos movimentos ecológicos, pacifistas e feministas- e os do terceiro mundo- onde muitas das necessidades básicas dos indivíduos, bem como os direitos mínimos de cidadania ainda não foram atendidas- o que poderia ser consideradas como antigas no mundo capitalista.

No segundo caso, que se refere ao fato cultural, encontra-se a maior identidade dos novos movimentos sociais, é no sentido da cultura que a autora denomina de “novo” nos movimentos sociais exemplificando-os através de estudos realizados sobre esses movimentos no Brasil. Um dos exemplos citados são as CEBs (comunidades Eclesiais de Base) que assumem um caráter de “novo” além dos movimentos sociais urbanos, o novo sindicalismo dentre outros.

Segundo a autora, os movimentos sociais urbanos, até 1964 representados pelas Associação de Amigos de Bairro e Sociedade de Amigos de Bairro (SABs), se caracterizavam pelo recrutamento clientelístico, cooptação de lideranças etc. A partir da década de 70 os novos movimentos de bairro começam a ganhar força, organizando-se como CEBs, pois era a única forma possível de se organizar uma vez que os canais de mobilização eram vistos com suspeita naquela conjuntura.

Estes novos movimentos se caracterizam por suas lutas para romper com os esquemas populistas do passado, para a criação de formas comunitárias de participação direta das bases ao nível da reflexão, da decisão e da execução, diminuindo ao mínimo a distância entre direção e base do movimento (WARREN e KRISCHKE, 1987 p. 42).

Afirma ainda que o valor fundamental dos novos movimentos sociais tem sido a formação de uma nova cultura política que vai de encontro ao autoritarismo presentes, principalmente no mundo rural onde tem reinado o saber e o fazer ditados “desde cima”. *“As CEBs, organizadas com o apoio da igreja, e também alguns novos sindicatos de trabalhadores, vêm tendo uma atuação que está permitindo a ruptura dessa “cultura do silêncio” criando novas formas de consciência e de aspirações de participação política” (p. 49).*

Essa é uma realidade comum ao processo de desapropriação e remanejamento que ocorreu em Barcarena para a implantação dos grandes projetos como Albras-Alunorte e Pará Pigmentos, onde as comunidades foram assessoradas pelas Comunidades Eclesiais de Base do município para a organização dos movimentos sociais locais. A Associação dos Desapropriados de Barcarena e outras como a Associação dos moradores Rurais de Barcarena foram assessoradas pela Paróquia de Barcarena com os padres Primo Battistini e Padre Bruno. (Nascimento 1999 p. 103).

Os novos movimentos sociais orientam suas práticas por critérios de afetividade, relações de expressividade, orientações comunitárias e organizam-se de forma horizontalizada. Partindo de uma análise comparativa, os antigos movimentos privilegiam objetivos materiais, relações instrumentais, orientando-se para o enfrentamento do Estado e organizam-se verticalmente, ou seja, relações hierarquizadas e de poder. O quadro abaixo faz uma síntese das principais características dos movimentos sociais chamados “antigos” e os “novos”, de acordo com os atores estudados:

Quadro I- Características dos antigos e novos movimentos sociais

Movimentos sociais “antigos”	Movimentos sociais “Novos”
Critérios de afetividade	Objetivos materiais
Relações de expressividade	Relações instrumentais
Orientações comunitárias	Orientações para o Estado
Organização horizontal	Organização vertical
Enfatizam a crítica ao paradigma tradicional marxista	Enfatizam a cultura, ideologia, lutas sociais cotidianas, a solidariedade e o processo de identidade criado
Determinações macro	Determinações micro
Clara base classista	Importância dada ao sujeito, ator

Viola (1987) coloca que os termos “antigos” e “novos” não significa que os antigos perderam a sua importância, ao contrário, sempre desempenharam

importantes papéis políticos e nada indica que tão cedo deixarão de exercer esse papel. O autor reflete ainda que :

“Na verdade, em razão da rejeição parcial do cenário político do Estado, pelos novos movimentos sociais, uma das influências, principais dos novos movimentos sociais poderá consistir na sua habilidade para influir sobre os movimentos e partidos tradicionais”.
(p. 111)

Essa terminologia utilizada é não apenas para explicar a diferença entre os antigos e os novos movimentos sociais, mas que o cenário político nacional e internacional também exerceu influência na postura dos movimentos sociais surgidos após a década de 80, especificamente nos anos 90 com a entrada das Ong's no que se refere a intervenção política junto às camadas menos favorecidas.

O que se observa é que houve uma mudança de postura que também está relacionada ao desencanto com as inspirações utópicas pregadas pelos revolucionários marxistas, que sempre buscaram um outro tipo de sociedade, uma mudança estrutural. Os movimentos sociais “novos” voltam-se para as lutas mais localizadas, mais próximas do cotidiano, por isso a ênfase na comunidade, nas associações de moradores, de bairros dentre outros. Não que os outros movimentos perderam o sentido, mas é sempre salutar e positivo uma nova maneira de lutar.

3 “QUANDO VELHOS PERSONAGENS SAEM DE CENA”: RESGATE HISTÓRICO E GÊNESE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM BARCARENA

Iniciamos esse capítulo com uma paráfrase de Sader (1988), para fazer um paralelo entre realidades diferentes numa mesma época em que se fala de novos sujeitos de direitos. Esse paralelo nos leva a refletir sobre o seu denominador comum que é o surgimento de movimentos sociais em contextos específicos e em realidades distintas.

De um lado novos personagens entram em cena para mudar a face da política do país criando e ampliando espaços políticos de interlocução com o Estado e contribuem na conquista da democracia e de outro, num outro extremo, num contexto onde prevaleciam relações sociais tradicionais, antigos personagens de uma longa história deixaram a cena para dar lugar a um outro (empresas) que irá mudar o destino de muitas famílias, originando assim os movimentos sociais num contexto onde o público passa a ser paulatinamente substituído pelo privado.

Numa mesma época e em lugares diferentes, personagens mudam a cena e o cenário. De um lado, personagens que “apontaram no sentido de uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana e para uma nova concepção de política” (Sader). De outro, personagens históricos deixam a cena para dar lugar a uma nova realidade que, ao mesmo tempo em que se desconstrói e reconstrói espaços e identidades, contribui para a modificação das relações sociais existentes fazendo surgir um movimento que será um símbolo de resistência e que inaugura uma novo momento da história para a população que vive às proximidades das empresas Albras, Alunorte e Pará Pigmentos em Barcarena.

3.1- O CENÁRIO HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: ANOS 70 E 80

A historiografia brasileira sobre movimentos sociais é bastante rica e registra um grande número de formas de lutas sociais ocorridas nas décadas de 70 e 80. São movimentos sindicais, urbanos e rurais, movimentos em nível local de moradia, por bens de consumo coletivo como infra-estrutura urbana, saúde, educação, transporte e movimentos em favor de direitos de cidadania como os movimentos feministas, ecológicos, de negros dentre outros.

Na década de 70, os movimentos populares eram lutas isoladas por água, luz, por creches e foram caracterizados por atuarem em oposição ao Estado. Nesse período explodem por todo Brasil revoltas e protestos sociais urbanos. Os movimentos foram impulsionados pelo contexto econômico no qual se inseriam, onde ao mesmo tempo em que o Brasil experimentava um acelerado crescimento econômico, as desigualdades sociais aumentavam na mesma proporção.

Kowarick (1978), registra um aumento de 8,5% do Produto Interno Bruto, “o que constitui uma performance digna de comparação com qualquer país de desenvolvimento acelerado”, registra ainda como consequência do modelo econômico, as disparidades sociais existentes exemplificando o caso de São Paulo onde “43% da mão de obra assalariada ganham até dois salários mínimos por mês e 79% não atingem uma quantia superior a 5 vezes este padrão mínimo de rendimento”.

Alguns analistas como Telles (1988), apontam limites aos movimentos populares dessa época. A autora coloca como limites e até mesmo como inviabilidade política: “O localismo de práticas que se esgotam numa rotina de pressão sobre os órgãos públicos para o atendimento de reivindicações específicas, a fragmentação de interesses e a primazia de uma noção corporativa de direitos; o seu isolamento num certo tipo de comunitarismo que não os impede de se abrirem às manipulações populistas do Estado; a afirmação de um basíssimo que tem como contrapartida a recusa das formas de representação política e uma visão instrumental das instituições” (1988:247).

Nessa época a temática dos movimentos sociais urbanos era objeto central na investigação de cientistas sociais em decorrência das discussões sobre as

contradições urbanas que surge a reboque da dinamização do processo de acumulação capitalista na década de 70, começam a se projetar na cena política por dois motivos básicos: Um de ordem estrutural que diz respeito ao agravamento da falta de infra-estrutura urbana e rebaixamento dos salários. Portanto, “o aumento da exploração econômica e da espoliação urbana”, e o outro de ordem conjuntural corresponde ao regime já tradicional de participação popular.

Alguns movimentos desse período marcaram época e alguns, existem até os dias atuais como o movimento dos Sem Terra que foi criado em 1979 em Santa Catarina. Podemos citar também outros movimentos importantes como o Movimento Custo de Vida em São Paulo e outras capitais do país; o Movimento dos Loteamentos Clandestinos-MLC, todos ligados às ações da igreja católica através da organização das Comunidades Eclesiais de Base- Os movimentos pela redemocratização do país, que exercem influência fazendo ressurgir o movimento estudantil; o movimento sindical, retomado sob a forma combativa a partir de 1974; o movimento dos transportes coletivos, que teve como efeito a paralisação das grandes capitais brasileiras e por fim o movimento de lutas por creches em São Paulo e Belo Horizonte, influenciado pelo movimento feminista.

Os anos 80 foram denominados por alguns analistas de “a década perdida” em decorrência do modelo econômico vigente, caracterizado pela concentração de renda, acirramento das desigualdades sociais e desemprego. Para a superação do modelo de acumulação vigente, foram elaborados diversos planos econômicos capazes de alavancar o desenvolvimento com estratégia autoritária de modernização adotada.

Perdas à parte, outros analistas não interpretam de uma outra forma os anos 80, “tivemos também grandes ganhos” do ponto de vista político. “contrastando com a crise de idéias, alternativas e soluções eficazes na área econômica, os anos 80 foram de politização do setor social, de generalização da política para toda a sociedade” (idem,1991:11).

A “Era da participação” no Brasil se caracteriza pela parceria da sociedade civil com o Estado, os movimentos sociais não mais deveriam “estar de

costas”⁸ para o Estado, mas de frente para o Estado nos dizeres de Ammann (1991) reivindicando direitos.

No decorrer dos anos 80, houve a transição democrática e os movimentos passam a interagir diretamente com o Estado tendo que mudar sua postura, principalmente após a eleição de candidatos do PT às várias prefeituras de todo país.

Quando os movimentos passaram a negociar com o Estado, houve uma influência recíproca e o Estado reelabora sua política através da introdução na Constituição de 1988, de mecanismos de participação das classes na gestão e controle da coisa pública, acarretando mudanças significativas na política brasileira, inaugurando uma nova cultura onde foram nitidamente demarcados os direitos do cidadão.

“Enquanto nos anos 70 e início de 80 era a sociedade civil o principal sustentáculo de apoio dos movimentos, destacando-se setores da igreja católica, no final dos anos 80 passa a ocorrer uma transferência de apoios para a sociedade política, que deixa de ser na figura do Estado, o “inimigo aparente” dos movimentos populares” (idem, 1991:15).

É nesse período que surge um movimento associativista constituído pelas associações de moradores, estimulado e pré-construído pelas cúpulas no poder e denominado por Gohn de movimentos comunitaristas, tema reservado para o capítulo III desse trabalho.

Dentre os principais movimentos e lutas desse período podemos citar: o Movimento de invasões de Terras na Fazenda Itupu (SP), que foi o movimento embrionário da luta pela moradia em todo Brasil; a criação da CONAM – Confederação Nacional de Associações de Moradores em 1982, que aglutinou movimentos sociais em reivindicações locais nas regiões periféricas das cidades brasileiras; criação em 1983 do movimento de luta pela moradia das associações comunitárias, herança do movimento contra o custo de vida; movimento pelas diretas já em 1984; criação do movimento dos Sem-Casa em 1986; movimento de invasões de Terras em São Paulo em 1988 e a promulgação da nova constituição.

⁸ Ver Evers, 1983.

De acordo com Sader (1995) o período compreendido entre 78 e 85, os movimentos sociais foram um dos elementos da transição política e expressaram tendências que indicavam a perda do sistema político instituído.

Apoiando-se nos valores da justiça contra as desigualdades imperantes na sociedade; da solidariedade entre os dominados, os trabalhadores, os pobres; da dignidade constituída na própria luta em que fazem reconhecer seu valor; fizeram da afirmação da própria identidade um valor que antecede cálculos racionais para a obtenção de objetivos concretos (...) colocaram a reivindicação da democracia referida às esferas da vida social em que a população trabalhadora está diretamente implicada: nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços públicos e nas administrações dos bairros (Sader, 1995:313)

O autor se refere a um novo sujeito que foi criado pelos próprios movimentos populares do período acrescentando que as suas práticas revelam sujeitos que nasceram independente de previsões ou designações teóricas, um sujeito coletivo e descentralizado.

Paralelamente ao contexto descrito por Sader, onde as lutas e manifestações sociais se expandiam por todo Brasil, surge na Amazônia- no momento em que o Estado prepara terreno para a instalação do complexo industrial de Barcarena- um movimento de resistência que foi sendo construído concomitante ao avanço do processo de transformação do espaço ocupado pelas empresas Albras, Alunorte e Pará Pigmentos.

Nesse ponto está a analogia entre os novos personagens que compunham a cena descrita por Sader e os personagens que passaram por um processo de construção de identidade em decorrência da mudança de um modo de vida. Esse processo e o surgimento do movimento social em Barcarena, é tema do item a seguir.

3.2 O PROCESSO DE MUDANÇA NO COTIDIANO DAS POPULAÇÕES A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DAS EMPRESAS: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE

Os empreendimentos de grande escala, têm sido implementados como parte estratégica da expansão do capitalismo e para criar condições para a

ampliação da produção no Brasil. O processo de implantação dos grandes projetos tem provocado mudanças no espaço já habitado, na utilização de um grande contingente de força de trabalho e no modo de vida das populações que estão na área de influência desses projetos. Nesse sentido, WARREN 1996, reflete que

A contribuição destas grandes obras implica uma considerável ocupação territorial, que pode ser em espaços desocupados, como em já habitados. Só mais recentemente está havendo interesse por pesquisas sobre as conseqüências sociais destes grandes projetos sobre as populações diretamente atingidas, habitantes das áreas de sua implementação e que são removidas de suas terras e/ou moradias" (WARREN, 1996:80).

As conseqüências da implantação desses grandes projetos se fazem sentir na Amazônia, a partir da década de 70. A implantação desses projetos teve apoio do Estado brasileiro, através da dotação de infra-estrutura, da concessão de incentivos fiscais e de medidas diversas, o que tornou seu papel estratégico no processo de reestruturação da economia regional. (LÔBO, 1996). Uma das conseqüências evidenciadas pelo processo de implantação dos grandes projetos pode ser percebidas através das novas formas de relação social estabelecidas.

No Pará, o complexo ALBRÁS-ALUNORTE foi subsidiado pelo governo do Estado para instalação de uma fábrica de alumina e de alumínio primário no município de Barcarena. Sua origem está ligada a descoberta de bauxita na região do rio Trombetas e no município de Paragominas e ainda ao potencial hidrelétrico da região.

Esses e outros aspectos, como os efeitos produzidos pela intervenção autoritária promovida pelo Estado em relação à população desapropriada e a influência externa que os movimentos sociais receberam, estão relacionados ao processo ocorrido em Barcarena em decorrência da implantação das empresas Albras, Alunorte e Pará Pigmentos. Esses aspectos dizem respeito a uma situação de expropriação vivenciada pelas populações que viviam no município e que levaram a mudanças no seu cotidiano e no cenário geral do espaço que deram origem aos movimentos sociais.

Para a implantação e infra-estrutura física do projeto, foi necessário desapropriar e remanejar as populações residentes na área em que seria construído

o complexo industrial⁹. Essa área era ocupada por famílias que viviam em pequenos sítios desenvolvendo atividades relacionadas a pesca, a agricultura e ao extrativismo florestal. O processo de desapropriação e remanejamento das famílias foi registrado por alguns autores como Maia E Moura, (1995) que referem à maneira violenta com que foi executada a desapropriação das famílias que ocupavam essas terras.

A população atingida aparece no planejamento de ocupação desse espaço, apenas como um entrave, um obstáculo a ser removido para a instalação da modernização da produção. O modelo desenvolvimentista é apresentado como um fenômeno irreversível e ela só é objeto de preocupações pelo Estado porque está ocupando um espaço redefinido pela racionalidade do grande empreendimento (MAIA E MOURA, 1995:225).

No primeiro momento foi um total de 513 famílias indenizadas pela Companhia de Administração e Desenvolvimento de Áreas e Distritos Industriais do Pará (CDI) e Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (CODEBAR), e remanejadas para diversas localidades em Barcarena, que foram criadas com esse objetivo¹⁰, e outros municípios como Belém e Ananindeua.

Nos anos 90 houve novas desapropriações em decorrência das instalações industriais e portuárias da Pará Pigmentos. Foi um número de 180 famílias remanejadas de três comunidades denominadas de “Montanha”, “Curuperé” e “Arienga”¹¹ (Monteiro, 2001: 346).

O processo de desapropriação foi feito por etapas e sem um planejamento prévio, o que ocasionou o remanejamento da mesma família por mais de uma vez, pois algumas destas famílias acabavam ocupando áreas que deveriam ser desapropriadas posteriormente. Apesar da população não ter uma tradição de organização política, houve resistência, as famílias reclamavam valores justos pela

⁹ A área objeto de desapropriação é formada por vários polígonos: Um com aproximadamente 1.500 hectares, que se limita ao Norte com a fazenda Caripy, a Leste com o rio Muruçá e o Barcarena, e a Oeste com a vila de Itupanema. O outro polígono com aproximadamente 1.950 hectares, se limita ao norte com a área de expansão de Barcarena, a Leste com a Rodovia PA-151 e a Oeste com o rio Itaporanga. Por último, o polígono com aproximadamente 2.654 hectares, que se limita ao Norte com o rio Barcarena, ao Sul com a proteção da linha de transmissão da Eletronorte, a Leste com o rio Itaporanga e o rio Guajará e a Oeste, com o rio Barcarena. (RELATÓRIO DE PESQUISA DO IDESP)

¹⁰ É o caso do Bairro do Laranjal, da Colônia Agrícola do Bacuri, de Vila Nova, dentre outros lugares que atualmente vem sendo criadas para assentara as famílias do Curuperé (ver foto em anexo).

¹¹ Segundo Abreu (2001) comunidade Montanha que ocupava o terreno hoje é ocupado pela Pará Pigmentos, tinha uma população estimada em 60 pessoas, na comunidade de Curuperé havia uma população estimada em 40 pessoas enquanto que Arienga 80 moradores.

indenização de suas terras. Porém, a forma mais organizada de resistência se manifestou após concluído o processo de desapropriação.

Um processo de identificação de necessidades comuns se desenvolve na medida em que as famílias foram percebendo que a realidade não condizia com o propalado pelas empresas, as pesquisas realizadas entre as décadas de 70 e 80 em Barcarena dão conta do modo como ocorreram as negociações com as famílias. Em primeiro lugar os valores pagos pelas indenizações não cobriam as despesas necessárias para efetivar o processo de reassentamento e não possibilitavam a reprodução de suas condições de vida. Alguns trabalhos citam as várias situações adversas vividas por essas populações, algumas famílias por exemplo, não terminaram a construção de suas casas devido a falta de alternativas de sobrevivência tendo que recorrer ao dinheiro da indenização para suprir as necessidades básicas diárias de alimentação. Nesses casos muitas famílias não tendo alternativa, venderam suas casas e deixaram o lugar.

Outra questão é sobre as indenizações que não contemplavam a forma de organização das famílias a serem remanejadas. Ocorria comumente a convivência dentro de uma mesma casa de mais de uma família, quando os filhos constituíam família e continuavam a morar com os pais, seja em casas construídas no mesmo terreno, seja dentro da mesma casa. A CDI e a CODEBAR não levaram em conta “a composição das famílias extensas, negociando com apenas um cabeça da família e deixando as agregadas de fora. Estas viram-se assim privadas da possibilidade de reproduzirem-se, o que contribuiu, entre outros, para a desagregação familiar” (Nascimento 1999: 118).

A designação de posse do sítio compreendia, a moradia – área onde localizava-se mais de uma residência familiar no mesmo sítio. Os filhos ao se casarem podiam residir na mesma casa dos pais ou numa casa construída próxima a deles (Edila & Moura, 1995:233).

O resultado disso é que nos assentamentos, as casas eram idealizadas para uma família somente, ou seja, aquelas que receberam indenização, fato que excluiu grande parte das famílias que conviviam dentro da mesma casa por falta de espaço tornando-as desprovidas de um espaço de moradia. “Originárias de uma forma de organização da produção onde a terra era de usufruto da família ampliada, as negociações estabeleciam a concessão de apenas um lote por família

indenizada o que lhes impunha uma reorganização do uso desse espaço. Face à redução do espaço físico – das áreas de 20 há, passam a conviver em lote urbanos de 9X30 mts ou 15X30, ou lotes rurais de apenas 5 há, famílias se transformam em grupos domésticos. Transformando-se de produtoras em consumidoras pela transformação no seu relacionamento com a terra, esses grupos domésticos reelaboram também suas condições de trabalho e seu cotidiano” (idem, 250).

Nesse contexto, as empresas ainda não tinham um papel determinante nas desapropriações, este papel ficava a cargo do Estado, que na figura da CDI (1989) e depois da CODEBAR (1983), se encarregou de executar as primeiras desapropriações, com exceção da Pará Pigmentos que realizou o remanejamento da comunidade do Curupeté pela segunda vez.

Em decorrência desses e de outros fatores, as famílias procuraram se organizar para encaminhar questões de interesses comuns. Desse modo, fundaram em 1984 a Associação dos Desapropriados de Barcarena (ADEBAR) com o objetivo principal de recuperar o valor justo de suas benfeitorias, congregar os expropriados e repassar as experiências para outros moradores que se sentem ameaçados por novas invasões nos sítios existentes no município. “os movimentos sociais encontram força através de reivindicações coletivas que surgem a partir da identificação de carências comuns, tal como ausência de água, luz e serviço de limpeza pública”(Vasconcelos 1996:74).

Após a fundação da ADEBAR, os movimentos foram se fortalecendo devido o temor de novas expropriações no município, fazendo surgir outras associações, foi o caso do Centro Agrícola Integral Comunitário de Barcarena (CAICB), com sede em Arienga, uma localidade que fica no Km 21 da rodovia PA-151 que liga Barcarena a Abaetetuba. O projeto é parte de um programa social da Diocese de Abaetetuba da onde se origina todo o movimento crítico aos grandes projetos e envolve a Paróquia e o Sindicato rural de Barcarena.

O projeto envolvia 180 famílias de 19 povoados ribeirinhos, ligadas às Comunidades Eclesiais de Base e tinha como perspectiva a fixação das famílias em suas terras, a educação agrícola e a formação de uma resistência organizada à nova onda de expropriação.

O “Centro comunitário Rural do Laranjal” que teve a participação das famílias da comunidade do Laranjal e do São Lourenço. Algumas leituras de relatórios de pesquisa, de tcc’s e monografias, produzida sobre o tema de pesquisa, permitiram concluir que houve uma intensa participação do Estado na criação dos centros comunitários, que impõem padrões de comportamento que não condiziam com as práticas sociais das famílias, não funcionando como um espaço para a discussão e encaminhamentos das reivindicações dos expropriados.

Havia uma intensa participação das empresas nas organizações comunitárias. Há registros de funcionários da Albrás e Alunorte na direção desses centros. Vasconcelos (1996) assinala que a presença de um funcionário da Alunorte na direção do Centro Comunitário de São Lourenço resulta em ações meramente cooperativas em trabalhos coletivos como mutirões¹², sem o devido retorno aos interesses das populações.

No contexto das práticas da população local o mutirão tinha um sentido diferente do que os técnicos impunham. A característica principal é a da retribuição dos membros das comunidades em trabalhos que beneficiem a coletividade. VASCONCELOS, 1996, destaca um depoimento que traduz o modo como as pessoas se organizavam para realizar os mutirões.

“A ajuda nos sítios era para plantar, roçar, capinar e fazer farinha. Fazia-se uma panelada de feijoada e dava como alimentação para o pessoal que estava participando do mutirão. Levava-se também cachaça para os homens. Ao final do trabalho tinha uma grande festa, onde todos dançavam e comemoravam o trabalho realizado” (R.C:1996)

As práticas realizadas pelo Centro Comunitário não correspondiam às práticas tradicionais de trabalho coletivo desenvolvido pelas famílias, levando a uma total insatisfação com as práticas impostas, com as quais as famílias não se identificavam. O modo de organização da população nos sítios não se caracterizava pela venda da força de trabalho, a relação de ajuda mútua garantia o direito sobre a

¹² O mutirão pode ser considerado um recurso fundamental na produção agrícola, onde os trabalhadores se unem para realizar um trabalho coletivo. A característica principal é a da retribuição dos membros da comunidades em trabalhos que beneficiem a coletividade.

venda do produto ao seu legítimo dono e assim ocorria com todos os membros do grupo.

Foto 1 – Sítio São Lourenço



Fonte: Pesquisa de campo
Autor: Rosiane Pinheiro

A chegada dos grandes empreendimentos traz consigo a desorganização e a posterior reorganização do espaço¹³, que exige uma tomada de posição dos poderes locais para gerir os problemas decorrentes desse processo. A empresa passa a ser um ator importante na gestão do espaço e dos problemas sociais.

No processo de desapropriação, assentamento e reassentamento, os órgãos que ficaram responsáveis pela reorganização do espaço social, apresentaram um quadro caótico e conflitivo quanto as responsabilidades, que acaba levando a Albrás a intervir, de maneira definitiva nas comunidades. “É nesse espaço que a Albrás penetra de maneira determinada com propostas modernizadoras, interferindo no processo de organização da força de trabalho e no controle do espaço. A estratégia predominante é o do trabalho junto às comunidades através dos seus centro comunitários”. (MAIA & MOURA, 1995).

¹³ Ver “Industrialização e grandes projetos, desorganização e reorganização do espaço” CASTRO et alli, 1995)

Com o surgimento de várias localidades¹⁴ planejadas para o assentamento de parte da população desapropriada da área destinada à implantação do Complexo Albrás-Alunorte, as empresas começam a elaborar um programa de assistência às comunidades da área de interferência do projeto. O objetivo é alocar recursos para a compra de equipamentos, crédito para o pequeno produtor e treinamento técnico da força de trabalho. Em cada comunidade, o programa apresenta características específicas.

A política destinada à populações ainda era algo sistematizado, os resultados dessa política não constam nos balanços das empresas, somente a partir de 1998 elas passam a divulgar nos balanços oficiais, os resultados das ações sociais de relacionamento comunitário.

Teixeira e Oliveira (1995), refletem que, o interesse em desenvolver políticas sociais nas comunidades, está além de um mero resgate de sua dívida para com as populações. Para elas, a intervenção do centro comunitário é conveniente para a Albras, pois obtêm inúmeros ganhos como: a hegemonia no contexto das lutas e organização dos trabalhadores; transfere atividades cujo manejo provoca danos físicos ao meio ambiente, recaindo sobre as micro-empresas a responsabilidade; e além de diminuir o seu custo global de produção ao ser atendida a sua demanda por determinados serviços necessários ao conjunto de atividades aos empreendimentos, como é o caso das empresas comunitárias, Prescon e Vera's Confecções.

Ainda sob este aspecto, as autoras acrescentam que essa forma de interferência nas comunidades também é uma forma de antecipação a possível organização social dos deslocados, desmobilizando os movimentos sociais. Esse fato ocorre porque, a relação das empresas com os centros, abre a possibilidade de acesso a um emprego, o que causa conflitos internos às comunidades.

A política social dessas empresas vem sendo implementada nas comunidades do seu entorno, desde a desapropriação das populações que

¹⁴ A colônia Agrícola do Bacuri (CAB) estava prevista no estudo de viabilidade do projeto Albras-Alunorte e recebeu apoio da Ceasa, Sagri e Seplan. O bairro do Laranjal é atualmente uma espécie de bairro periférico da Vila dos Cabanos e o bairro de Vila Nova, assim como os outros, também surgiu para abrigar as famílias que ficaram desapropriadas de local de moradia, em decorrência das desapropriações.

ocupavam a área destinada a construção das fábricas, como uma forma de “resgate da dívida social” para com essas populações. Recentemente, essa política vem sendo gerida de uma forma mais sistematizada e ampliada, como parte da filosofia de trabalho de grandes empresas e organizações que investem na área social, dentro de uma lógica em que o mercado e a sociedade civil são agentes responsáveis pelos problemas sociais e devem, junto com o Estado desenvolver ações para minimizá-los.

A atuação direta das empresas nas comunidades vem crescendo nos últimos anos. Segundo dados da Albrás, de 1986 a 1989, foram despendidos em torno de R\$ 14.840,90 mil em programas nas áreas de comunicação, educação, proteção do meio ambiente, agricultura, saúde e assistência sócio-econômica. (TOURINHO, 1991: 107).

Dentre os primeiros projetos implementados, pode-se destacar a instalação de uma fábrica de costura na comunidade de Laranjal¹⁵ (Figura 00) com o objetivo de confeccionar uniformes dos trabalhadores da Albrás e a Prestadora de Serviços Comunidades Unidas (PRESCON)¹⁶ que visava atender a demanda de serviços gerados pela fábrica, empreiteira e moradores do Núcleo Urbano. Diante de tais iniciativas, ocorre uma competição entre os moradores pela liderança dos espaços que se abrem tanto em relação ao mercado de trabalho, quanto em relação ao financiamento e gerenciamento de programas implementados.

No que diz respeito à luta pela hegemonia, as unidades são altamente benéficas para a empresa, que obtém o consenso, controla as lideranças e gerencia o conflito. Nesse processo também é criada uma interferência na identidade comum aos expropriados que é necessária ao fortalecimento de suas lutas. (TEIXEIRA E OLIVEIRA, 1995: 280)

Figura 02- Fábrica de costura do bairro do Laranjal

¹⁵ À fábrica de confecções foi dado o nome Veras, em homenagem a assistente social designada pela Albrás para atuar junto às comunidades de São Lourenço e Laranjal.

¹⁶ A PRESCON executa trabalhos de limpeza, capinação e jardinagem em Vila dos Cabanos, na fábrica, no setor administrativo da Albrás e na linha de transmissão da Eletronorte. (Moura, citada por Tourinho, 1991)



Fonte: Pesquisa de campo
Autor: Rosiane Pinheiro Palheta

A partir da nova realidade que se desenha em Barcarena, se destacam dois processos, a saber: a crescente ampliação dos grandes empreendimentos que continua a provocar desapropriações, assentamentos e reassentamentos de famílias que vivem em comunidades de interesse para as empresas, e o novo modo de relacionamento entre as empresas e as comunidades em que se propõem e implementam políticas para a melhoria de suas condições de vida. Nesse processo é notório também presença dos poderes públicos que continua a interferir diretamente nas comunidades, ou através das políticas de parcerias com as empresas, ou através de formação de organizações com o propósito de conseguir recursos financeiros para o Município.

Dentro dessa contextualização se destaca algumas interrogações acerca dos movimentos sociais surgidos em Barcarena, após a instalação das grandes empresas, em especial os que se localizam no entorno dos grandes projetos. Quais têm sido as formas de organização coletiva, surgidas nas áreas impactadas pelos grandes projetos? As formas de organização surgidas têm se configurado em verdadeiros movimentos sociais ou apenas traduzem uma forma de cooperação que se esgota com a satisfação de necessidades de um grupo isolado? Qual tem sido o papel das organizações comunitárias ante as iniciativas sociais que constituem um misto do público e do privado? É no rastro dessas interrogações que emerge o tema do estudo em questão.

No contexto da reorganização do espaço e da vida em Barcarena, com a implementação dos grandes projetos, há que se pensar que no âmbito da vida cotidiana, ocorrem mudanças que foram percebidas quão logo as pessoas se deram

conta de que seu padrão de produção e reprodução diante da nova realidade tinha mudado e que o modo de vida tinha se alterado substantivamente. Para este novo modo de vida não bastava apenas uma casa, mas uma nova estrutura como emprego, transporte e condições para moradia, o que não foi previsto no momento do planejamento uma vez que este não contou com a participação da população no momento da sua elaboração.

3.3 ORIGEM E IMPLICAÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS:

A partir da instalação dessas empresas, ocorreram mudanças na vida cotidiana das populações atingidas. Plantenberg, (1994), reflete sobre as conseqüências negativas da produção e impactos do alumínio sobre as populações da região norte. A autora coloca que a expulsão dos pequenos produtores, índios e pescadores é a conseqüência da grande demanda por terras, que é um fato característico da implantação dos grandes empreendimentos na Amazônia. Nesse processo são desprezadas as formas duradouras de produção dos pequenos agricultores, coletores, caçadores e pescadores que vivem nas regiões de interesse das empresas.

A origem dos movimentos sociais em Barcarena está intrinsecamente ligada a instalação das grandes empresas de transformação mineral que ao penetrar na vida das populações ocasionaram mudanças que se fizeram sentir em todos os campos, no modo de vida, do modo de produção e de trabalho e nas formas de relação social que prevaleciam nas comunidades.

Os estudos realizados em Barcarena demonstram as inúmeras mudanças ocorridas após a implementação das empresas. Essas mudanças podem ser percebidas no novo desenho do município onde algumas comunidades desapareceram para dar lugar ao complexo industrial hoje existente; nos novos bairros que surgiram para receber as populações remanejadas e um grande contingente de pessoas em busca de uma oportunidade de emprego nas fábricas e principalmente, na forma de vida e de relacionamento nas comunidades e que faz surgir uma zona urbana e rural dentro do espaço ocupado pelas empresas.

As mudanças ocorridas na vida das populações vão desde as desapropriações e remanejamentos até a nova forma com que passam a se

organizar para o enfrentamento de novas ações empresariais, surgindo conflitos em torno da maneira como foram feitas as primeiras desapropriações e as conseqüências disso para seu modo de vida. As pesquisas mostram que, com os assentamentos, novas localidades surgiram e outras foram suprimidas.

Os estudos que falam da forma como ocorreu a transformação do espaço e das condições de assentamento das comunidades desapropriadas da área destinada a implantação das empresas de transformação mineral. Tourinho (1991), registra algumas localidades em que as famílias remanejadas foram assentadas, em decorrência da implantação do complexo Albras-Alunorte.

O aglomerado populacional do Laranjal, que surgiu com a finalidade de abrigar a população remanejada, hoje é uma espécie de bairro periférico de Vila dos Cabanos; São Francisco, que até 1952, tinha sido sede do município de Barcarena, se transforma em local de moradia de populações de baixa renda; Vila Nova que, tal como Laranjal, surgiu para proporcionar assentamento para as famílias que ficaram desprovidas de moradia, com a instalação das grandes empresas; e, Colônia Agrícola do Bacuri (CAB) que já estava prevista no estudo de viabilidade do projeto Albras-Alunorte e tinha como objetivo também, eliminar os indesejáveis problemas sociais decorrentes da remoção daqueles colonos que não seriam engajados nas obras de construção da fábrica.

Foto 03- Casas construídas para abrigar os desapropriados



Fonte: Pesquisa de campo
Autor: Rosiane Pinheiro Palheta

Dentre as comunidades que se destacam por já terem sido objeto de estudos e pesquisas, podemos citar a Colônia Agrícola de Bacuri, A comunidade de Curuperé, e o Laranjal.

A Colônia Agrícola do Bacuri, localizada em uma das margens da PA-151, fazia parte do planejamento das desapropriações e as famílias se dedicariam à implantação de projetos agrícolas e seriam produtoras de hortifrutigranjeiros que abasteceriam Belém e o Núcleo Urbano de Barcarena. Embora essa área não se destinasse unicamente as famílias desapropriadas, ela foi a única que constava do planejamento da implantação do complexo de alumínio.

O número de famílias a serem assentadas na Colônia era superior ao número de lotes, em decorrência disso, o objetivo era assentar as famílias que demonstrassem aptidão no plantio das culturas a serem implantadas, o que na prática, não foi possível em decorrência da urgência e da falta de uma seleção prévia das famílias que seriam assentadas. Devido a inúmeros problemas como a falta de experiência dos colonos, a precariedade da assistência técnica que era impossibilitada devido a distância que existia entre a Colônia e a sede do município, a produção de hortifrutigranjeiros fracassou. (TOURINHO, 1991).

O fracasso total do remanejamento na Colônia pode ser evidenciado sob vários aspectos manifestos pela própria comunidade. As condições com que os lotes foram entregues é uma delas, uma vez que eram inférteis impossibilitando o usufruto imediato da terra pelos colonos. *“Alguns moradores se viam obrigados a venderem as cestas básicas doadas ou financiadas e sua própria força de trabalho em outras localidades do município e fora dele”*. (Vasconcelos 1996: 40) Outras razões se referem à saúde, transporte, renda, lazer, infra-estrutura básica e falta de participação nas decisões que envolviam diretamente a comunidade. As agências de prestação de serviços que constavam no planejamento da área, como posto médico para atendimento básico, uma escola de ensino fundamental e uma creche, não funcionavam de maneira a alcançar as expectativas e necessidades da comunidade.

O acompanhamento social para a organização dos produtores, também fazia parte do planejamento da Colônia, o que resultou na fundação da Caixa Agrícola dos produtores de Barcarena, em 1985 com várias finalidades, dentre

as quais destaca-se a captação de recursos para aplicação em atividades econômicas e sociais.

A comunidade do Curuperé, afetada pela implantação do projeto caulim, intensificou sua relação com essa empresa Pará Pigmentos em 1992 quando as empresas realizaram os primeiros contatos com os moradores locais. Remanejados da comunidade chamada Montanha, onde foi instalada a empresa, os moradores espelharam-se no que ocorreu com as outras comunidades remanejadas pela Albras e Alunorte, e se organizaram na Associação dos Produtores Rurais de Curuperé (ASTRC) ainda em 1991 com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores de Barcarena – STRB e a assessoria da Comissão Pastoral da Terra – CTP e UFPA .

Segundo Tourinho (1991), a negociação feita entre as empresas e as comunidades, se concretizou em dois momentos: Num primeiro momento eram realizadas reuniões na casa de algumas famílias ocupantes da área a ser desapropriada. Nessas reuniões, os técnicos colocavam a impossibilidade de reverter o processo, apresentavam as alternativas para os locais de remanejamento ofertados pela empresa e ainda, tentavam convencer as famílias das melhores condições de educação, saúde e emprego que o remanejamento traria a elas. No segundo momento, após a adesão dos moradores às propostas, era realizada a negociação caso a caso, do valor da indenização e da retirada da família da área. Essa estratégia era mais apropriada, pois se a negociação tivesse a participação coletiva dos moradores, a resistência seria maior.

Os contatos deveriam ter sido realizados junto à ASTRC, uma vez que esta era a legítima das famílias da Montanha. Ao invés disso a empresa procurou fazer contatos com famílias e/ou moradores de forma isolada, criando a possibilidade de gerar opiniões divergentes dentro do grupo e assim enfraquecer a sua organização (NASCIMENTO, 1999:116)

No processo de negociação, as empresas assumiram um compromisso verbal com a população de construir uma vila modelo no local, com o abastecimento de água, construção de um posto médico e principalmente a titulação das terras. Porém nada foi concretizado. Segundo informações dos moradores, colhidas em pesquisa exploratória, as casas ficaram inacabadas, faltando reboco, portas e janelas, dentre outras coisas.

Figura 04- Projeto de horto de plantas medicinais da Pará Pigmentos na comunidade de Curuperé



Fonte: Pesquisa de campo
Autor: Rosiane Pinheiro

Em decorrência desse fato, os moradores passaram a reivindicar o que tinha sido prometido por meio de ofícios enviados a várias entidades governamentais e não governamentais e a empresa Pará Pigmentos. Como as reivindicações não foram atendidas, a associação procurou outras instâncias decisórias como forma de pressão, mas após serem ouvidas e, acreditando na conquista, a população recebe a notícia da Secretaria de Meio Ambiente, que teriam de sair do local onde se encontravam em decorrência da poluição provocada pela empresa.

Esse fato se desdobra em conflitos que não mais se restringem ao âmbito externo, mas principalmente ao interno, na medida em que surge o argumento de que a empresa somente tem compromisso com as famílias oriundas da comunidade da Montanha, não estando sob sua responsabilidade, as que surgiram após o assentamento na comunidade do Curuperé, as que são denominadas pelos próprios moradores, de “agregados”.

O conflito interno emerge exatamente do fato de que algumas famílias concordam com essa determinação, e outras não. Algumas famílias aderiram à proposta da empresa e outras afirmam que deveriam ser levadas em conta no processo de negociação, o que a empresa se recusa a fazer sob o argumento de que só negocia com os que foram remanejados e não com os agregados.

Esse fato é questionado pelos moradores porque ao retirar as famílias para a implementação dos projetos, os técnicos não levaram em conta as peculiaridades locais. No caso da organização familiar nos sítios, a posse

compreendia a moradia, onde se localizava mais de uma residência familiar no mesmo sítio no qual os filhos podiam construir suas casas no mesmo local, ao constituírem família. Quando a negociação foi feita, esse aspecto não foi observado e o valor pago compreendia somente a área desocupada e não o número de famílias existentes. Esse fato leva ao argumento de que as empresas não são de responsáveis pelos “agregados” e sim pelas famílias que receberam a indenização.

De outro lado há aqueles que acabam concordando com o ponto de vista da empresa e consideram que os “agregados” devem receber somente o terreno (Figura 00) uma vez que no momento do remanejamento essas famílias ainda não existiam.

Figura 05- Área em construção do reassentamento do Curuperé



Fonte: Pesquisa de Campo
Autor: Rosiane Pinheiro Palheta

O trecho da entrevista em destaque, realizada na comunidade do Curuperé, demonstra bem esse fato.

“Eles acham que os agregados não fazem parte da comunidade e há aquele impasse dos agregados com a Pará Pigmentos, porque eles dizem que eles têm que negociar com os remanejados. Essa é a polêmica deles (agregados) então é o certo porque a Pará Pigmentos já deu a terra pra todo mundo e o presidente conversou com eles e disse que já que o terreno foi repartido pra cada um ter o seu, eles iam atrás de prefeitura, de outras empresas pra conseguir o material para construir as suas casas” (moradora da comunidade do Curuperé)

Do exposto, podemos extrair algumas coisas importantes: Primeiro que as famílias ainda continuam a acreditar nas promessas de melhores condições de vida feitas pelas empresas, apesar da experiência vivida pelas famílias de completo abandono pelas mesmas. E, em segundo lugar que a cisão que vem ocorrendo

dentro das comunidades, vem enfraquecendo o movimento social e impedindo a sinergia necessária para o alcance dos resultados para a comunidade. Outro aspecto importante também é que a empresa, ao desconsiderar a população que surgiu após a primeira desapropriação da comunidade, não leva em conta a dinâmica da realidade, com o passar do tempo seria provável que haveria um crescimento da população local, o que deveria estar previsto no planejamento para não excluir as famílias hoje existentes.

Quanto ao bairro do Laranjal, construído numa área denominada de Sítio São Lourenço, está localizado às proximidades do Novo Núcleo Urbano na Vila dos Cabanos e às margens da rodovia pa-401. O Laranjal surgiu com a finalidade de abrigar a população desapropriada, mas acabou sendo integrada, em sua maior parte, por migrantes originários de outras localidades, que vieram para trabalhar nas fábricas atraídas pela possibilidade de emprego e condições melhores de vida. Muitos assentados não tiveram condições de continuar vivendo na localidade, migrando para outros lugares.

Em trabalho recente Amaral salienta uma característica específica do Laranjal, qual seja, a manutenção do seu caráter rural, apesar de se constituir numa área urbana expressa em pequenas propriedades familiares e acrescenta: “Isto, por sua vez, lhe confere uma singularidade quando comparado aos outros assentamentos, isto é, uma parcela de sua população não sofreu a perda total de seu território, observando, ainda que parcialmente, o seu modo de vida rural” (Amaral, 2002:249).

Na localidade as condições de habitação, infra-estrutura, saneamento, transporte, educação e equipamentos comunitários básicos como posto medico (figura 00), supermercado, feiras, lojas e farmácia, são incipientes de forma que a população fica isolada configurando um quadro problemático pela falta de infra-estrutura necessária para a população que passa a residir no local, o que tem levado as populações a se organizarem para reivindicar melhorias para a comunidade.

“A permanência em uma área específica em contraposição a existência de um novo Núcleo Urbano criado pela CODEBAR, com uma infra-estrutura bem proporcionada, leva necessariamente os assentados, a uma inevitável comparação, com um elevado grau de conscientização de pobreza em que se encontram, levados pela

identificação do nível de carência em que o bairro do Laranjal se apresenta” (Vasconcelos:1996).

O Centro Comunitário rural do bairro do Laranjal, fundado em 14 de junho de 1984, surgiu como uma forma de organização para a população manifestar suas reivindicações e teve a participação dos assentados do Laranjal e das famílias residentes dos sítios de São Lourenço. No decorrer do tempo, fica evidente que o Centro Comunitário não correspondia às expectativas dos grupos familiares de São Lourenço, o que levou as famílias a fundarem sua própria associação para encaminharem suas reivindicações específicas.

Figura 06- Posto médico do bairro do Laranjal



Fonte: Pesquisa de campo
Autor: Rosiane Pinheiro

As principais reivindicações da população estão relacionadas a alimentação, emprego, ajuda em relação a doença e a infra-estrutura do bairro. O centro comunitário do Laranjal atua no sentido de buscar apoio dos órgãos competentes na concretização dos seus objetivos. A Albras passa a integrar o Centro Comunitário, interferindo nas suas decisões e nos diversos assuntos que envolvem os interesses da comunidade.

A empresa tem apoiado no sentido de incentivar projetos voltados para atividades produtivas, no que criou-se uma fábrica de costura, no sentido de atender a população feminina do bairro em termos de oportunidade de emprego. Como o Centro Comunitário se constituía em uma entidade sem fins lucrativos, seria dono das instalações físicas e, através de um contrato social, cederia o prédio e em troca receberia uma parte do lucro a favor do centro, que seria revertido em benefício da

comunidade. A própria Albras priorizaria os serviços da fábrica para a confecção dos uniformes dos seus funcionários, numa média de 10.000 peças por ano.

Alguns problemas surgiram entre o Centro e a fábrica de costura, principalmente após a mudança de diretoria, pois o presidente anterior possui laços de parentesco com algumas sócias –proprietárias da fábrica. A nova diretoria, que fazia oposição a Albras, ao assumir o cargo, passou a exigir que a comunidade passasse a gerenciar o controle da fábrica, o que não foi aceito pelas costureiras e nem pela Albras.

A Albras fez um contrato no qual concedeu o direito às sócias de utilizarem as instalações e as máquinas da fábrica por um período de 15 anos, o que serviu para definir melhor a posição da Albras no contexto da comunidade. Essa parceria serviu para dividir a comunidade, pois passam a competir de maneira muito intensa entre si, em decorrência da oportunidade de emprego na fábrica de costura, o que leva a um fracionamento nas reivindicações políticas da população. Após todo o conflito, a fábrica de costura foi fechada por falta de gestão e de consenso.

A comunidade de Vila Nova, assim como o Laranjal, surgiu com o objetivo de proporcionar assentamento para as famílias desapropriadas. Na ocasião do assentamento, as famílias participaram ativamente assumindo a incumbência de construir suas próprias casas. Nos empreendimentos as famílias empregaram o dinheiro recebido pelas indenizações, mas em quase todos os casos foi insuficiente¹⁷, as habitações ficaram inconclusas durante muito tempo, o que levou algumas famílias a venderem seus lotes e emigrarem para outros locais (MOURA, 1989).

Problemas de infra-estrutura também foram registrados em Vila Nova. O transporte se restringia a duas viagens diárias para outras localidades, o que dificultava o deslocamento fora dos horários pré estabelecidos. O problema do saneamento foi resolvido com a construção de fossas nos lotes, o que ocasiona problema de higiene e saúde em decorrência da forma como foram construídas e como são utilizadas pela população. A falta de serviços como feiras, farmácias e

¹⁷ O dinheiro pago pelas indenizações foi insuficiente para as famílias, pois o valor estava baseado nas tabelas do ITERPA e do INCRA que por sua vez estavam defasadas e aquém do valor justo, fato reconhecido pela própria ADEBAR (TOURINHO, 1991).

supermercados obriga a população a se deslocar para outras localidades para obter tais serviços que não estão disponíveis na comunidade.

VEIGA (2001) afirma que um trabalho de organização comunitária, a partir da Secretaria de Agricultura local, foi desenvolvido com 28 associações, sendo criadas 15, a maioria concentrada na área urbana.

A maneira autoritária com que isso aconteceu levou a população local a perceber que as mudanças no seu cotidiano implicavam em dificuldades maiores de sobrevivência e essa realidade só foi percebida ao término de todo o processo, quando não havia mais interesse em dialogar com a comunidade e os problemas teriam que ser resolvidos sem a intervenção da CDI e da CODEBAR.

A maneira como as situações foram encaminhadas permitiu a reflexão de alguns aspectos importantes a respeito da situação. A ausência da participação dessas comunidades no processo de decisão; a falta de esclarecimento e informação a respeito do destino de cada família; a não realização de consultas às famílias para identificação da realidade sócio-econômica; o desrespeito com as diversidades físicas, organizacionais e sociais local que acabou desfazendo os laços de convivência e organização social pré-existentes; desrespeito aos direitos sociais como o de ter condições dignas de moradia e ainda, a não prevenção dos impactos negativos na qualidade de vida da população remanejada.

A ausência de um planejamento que contemplasse os interesses da população local levou ao fracasso dos remanejamentos e a insatisfação total das populações que viram a impossibilidade de viver da pesca e da roça e de conseguir empregos nas fábricas, como haviam prometido. O resgate da trajetória da organização política das comunidades torna-se importante para compreender as especificidades das mobilizações coletivas ocorridos no município de Barcarena, para dar subsídios à discussão teórica sobre o tema dos movimentos sociais e para compreender as diferenciações e particularidades no interior dos grupos.

As primeiras resistências foram isoladas evidenciadas através das famílias que se negavam a deixar seus sítios e mesmo sob a intimidação das máquinas, muitos resistiram e continuam morando nos mesmos locais que foram desapropriados.

Uma moradora do Laranjal conta que em alguns membros de sua família permaneceram no lugar de origem e por influencia, também acabou retornando e hoje o que produz no sitio serve para o sustento da família. *“Tenho uns primos que não quiseram sair de lá, um não quis receber indenização e continua lá. Passados mais de dez anos, eu tenho primos que moravam aqui e voltavam de novo para lá” (M.S. Bairro do Laranjal).*

As primeiras manifestações surgem em decorrência da falta de estrutura nos assentamentos levando as famílias a submeter-se a um processo de negociação com agências estaduais e municipais, como saúde, segurança e educação. Em alguns lugares como o Laranjal, o fornecimento de água, energia elétrica e outros serviços tem sido resultado das lutas encaminhadas pelos grupos familiares, na busca por melhores condições de moradia.

Eqüidistantes da complexidade da estrutura de poder, as reivindicações comunitárias se desdobram. O Centro Comunitário e a Associação dos desapropriados de Barcarena – ADEBAR,, reivindicam, dos órgãos competentes, os serviços de que necessitam, principalmente, energia e água encanada, uma vez que não mais possuem rios adequados ao uso (Vasconcelos, 1996:71).

Dentre as principais reivindicações estavam aquelas relacionadas aos graves impactos ambientais que atingiram várias localidades do entorno do projeto como a comunidade de Curuperé. Muitas plantações de árvores frutíferas apresentaram problemas atribuídos aos gases emitidos pela Albrás, o que levou a comunidade juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores rurais de Barcarena-STRB a fazer denúncias junto aos de meios de comunicação de massa. Como resposta, a empresa respondeu junto aos jornais que realizaria um projeto de pesquisa em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA para avaliar os efeitos da poluição sobre as comunidades que fizeram a denúncia.

Para a constituição dos movimentos sociais em Barcarena deve-se registrar a importância da influência externa que, em muitos casos, prestou assessoria direta aos movimentos na luta contra as desapropriações. A primeira e principal influência foi recebida da igreja católica através do padre Primo que mobilizou os desapropriados e contribuiu de forma significativa para a participação da população local.

A igreja ainda atua fortemente em algumas comunidades como a Vila do Conde; porém em outras esta participação é quase nula. *“A igreja não se envolve muito aqui, ela participa mais em eventos, mas em Vila do Conde sim, a participação é grande, eles participaram até da conferência de saúde, o Centro Comunitário não estava participando esse ano, mas a igreja estava”* (A.S. Comunidade do São Francisco).

Dentre os atores importantes está a universidade Federal do Pará que assessorava algumas comunidades como a da “Montanha” e do “Curupeté”, através de um projeto de extensão do curso de Serviço Social que desenvolveu ações que suscitem a participação e o esclarecimento dos moradores como cursos, oficinas e palestras, além de apoio para questões cotidianas dos associados como elaboração de pautas de reivindicação; de abaixo-assinados dentre outros. Além disso, havia também o Sindicato dos trabalhadores rurais de Barcarena que procurava participar dos movimentos e reivindicações feitas pelos moradores e até de outros movimentos como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

O MOBRAL contribuiu para o surgimento de algumas associações no município, através da presença de pessoas que trabalhavam diretamente com a população das comunidades.

O MOBRAL entrou aqui em 1983 ou 1984 através de um professor que começou a incentivar a comunidade. Ele fazia mutirões, incentivava a participação pois era uma pessoa muito influente e vinha ajudar, quando surgiu a comunidade tinha que ter a uma associação organizada, registrada, toda documentada para poder reivindicar as nossas necessidades. Aí surgiu a associação de moradores através da influência do MOBRAL (J.B. comunidade Vila Nova).

Esses atores foram, de uma ou outra forma, importantes atores na constituição e fortalecimento dos movimentos sociais em Barcarena tanto no sentido de suscitar quanto no sentido de encaminhar as questões apresentadas.

A partir da experiências da ADEBAR, que irradiou sua experiência por todo o município de Barcarena, houve um aprendizado significativo que é percebido através de novas desapropriações e remanejamentos ocorridos recentemente. É o caso das famílias da Comunidade do Curupeté, que remanejadas pela segunda vez contam sua experiência de forma diferenciada.

No primeiro momento as famílias passaram por processos expropriatórios que se identificavam com as famílias de outras comunidades, mas atualmente o processo foi um pouco diferente, pois as famílias se posicionaram e participaram de todas as etapas do remanejamento, decidindo o local para onde gostariam de ir e em que condições.

Figuras 07- Casa e igreja em construção no reassentamento “Nova Vida”



Fonte: Pesquisa de campo
Autor: Rosiane Pinheiro Palheta

Hoje o Curuperé denomina-se de “Nova Vida”, (Figura acima) “fazendo jus ao momento em que se busca mudanças e melhorias para a comunidade” (J.S.C, Líder comunitário).“Onde morávamos antes era área industrial e não podíamos nem pensar em projetos maiores ou em montar nosso negócio, como agora” (Atitude, 2004: 26).

Para sintetizar o que foi discutido listamos os principais aspectos desse processo de mudança ocorrido a partir da implantação do complexo industrial de Barcarena, observando a Tabela 1, que resume de forma mais didática os fatos relacionados a origem dos movimentos sociais em Barcarena, ou seja, antes dos grandes projetos se instalarem na região, havia uma situação que predominava uma forma de vida tradicional, nas quais as principais características estavam baseadas em uma solidariedade e confiança mútua da população, que trabalhando de forma coletiva, transformavam os resultados do trabalho numa maneira de compartilhar e de socializar a produção. Essa forma de compartilhamento pode ser exemplificada através dos mutirões, que naquele contexto, eram realizados para comemorar e dividir com a comunidade os frutos do trabalho coletivo.

A fala de um morador que veio de fora, mas que participou do movimento social, traduz bem essa questão:

Eu vim pra cá passear, não vim para trabalhar. Quando eu cheguei aqui eu participei da festa de comemoração deles e gostei muito porque era farto, tinha caça, tinha pesca e roça, tinha frutas e era farto nessa parte (...) Cheguei numa época de comer peixe à vontade, cada peixe grande. Naquela época era difícil os pescadores saírem e não trazerem “cambada” (grifo meu) de peixe, hoje não, a dificuldade é grande, a Alunorte e a Albras dizem que não está poluído, mas eu tenho certeza absoluta que sim (..) o rio tá nessa situação, peixe tá muito difícil de pegar. (J.S.B, comunidade de Vila Nova).

O entrevistado reflete uma época em que a sobrevivência estava associada aos recursos oferecidos pelo rio e pela floresta e faz referência às mudanças ocorridas após a entrada das empresas no município.

Para explicitar o processo de mudança descrito acima em que estão interligados fatos como a entrada das empresas no município, a origem dos movimentos sociais e suas implicações mútuas, é necessário definir alguns critérios para que seja possível uma melhor reflexão. São os seguintes os critérios: 1) As relações mantidas entre as populações e o meio ambiente, e entre estas e os poderes instituídos; 2) A formas de produção e reprodução de vida e, 3) A formação de identidades coletivas.

Quadro 02 - ESQUEMA DO PROCESSO DE MUDANÇA E ORIGEM DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

SITUAÇÃO PRÉ-EXISTENTE	MUDANÇAS OCORRIDAS	EFEITOS (SURGIMENTO DOS MOVIMENTOS)	INFLUÊNCIA EXTERNA
Pequenos sítios	Perda do espaço de moradia e de trabalho/ Assentamentos urbanos	Identificação de carências comuns	Igreja
Solidariedade	Perda dos laços familiares e de vizinhança	Protesto	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barcarena
Árvores frutíferas	Perda da subsistência	Mobilização	Universidade Federal do Pará
Trabalhos de Roça, caça e pesca	Trabalhos especializados	Processo de conscientização	Pastoral da Terra
Espaço amplo de moradia	Espaço de moradia reduzido	Organização	Diocese de Abaetetuba
Modo de vida rural	Vida urbana	Movimento sociais	Federação dos Trabalhadores na Agricultura-FETAGRI
Confiança mútua	Desconfiança	Experiência	

As mudanças também trouxeram os movimentos sociais, pois as comunidades passaram a se organizar como forma de se antecipar a futuras desapropriações e remanejamentos, e não apenas por isso. As comunidades passaram a ser alvo constante de intervenções políticas, tanto do poder público, quanto das empresas. Mais recentemente, as ações sociais destas vêm sendo modificadas no sentido de uma estratégia de comunicação mais sistematizada através de práticas de responsabilidade social empresarial desenvolvidas por tais empresas.¹⁸

O movimento social em Barcarena tem características peculiares, pois surgiu num contexto rural e não urbano onde predominam formas tradicionais de reprodução das condições de vida em que as mudanças positivas ocorridas não se

¹⁸ A respeito do tema, ver trabalho de Pressler intitulado “Novas práticas de comunicação no complexo industrial de Barcarena” (2004)

estenderam às populações locais. Pode-se afirmar então que houve movimento social no contexto das empresas de transformação mineral com especificidades que não podem ser comparadas com os movimentos de grande repercussão como os movimentos sociais urbanos da década de 70 que possuem características diferenciadas, mas deixou uma herança que hoje se cristaliza nas várias formas associativas predominantes no município que têm buscado manter uma parceria para o desenvolvimento de seus projetos.

Hoje os movimentos sociais se transformaram e modificaram também suas formas de luta, pois um número considerável de associações surgiu após a fundação da Adebar, por todo o território de Barcarena, mas deve-se levar em conta que há diferenças entre os movimentos inicialmente surgidos e os que predominam atualmente, pois há uma enorme gama de associações que se diferenciam dos que surgiram há 20 anos atrás.

As reivindicações dos movimentos está diretamente relacionada a infra-estrutura existente que atende precariamente as necessidades da população. Em termos de números relacionados a infra-estrutura para a população, Barcarena conta com a seguinte estrutura:

Tabela 01 – Barcarena: síntese municipal

Síntese	Número
População e Domicílios 2000-2001	
Pessoas Residentes – Total	63.268
Pessoas Residentes - Área Urbana	27.767
Pessoas Residentes - 10 anos ou mais de idade – Rendimento Nominal Médio	498,44 Reais
Mulheres Residentes - 10 anos ou mais de idade – Rendimento Nominal Médio	330,15 Reais
Pessoas Residentes - 10 anos ou mais de idade - Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	5.384 Pessoas
Esgoto - Domicílios particulares permanentes com banheiro ligado à rede geral	1.877 Domicílios
Água - Domicílios particulares permanentes com abastecimento ligado à rede geral	3.815 Domicílios
Lixo - Domicílios particulares permanentes com lixo coletado	9.049 Domicílios
Fonte: IBGE, Assistência Médica Sanitária 2002.	

O município de Barcarena conta com uma população de 63.268 e a maior parte residente na área rural, apesar de que uma parcela significativa mora nas áreas urbanizadas que congregam as empresas. Quanto à educação, as tabelas evidenciam o número de estabelecimentos e de professores para os diversos níveis de ensino Estadual, municipal e privado.

Tabela 02- Escolas com dependência administrativa Estadual - 1997-1998 - 1999

		Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio		Ensino Superior		
			1.ª a 4.ª	5.ª a 8.ª	Médio	Profissionalizante	Especial	Jovem e Adulto	Superior
N.º Estabelecim.	1997	14	24	5	4	1	5	3	0
	1998	14	24	5	4	1	5	3	0
	1999	10	24	5	4	0	6	3	0
N.º de Alunos	1997	494	3.622	1.875	1.992	164	167	990	0
	1998	494	3.622	1.875	1.992	164	167	990	0
	1999	349	3.288	2.207	2.406	0	171	1.063	0
N.º Professores	1997	17	108	77	53	0	25	34	0
	1998	8	102	73	68	0	13	39	0
	1999	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: SEDUC - Diagnóstico Educacional do Pará - 1996 - 1997/ SEDUC -DIEE-1998
TABULAÇÃO: TCM

Se observarmos o número de estabelecimentos da rede de ensino Estadual, no decorrer dos anos de 97, 98 e 99, veremos que ou decresceu, como o caso da educação infantil, ou permaneceu o mesmo. No que se refere ao atendimento da

demanda, há um aumento do número de atendimento, com exceção da educação infantil e o ensino profissionalizante.

Tabela 03- Escolas com dependência administrativa Municipal - 1997-1998 -1999

		Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio		Ensino		
			1.ª a 4.ª	5.ª a 8.ª	Médio	Profissionalizante	Especial	Jovem e Adulto	Superior
N.º Estabelecim.	1998	106	106	10	1	0	5	10	0
	1999	100	108	10	1	0	5	14	0
N.º de Alunos	1998	3.178	7.909	1.741	65	0	137	1.070	0
	1999	2.231	9.015	1.746	67	0	157	1.749	0
N.º Professores	1997	147	292	124	19	0	16	69	0
	1998	125	262	125	10	0	3	57	0

FONTE: SEDUC - Diagnóstico Educacional do Pará - 1996 - 1997/ SEDUC -DIEE-1998
TABULAÇÃO: TCM

No que tange a educação municipal, houve um decréscimo no número de alunos no ensino infantil e um acréscimo no ensino fundamental, médio e na educação e jovens e adultos.

Tabela 04- Escolas com dependência administrativa privada - 1997-1998 - 1999

		Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio		Ensino		
			1.ª a 4.ª	5.ª a 8.ª	Médio	Profissionalizante	Especial	Jovem e Adulto	Superior
N.º Estabelecim.	1997	4	3	2	0	0	1	0	0
	1998	4	3	2	0	0	1	0	0
	1999	6	5	3	1	0	1	1	0
N.º de Alunos	1997	228	224	103	0	0	100	0	0
	1998	228	224	103	0	0	100	0	0
	1999	788	835	770	375	0	85	118	0
N.º Professores	1997	4	0	0	0	0	0	0	0
	1998	11	14	21	0	0	0	0	0
	1999	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: SEDUC - Diagnóstico Educacional do Pará - 1996 - 1997/ SEDUC -DIEE -1998
TABULAÇÃO: TCM

Observa-se que a rede de ensino privada no município tem crescido bastante, tanto no número de estabelecimentos quanto no número de atendimento a partir de 97 e isso pode ser explicado pelo crescente número de pessoas que vêm de fora para trabalhar nas empresas localizadas em Barcarena, o que exige uma estrutura maior para atender a demanda existente.

Tabela 05- Número de professores por modalidades de ensino -1996 / 1997/ 1998

Esfera	Modalidades														
	Educação Infantil			Fundamental			Ensino Médio			Jovem e Adulto			Educação Especial		
	96	97	98	96	97	98	96	97	98	96	97	98	96	97	98
Estadual	31	17	8	199	185	175	45	53	68	34	34	39	22	25	13
Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Municipal	162	147	125	326	416	387	12	19	10	54	69	57	9	16	11
Particular	3	4	11	0	0	35	0	0	0	0	0	0	0	0	2

FONTE: SEDUC - Diagnóstico Educacional do Pará, 1996-1997
TABULAÇÃO: TCM

Observa-se um decréscimo do número de professores na educação infantil, no ensino fundamental houve um aumento no ano de 97 e no ano seguinte outra queda nesse número, o que se estende às outras modalidades de ensino.

Tabela 06- Número de matrículas, índice, valor repassado e previsto-Fundef

Ano	Nº. de Matrículas	Índice	Valor do Fundo R\$ (Anual)
1997		0,040000	551.167,59
1998	9.517	0,02264256917449	2.896.074,30
1999	9.650	0,02017891377744	(*) 3.039.750,00

(*) Valor previsto

FONTE: SEDUC / ASPLAN
TABULAÇÃO: TCM

Os dados revelam o número maior de recursos recebidos pelo Fundef em 98 e 99 explicam o aumento no número de vagas para o ensino fundamental nestes mesmos anos.

No que tange a questão da saúde no município, os números são os seguintes:

Tabela 07- Unidades de atendimento - 1998

Estabelecimentos	Número	N.º de leitos
Hospital	3	
Pronto Socorro		
Posto de Saúde	10	
Centro de Saúde		
F.N.S./ Unidade Mista de Barcarena	1	26
Unidade Mista de Barcarena	1	20
Clínica Dr. Pinheiro	1	33
Total	3	79

FONTE: SESPA - DDASS
TABULAÇÃO: TCM

Segundo dados do ano de 1998 não há pronto socorro no município, há somente 3 hospitais e 10 postos de saúde para atender a demanda de todo o município, o que revela uma precariedade no serviço de saúde local.

Para o ano de 2002 houve em aumento no número de leitos referentes ao SUS, que passou para 84. A tabela abaixo faz uma síntese da estrutura de saúde em Barcarena.

Tabela 08- Leitos e equipamentos de saúde

Leitos/Equipamentos	Número
Leitos	113
Leitos disponíveis ao SUS	84
Internações (2001/2002)	5.306
Equipamentos de diagnóstico através de imagem	7
Equipamentos de infra-estrutura	6
Equipamentos por métodos óticos	3
Equipamentos por métodos gráficos	1
Equipamentos para terapia por radiação	0
Equipamentos para manutenção da vida	21
Mamógrafos com comando simples	0
Mamógrafos com estereotaxia	0
Tomógrafos	0
Eletrocardiógrafos	1
Ultra-som doppler	0
Ultra-som ecógrafo	4
Eletroencefalógrafos	0
Equipamentos de hemodiálise	0
Raio X para densitometria óssea	0
Raio X até 100mA existentes	1
Raio X de 100 a 500mA	2
Raio X mais de 500mA	0
Equipo odontológicos	6
Grupo de geradores	4
Fonte: IBGE, Assistência Médica Sanitária 2002.	

No que se refere ao quesito saúde a situação é bastante precária no município, principalmente para quem mora em comunidades mais distantes que necessitam de atendimento de urgência e emergência ou de tratamentos mais complexos que não podem contar com esse serviço de saúde dentro do município. Observe abaixo o quadro das taxas de natalidade e mortalidade:

Tabela 09- Taxa de natalidade, mortalidade e mortalidade materna, infantil e fetal 1995 - 1998

Anos	Taxa de Natalidade			Taxa de Mortalidade			Mortalidade		
	Número de Nascimento	População	Coef.	Número de Óbitos	População	Coef.	Mater na	Infan til	Fetal
1995	1.391	53.003	26,24	-	-	-	0	5	6
1996	1.441	54.259	26,56	69	54.259	-	1	15	81
1997	1.557	56.085	27,76	-	-	-	0	16	36
1998	-	-	-	-	-	-	0	9	-

FONTE: SESPA / IBGE; SESPA -1995-1998
TABULAÇÃO: TCM

Os dados acima concorrem para as reivindicações populares nas comunidades que fizeram parte do estudo, pois muitas das reivindicações se referem a saúde uma vez que é uma necessidade premente dos moradores tanto da zona urbana quanto da área rural. Dentre as reivindicações citadas quanto a saúde, está a falta de atendimento médico, que é uma realidade nos lugares onde existe posto médico. Os dados podem ser observados na tabela abaixo:

Tabela 10- Corpo Clínico e pessoal auxiliar –1997

Corpo Clínico e Pessoal Auxiliar	Número
Médicos	6
Enfermeiros	7
Agentes de Saúde	27
Farmacêutico	1
Agente de Vigilância Sanitária	3
Técnico em Laboratório	4
Auxiliar de Enfermagem	9
Agente de Saneamento	2
Farmacêutico Bioquímico	1
Assistente Social	2
Veterinário	1
Odontólogo	3
Outras Categorias	3

FONTE: SESPA
TABULAÇÃO: TCM

O número de profissionais da saúde é muito aquém do número de hospitais e unidades de saúde, são 6 médicos para atender a demanda existente, quanto aos outros profissionais também são muito pouco diante das reais necessidades da população. Essa e outras questões serão discutidas melhor no capítulo a seguir que trata das principais reivindicações norteadoras das associações estudadas.

4 LUTAS E EXPERIÊNCIAS DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS EM TORNO DAS EMPRESAS DE TRANSFORMAÇÃO MINERAL: UM ESTUDO DE CASO

No trabalho de campo realizado em Barcarena, foram pesquisadas associações entre as áreas urbanas e rurais com o objetivo de verificar como, atualmente, as comunidades têm se mobilizado para o enfrentamento de questões que envolvem o seu cotidiano e como têm se organizado diante das empresas e da prefeitura local traduzidas nas suas principais formas de luta e suas principais reivindicações atuais.

Das 39 associações identificadas, foram pesquisadas apenas 15, não em decorrência de critérios rígidos, mas pela dificuldade de deslocamento entre as comunidades que são equidistantes, optamos por estudar apenas as que se encontram na parte continental, excetuando-se as ilhas, devido a dificuldade de acesso.

Em segundo lugar, optamos por estudar apenas as associações de trabalhadores rurais e moradores, uma vez que as outras organizações não são comunitárias e, já foi dito, essa terminologia é apenas para diferenciar os tipos predominantes e delimitar as diferenças entre o urbano e o rural. Os outros tipos de associações não foram analisadas pois fugiam dos objetivos deste trabalho que é o estudos dos movimentos sociais e reivindicações populares no entorno das empresas de transformação mineral.

De fato, havia dezoito associações para incluir na pesquisa, porém três delas não foram encontradas sendo que, segundo informações de moradores, não existiam em decorrência da falta de participação dos membros.

Surpresas à parte, uma das maiores dificuldades da pesquisa foi o acesso às comunidades e principalmente às lideranças comunitárias com as quais tivemos que retornar mais de uma vez para efetuar as entrevistas.

A coleta de dados foi feita através de entrevistas com técnicos das empresas e dos órgãos da prefeitura municipal de Barcarena e aplicação de um questionário com lideranças das Associações, o presidente, e na ausência deste, (algum membro da diretoria). Além disso, colhemos depoimentos de antigos moradores que participaram da primeira associação surgida em Barcarena, a ADEBAR.

4.1- PERFIL DOS ENTREVISTADOS:

Para a compreensão das formas de atuação e desenvolvimento das associações estudadas é necessário também traçar um perfil das lideranças comunitárias no sentido de que fornecem elementos para a análise da dinâmica do objeto de pesquisa.

Dentro de uma associação de moradores e trabalhadores ou produtores rurais, a diretoria é composta de presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro. Os dados porém, não se estendem a todos os membros da diretoria, mas restringiu-se a pessoa a qual foi possível localizar no momento da entrevista, o que pode limitar uma visão ampla que seja realmente representativa, mas pode dar pistas e nos aproximar dos objetivos do objeto de estudo.

Tabela 11 - Função dos entrevistados na organização

Função	Número	%
Presidente	10	66,6
Vice-presidente	1	6,7
Secretário	1	6,7
Tesoureiro	3	20
Total	15	100

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir da Pesquisa de campo

A maioria das respostas foi dada pelo próprio presidente, como mostra a tabela acima 66,6% dos entrevistados era presidente da associação e, apenas na ausência deste e na impossibilidade de retornar, foi que optamos por outro membro da diretoria que estivesse disposto a ceder a entrevista no período da pesquisa de campo.

Levantou-se dados a respeito da categoria sócio-profissional, da origem, escolaridade e origem do e tempo de moradia. Em alguns casos, como no

bairro Laranjal, o presidente atuava há pouco tempo como presidente, apesar de morar há 24 anos no bairro.

Tabela 12 - Tempo de moradia

Há quanto tempo reside no local?	Número	%
Sempre morou	6	40
1 a 5anos	1	6,7
6 a 10 anos	4	26,6
11 a 15 anos	2	13,3
Mais de 15 anos	2	13,3
Total	15	100

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir da Pesquisa de campo

A tabela acima mostra que a maioria dos entrevistados (40%) sempre morou no lugar ou mora há bastante tempo; apenas (6,7%) dos entrevistados mora menos de 5 anos; outros (40%) residem em média de 6 a 15 anos. Esse dado é importante para explicar a menor ou maior representatividade perante a associação. Uma comunidade mais antiga pode ter um dirigente mais representativo se este for morador antigo que conheça a história e as lutas e necessidades cotidianas do lugar onde mora. Além de conhecer a história do município, pode também ter vivenciado as transformações pelas quais vem passando desde a entrada das empresas em Barcarena. Neste caso a origem também é importante e complementa a idéia discutida, observe a tabela abaixo:

Tabela 13 - Origem Dos Entrevistados

Local	Número	%
Belém	9	60
Ananindeua	1	6,7
Barcarena	1	6,7
Bujaru	1	6,7
Moju	1	6,7
Macapá	1	6,7
Paraíba	1	6,7
Total	15	100

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir da Pesquisa de campo

Observa-se que a maioria dos entrevistados são de origem do próprio município (60%), mais de 26% vem de outros municípios e apenas (13,4%) veio de outros Estados. Um deles conhece bem a história dos movimentos sociais pois chegou numa época que ainda não existia empresas no município.

Quanto ao conhecimento dos entrevistados a respeito das desapropriações e remanejamentos realizados e a maioria absoluta respondeu que tinha conhecimento desse fato, inclusive com conhecidos e parentes que foram desapropriados. Houve depoimentos narrados por pessoas que vivenciaram o fato na infância, mas a história estava bem presente na memória.

Nestes casos, após 20 anos do ocorrido, perguntamos como avaliavam esse processo e a resposta foi ouvida com certa surpresa, pois do total de respostas afirmativas, todas foram unânimes na avaliação de que a realidade havia melhorado, o que significa uma mudança em relação às primeiras pesquisas realizadas. Embora as respostas sejam positivas, não podem ser generalizadas pois não é representativa do total dos expropriados, mas é um fato que também deve ser levado em consideração.

A gente não tá bem como deveria, mas tá melhor do que estava no sítio, melhor pela condição entende? É uma rua perto do colégio, tem uma rua asfaltada (muito mal) mas tem, lá no mato não, a gente tinha uma vida mais ruim! (Laranjal)

Por um lado foi bom porque houve progresso e foi ruim porque tiraram de lá e não deram nenhuma estrutura, saímos de onde tinha água de boa qualidade, poço, árvores frutíferas, criação (...) Chegamos num terreno onde não tinha nada, tivemos que roçar, então a gente perdeu nisso, não tivemos uma estrutura, a gente teve que começar tudo de novo. (A.S. Comunidade São Francisco)

A entrevistada se reporta ao impacto gerado na vida da população mas consegue visualizar o lado positivo, principalmente quando se trata de infraestrutura. A referência ao progresso é recorrente na fala dos entrevistados e esse progresso significa sempre a oportunidade de estudar e de ter acesso a saúde, o que era muito difícil para quem não possuía recursos. Observe a avaliação de um dos entrevistados: *“Foi negativo porque hoje a gente vê pessoas que pescavam, que viviam disso, hoje a maioria não faz por causa da poluição. Positivo porque tem um posto médico, um colégio de segundo grau, o que antes nós não tínhamos” (Vila Nova).*

A escolaridade pode estar associada a melhoria das condições de vida referida pelos entrevistados, a tabela abaixo pode ser um indicador das falas acima e que pode não se estender a maioria dos expropriados:

Tabela 14 - Grau de escolaridade dos entrevistados

Escolaridade	Número	%
Analfabeto	-	-
Ensino Fund. Incompleto	2	13,3
Ensino Fund. Completo	7	46,6
Ensino Médio Incompleto	4	26,6
Ensino Médio Completo	1	6,7
Ensino Superior	-	-
Sem Informação	1	6,7
Total	15	100

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir da Pesquisa de campo

A maioria dos líderes comunitários possui o Ensino fundamental completo (46,6) do total e (26%) cursam ou já cursaram o ensino médio embora apenas (6,7%) o tenha concluído. Em relação ao ensino superior, não houve resposta afirmativa, bem como também não houve ninguém analfabeto.

Quanto a ocupação dos entrevistados, encontramos uma gama de trabalhadores empregados nas empreiteiras que prestam serviços às empresas.

Tabela 15 – Profissão dos entrevistados

Profissão	Número	%
Trabalhador Rural	4	26,6
Operador	1	6,7
Eletricista	1	6,7
Carpinteiro	1	6,7
Técnico em Informática	1	6,7
Pescador	1	6,7
Biscate	1	6,7
Empreiteiro	1	6,7
Estudante	1	6,7
Comerciante	1	6,7
Inspetor de segurança	1	6,7
Sem Informação	1	6,7
Total	15	100

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir da Pesquisa de campo

Do total dos entrevistados (26,6%) são trabalhadores rurais e os outros se ocupam nas mais diversas atividades. Apenas um dos entrevistados trabalhava diretamente em uma das empresas, os outros trabalhavam em empreiteiras ou estavam desempregados, trabalhando exclusivamente dentro das associações.

Tabela 16 – Trabalha nas empresas locais ou em terceirizadas

Escolaridade	Número	%
Sim	4	26,7
Não	11	73,3
Total	15	100

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir da Pesquisa de campo

É interessante notar que dentre os entrevistados, uma parcela de 26,7% trabalham nas empresas locais ou em firmas terceirizadas que prestam serviços às empresas no município. A maioria não trabalha em nenhuma empresa. Em alguns casos, foi citado que não há um empenho do Presidente em decorrência desse fato.

A Secretaria de Agricultura e de Assistência social do município, bem como o Centro histórico foram algumas fontes de informações valiosas sobre as associações pesquisadas. É a seguinte a relação das associações estudadas das áreas urbanas e rurais a que pertencem:

4.2- CARACTERIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES:

Quadro 03 - Associações Pesquisadas

Área urbana	Área rural
1 – Bairro Pioneiro	1 – Guajará da Serraria
2 – Bairro Laranjal	2 – Curuperé
3 – Bairro São Francisco	3 - Bom Sossego
4 – Vila de Itupanema	4 – Colônia Agrícola do Bacuri
5 – Vila Nova de Itupanema	5 – Colônia Agrícola Embrasa
6 – Vila do Conde	6 - São Lourenço
7 – Vila dos Cabanos	7 – Massarapó e Cabeceira Grande
	8 - Vai-Quem-Quer, Japiim e Tauá

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir da Pesquisa de campo

Foram 15 associações pesquisadas, porém, há aquelas que contém mais de uma comunidade como é o caso a Associação de trabalhadores rurais Massarapó e Cabeceira Grande e a do Vai-quem-quer, Japiim e Tauá, que abrangem duas e três comunidades respectivamente. Quanto a população de cada comunidade, não foi possível identificar o número exato, pois há casos em que havia o número de pessoas e não havia o número de famílias e vice-versa. Observe a tabela abaixo:

Tabela 17- Número de pessoas ou famílias por comunidade

Comunidades	População
Pioneiro	4.500
Laranjal	3.000
São Francisco	1.800
Vila de Itupanema	-
Vila Nova de Itupanema	4.000
Vila do Conde	-
Vila dos Cabanos	-
Guajará da Serraria	-
Curupeté	36 famílias
Bom Sossego	22 famílias
Colônia Agrícola do Bacuri	115 famílias
Colônia Agrícola Embrasa	14 famílias
São Lourenço	-
Massarapó	48 famílias
Cabeceira Grande	62 famílias
Vai-Quem-Quer	20 famílias
Tauá	35 famílias
Japiim	19 famílias

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir da Pesquisa de campo

Quando se trata de comunidades urbanas, geralmente o que encontramos foi o número de habitantes, já no caso das comunidades rurais, havia apenas o número de famílias, fato que deve estar associado aos projetos que são desenvolvidos em tais comunidades pelas empresas locais e ainda, pelo fato de ter uma população menor que nas comunidades urbanas.

O surgimento das associações está intimamente relacionada às mudanças ocorridas com a implantação das empresas e com os projetos que vêm sendo desenvolvidos atualmente nas comunidades locais em parceria com a Prefeitura de Barcarena. O desenvolvimento urbano também é um dos fatores que têm influenciado o surgimento de associações, pois nas áreas onde se tem constituído bairros periféricos e invasões, logo que surge um bairro novo ou invasão, cria-se também uma associação de moradores.

De acordo com a tabela I observa-se que 33,3% das associações foram fundadas entre os anos de 1984 e 1989 e isto pode estar relacionado a dois principais fatores: Ao processo de mudança ocorrido em decorrência da implantação do complexo Albras-Alunorte e posteriormente a Pará Pigmentos, pois se considerarmos o período até 1994 soma-se mais de 45% do total das associações fundadas. O outro fator pode se explicar pelo próprio crescimento do movimento

social iniciado com a ADEBAR que exerceu forte influência nas comunidades rurais através da socialização da experiência dos expropriados.

Observa-se que entre os anos de 1995 e 1999 houve um percentual considerável de associações fundadas, o que pode ser explicado, entre outras coisas, pela crescente ação de responsabilidade social das empresas, que procuram constantemente as comunidades com o objetivo de desenvolver projetos sociais. É a partir desse período que a Albras e a Alunorte começam a sistematizar uma ação de responsabilidade social nas comunidades através da publicação de relatórios das atividades de apoio ao desenvolvimento comunitário e relação social nas comunidades rurais.

Tabela 18 - Data de fundação das associações

Ano	Número	%
1984 a 1989	5	33,3
1990 a 1994	2	13,3
1995 a 1999	3	20
2000 a 2004	2	13,3
Sem informação	3	20
Total	15	100

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir da Pesquisa de campo

Para desenvolver o Programa de Agricultura Familiar Mecanizada, que teve início em 2001, e o Barcarena do Futuro, que foi lançado em 2000, a Albras e Alunorte, respectivamente, incentivaram a organização comunitária para que os mesmos pudessem ser assumidos pela própria associação após a implantação do mesmo, uma vez que um dos objetivos de tais projetos é a auto-sustentabilidade. Em muitos casos, como o Vai-quem-quer (Figura 08), a sede da associação foi construída após durante a implantação do projeto como parte integrante do projeto.

Figura 08- Centro comunitário construído pelo PAFAM



Fonte: Pesquisa de campo
Autor: Rosiane Pinheiro

Um percentual considerável, (20%) do total dos entrevistados não souberam informar o ano de fundação, o que pode ser explicado pela falta de disponibilidade dos documentos das associações no momento da entrevista.

Como dito anteriormente, dependendo da área da qual faz parte, se urbana ou rural, observa-se que o mutirão, que faz parte da cultura local, é uma atividade em comum das associações estudadas, onde a construção das habitações é feita coletivamente se estendendo às demais atividades realizadas pelas comunidades.

Quanto à história das associações pesquisadas, é interessante observar que a maioria dos entrevistados colocou que a fundação da associação foi feita por iniciativa da própria comunidade, (60%) das respostas, em seguida foi o surgimento estava associado a iniciativa do governo (20%) e apenas (6,7%) declarou que a empresa interferiu para que a associação pudesse ser fundada.

Tabela 19 – Motivo do surgimento da associação

Interferência externa	Número	%
Empresas	1	6,7
Governo	3	20
Sindicato	-	-
Outros movimentos	2	13,3
Iniciativa da própria comunidade	9	60
Total	15	100

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir da Pesquisa de campo

A atividade principal nas associações estudadas está relacionada às reivindicações elaboradas e encaminhadas ao poder público e às empresas, estas reivindicações são uma forma de enfrentamento e resistência das populações locais. Outra atividade importante se refere aos eventos e promoções realizadas pelas associações que, em alguns casos, mobiliza uma parte considerável dos moradores e sócios. *“A gente faz campeonato, a gente tem clube de veteranos, a gente faz até pela dificuldade de locomoção das pessoas daqui, então a gente procura fazer aqui mesmo. Nós temos a agência distrital e promove o domingo de lazer e o dinheiro arrecadado a gente emprega dentro da própria comunidade” (A.S.D.M. Comunidade São Francisco)*

A falta de lazer é uma realidade na maioria das comunidades visitadas, não há investimento social no esporte e lazer para as comunidades locais e essa dificuldade se estende tanto à área urbana quanto a rural. Na primeira, as necessidades quanto a infra-estrutura física ocupam as principais reivindicações das associações, o que torna o esporte e o lazer algo secundário. Nesse caso, o único local onde há clubes é a Vila dos Cabanos, mas é um espaço restrito a sócios.

No caso das comunidades rurais, a única forma de lazer é o rio ou igarapés, quando existem, pois como refere o entrevistado, o deslocamento é difícil para a população procurar outras formas de lazer fora da comunidade.

As atividades das associações no caso de eventos e promoções, geralmente envolvem a participação de toda a comunidade, mas no que se refere às reivindicações, a participação maior fica a cargo dos membros da diretoria, somente em casos de maior urgência, são formadas comissões envolvendo a comunidade e membros da igreja, nos lugares onde há uma atuação forte da mesma.

A Tabela 20 mostra a relação das principais reivindicações já feitas pelas lideranças comunitárias. Observa-se que as principais reivindicações estão relacionadas a infra-estrutura. Do total das principais reivindicações, 20% se refere a melhoria de deslocamento da população, sendo o transporte a questão mais citada pelos entrevistados. *“O transporte é uma cobrança eterna, não é um transporte coletivo, é alternativo. O ônibus leva o velho, a criança, a bagagem, tudo. Tem que*

ser pago, não aceitam vale-transporte, depois da construção da ponte, nós ficamos isolados, então a maior reivindicação é o transporte”(idem).

Estamos reivindicando a melhoria da estrada, porque essa estrada era uma tristeza no ano de 2000, ninguém podia sair daqui, virou só um rio, só um lamaçal. Daí eu comecei a me empenhar com as empresas para que a gente conseguisse a estrada de volta”(M.L.C.S, Comunidade do Vai-quem-quer).

Como se pode notar, as reivindicações passam a se dirigir para solucionar o problema do transporte à população, principalmente aquelas que moram na zona rural, as perguntas abaixo foram respondidas de forma espontânea pelos entrevistados, observe as principais reivindicações citadas:

Tabela 20 - Principais reivindicações citadas

Reivindicações	Número	%
Melhoria da estrada	2	0,5
Telefone público	2	0,5
Posto de Saúde	4	10
Atendimento médico	3	7,5
Reforma do prédio da Associação	1	2,5
Construção do prédio da Associação	1	2,5
Energia	3	7,5
Praça	2	0,5
Centro esportivo ou área de lazer	3	7,5
Escola	2	0,5
Água	3	7,5
Transporte	5	12,5
Construção de templo religioso	1	2,5
Ambulância	1	2,5
Pavimentação	1	2,5
Desenvolvimento Agrícola	2	0,5
Máquinas e equipamentos para beneficiamento	1	2,5
Segurança	1	2,5
Saneamento Básico	1	2,5
Feira	1	2,5
Total	40	100

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir da Pesquisa de campo

O segundo problema mais citado foi quanto a saúde, que é uma reivindicação recorrente em boa parte das associações, pois quando há um posto de saúde este é bastante precário e, quando há atendimento médico não é suficiente para atender a demanda existente. 20% dos entrevistados disseram que a saúde é uma das maiores necessidades da população, sendo que as principais

reivindicações são posto de saúde com 10% dos entrevistados, atendimento médico 7,5% e, por último, a ambulância com 2,5% das respostas.

Para as áreas rurais, as reivindicações mais citadas foram as que se referem a comunicação, com 5% das respostas para telefone público e 2,5% para máquinas e equipamentos para beneficiamento das atividades de agricultura. Na entrevista, alguns líderes comunitários citaram a falta de máquinas e equipamentos como um problema ao desenvolvimento dos projetos que vem sendo desenvolvidos pela Albras e Alunorte nas comunidades.

Cabe enfatizar que há uma diferença entre as áreas urbanas e rurais no que tange aos interesses a população. No primeiro caso as reivindicações passam mais pela infra-estrutura e se caracterizam como atividade reivindicativa, pois os moradores se mobilizam em busca de melhorias para o seu bairro e sua comunidade. Nas áreas rurais não se pode falar apenas em atividades reivindicativas, pois nessas comunidades o que se busca e fato é parcerias com as empresas e o poder público para arregimentar recursos para o desenvolvimento de seus projetos que geralmente giram em torno da agricultura. Percebe-se uma racionalidade muito forte em tais comunidades, que têm seus próprios projetos e além de reivindicativas, tentam ser propositivas.

A colheita de feijão é toda manual, nós temos que “debulhar” tudo manual, só que o técnico todo dia fala que vai comprar uma máquina, só que ainda não deu certo para nós comprarmos nossa máquina. A agricultura tem um impacto na natureza, e no caso do feijão do ano passado, sofremos um prejuízo, porque quando nós esperávamos o sol para colher, veio a chuva, aí nosso feijão apodreceu muito, deu muito trabalho para nós catarmos o bom do ruim, pra classificar, para poder vender. Então para mim, nós ainda temos necessidade de maquinário para fazer a colheita. (M.L.C .S, Vai-Quem- Quer)

A questão da energia está intimamente vinculada à reivindicação as da segurança. No primeiro caso, as reivindicações estão associadas mais às áreas rurais e no outro, mais às questões urbanas, pois muitas pessoas retornam do trabalho por ruas escuras e o risco de assalto é grande. Muitos entrevistados falaram sobre o aumento da violência nas comunidades urbanas.

No que se refere à educação, as reivindicações giram em torno da capacitação da mão-de-obra local por meio de cursos profissionalizantes, com o

objetivo de conquistar um emprego nas prestadoras de serviço e/ou nas próprias empresas. *“Aqui só quem faz cursos profissionalizantes, são os filhos dos funcionários da Albras e Alunorte porque o SENAI¹⁹ cobra caro. Uma parceria para esse fim, uma escola profissionalizante, pois vejo muita escola de primeiro e segundo grau. Será que vamos formar só até o segundo grau? (São Francisco)*

Geralmente as pessoas costumam associar a formação profissional através de cursos técnicos à conquista de uma vaga no mercado de trabalho local. Esse fato pode ser explicado pela falta de emprego às populações locais nas próprias empresas em decorrência da falta uma certa capacitação técnica e o preparo da mão de obra para que seja possível o recrutamento da população local às empresas. O que acontece no caso de Barcarena é que as pessoas acabam trabalhando apenas para as prestadoras de serviço. Outra questão que contribui para essa situação é a falta de escolas de ensino superior no município, o que leva as empresas a contratarem mão de obra fora do município.

A gente deseja que tenha uma capacitação para as pessoas daqui porque eles vão trabalhar com serviço pesado, não tem uma capacitação para melhorar, tem o Senai, mas é caro, um pai de família que recebe um salário, não tem condições de pagar” (E.B. comunidade de Itupanema)

As falas dos entrevistados permitem uma interpretação significativa de suas práticas e das lutas reivindicativas que não levam em conta apenas as ações imediatas, defensivas no sentido de garantir apenas as condições mínimas de sobrevivência. Além de buscar soluções para os problemas imediatos e urgentes, há uma preocupação pela defesa e proteção do cotidiano contra práticas territoriais dos agentes empresariais e políticos locais.

¹⁹ Serviço Nacional da Indústria

Na entrevista perguntamos ainda sobre a obtenção das reivindicações feitas pelas associações. A resposta está condensada na tabela IV.

Tabela 21 – Atendimento das reivindicações feitas

Reivindicações atendidas	Número	%
Todas	3	20
Nenhuma	6	40
Raras	4	26,6
Muitas	2	13,3
Total	15	100

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir da Pesquisa de campo

A maior parte dos entrevistados respondeu que nenhuma de suas reivindicações foi atendida (40%) tanto no que se refere às reivindicações feitas às empresas quanto às direcionadas ao governo local. Na mesma direção, 26,6% delas raramente são atendidas e 13,3% muitas das reivindicações são atendidas. Foi muito citado pelos entrevistados sobre os pedidos atendidos quando se trata de realização de eventos, promoções e até mesmo doações. Quando se trata de reivindicação mesmo onde há uma grande participação em prol de uma melhoria para a comunidade, dificilmente o pedido é realizado.

Apenas (20%) respondeu que todas as reivindicações são obtidas. Em muitos casos, as elas foram atendidas em decorrência da parceria realizada entre governo e empresa. Nota-se também que em algumas comunidades há uma maior parceria com a Albras- é o caso da comunidade do Vai-quem-quer- e uma menor ou quase nenhuma parceria com as outras empresas, a exemplo da comunidade de São Francisco. Em outras comunidades a parceria em maior grau se estabelece com a Alunorte e em outras com a Pará Pigmentos, é o caso do Laranjal e do curupeté respectivamente.

Quanto ao destino das reivindicações, estas dirigem-se tanto ao governo local, quanto às empresas. 20% dos entrevistados responderam que a maioria de suas reivindicações é encaminhada à prefeitura municipal; quase 50% das respostas indicaram as empresas (Albras, Alunorte e Pará Pigmentos) como principais agentes a quem encaminham suas reivindicações.

Tabela 22 – Encaminhamento das reivindicações

Destino	Número	%
Prefeitura	3	20
Albras	2	13,3
Alunorte	4	26,6
Pará Pigmentos	1	6,7
Outros	4	26,6
Sem informação	1	6,7
Total	15	100

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir da Pesquisa de campo

É através de ofícios também que as comunidades buscam obter as suas reivindicações e em reuniões com as empresas nas quais os líderes comunitários expõem suas necessidades e carências. *“Até o presente momento uma empresa só chegou com a gente para tentar dar apoio que foi a Alunorte porque a Albras, através de vários ofícios, a gente só emite, mas não tem retorno” (Bairro Pioneiro).*

“Uma certa vez em reunião na albras e na Alunorte, tive a oportunidade de fazer um pronunciamento pois quis que eles entendessem que o nosso bairro não é mais uma invasão, ela nasceu de uma invasão, mas hoje ao nosso ver é uma comunidade” (idem)

Essa fala remete à questão da identidade dos movimentos pois os moradores se sentem discriminados por ocuparem uma área que se transformou em bairro e acabam associando esse fato à falta de atendimento de suas reivindicações.

Essa questão também está ligada ao relacionamento que as comunidades mantêm com as empresas e vice-versa. A quem as comunidades dirigem suas reivindicações depende, em muitos casos, do canal de comunicação aberto pelas empresas às organizações comunitárias. Essa forma de relacionamento se desenvolve através da procura entre ambas as partes, onde certas empresas atuam diretamente em determinadas comunidades e determinadas comunidades reivindicam de forma mais contínua a certas empresas.

É interessante notar que com o governo local ocorre a mesma tendência, o que pode ser evidenciado na Tabela 14, que mostra como e de que maneira se estabelece o relacionamento entre as associações estudadas e os órgãos locais:

Tabela 23 - Relacionamento mais próximo

Agente	Número	%
Empresas	9	60
Governo	3	20
Sindicato	2	13,3
Outros Movimentos	-	-
Outros	1	6,7
Total	15	100

Fonte: Dados coletados e tabulados pela autora através da pesquisa de campo

Como se pode observar, a maioria dos entrevistados disse que se relaciona de forma mais próxima com as empresas locais (60%), e depois vem o governo local com (20%) das associações, seguido do sindicato com (13,3%) das respostas.

Os projetos sociais desenvolvidos nas comunidades, geralmente são feitos em parceria entre as empresas e a prefeitura local. Apesar disso, a maioria relatou que se relaciona mais com as empresas, isso significa que as iniciativas estão partindo mais das empresas do que do governo local, a gestão tem ficado a cargo das empresas na realização dos projetos, o que tem possibilitado uma visão positiva das mesmas em muitas comunidades visitadas.

O sindicato (Figura00) teve grande importância na constituição dos movimentos sociais, pois apoiava continuamente as atividades reivindicativas das comunidades, especialmente as associações rurais. Atualmente esse relacionamento continua a existir, porém, segundo o presidente do sindicato, falta uma participação mais efetiva da base para alcançar um maior efeito.

Figura 09-Sindicato dos trabalhadores rurais de Barcarena



Fonte: Pesquisa de campo
Autor: Rosiane Pinheiro Palheta

Em alguns momentos, pode-se observar que as práticas de algumas associações estão envoltas em ações burocratizadas evidenciadas em formas de cartas e ofícios que contêm petições às quais levam são direcionadas às empresas e ao poder público.

Antes pediam para a Albras coisas que para nós não interessava, era freezer, uma televisão, coisa boba. Hoje temos equipamentos como de obturação, extração e limpeza. Quer dizer coisas que a Albras ajuda, mas que serve para uma dúzia de pessoas, não para comunidade toda. (Vila do Conde)

O trecho da entrevista revela uma cultura do pedir ainda muito presente em algumas respostas, a “ajuda” referida pelo entrevistado indica um relacionamento baseado no favor, embora a questão discutida pelo entrevistado sinaliza um avanço quanto a consciência da ação coletiva.

4.3. A PARTICIPAÇÃO POPULAR NOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A RELAÇÃO COM AS EMPRESAS:

A questão da participação é uma categoria central no estudos dos movimentos sociais e não pode deixar de ser feita nesse trabalho. A participação direta supõe a produção dos meios para satisfação das necessidades primárias, mas não somente isto, o cidadão têm o direito a conquistar e usufruir da educação, saúde

recreação, infra-estrutura urbana, assistência técnica e social, distribuição eqüitativa de renda etc.

A participação indireta se refere ao associativismo, ou seja, a participação num grupo social, pois “atomizados e dispersos os indivíduos não têm voz nem peso”. Para a autora essas dimensões isoladas e independentes, não podem ser denominadas de participação.

A participação é a categoria básica do estudo e é definida como “Um processo de ações e decisões que criam e modificam as estrutura básicas as sociedade” e esta participação não se restringe a infra-estrutura econômica e à gestão das políticas públicas, mas às estruturas de distribuição e consumo de bens produzidos e geridos (Ammann, 1977). Para a autora a participação é composta pelas dimensões diretas e indiretas e não significa passividade, mas “supõe reivindicação, conquista, contribuição, determinação, em outras palavras, ação”.

4.3.1. A Participação Direta

A primeira discussão que parece importante é a participação dentro do próprio movimento das associações estudadas. A Tabela 24 indica o número de associados existentes das organizações estudadas.

Tabela 24 – Número de associados

Número de Associações	Número de associados	%
0 a 100	6	40
101 a 200	2	13,3
201 a 300	1	6,7
301 a 400	1	6,7
401 a 500	1	6,7
Acima de 500	2	13,3
Sem informação	2	13,3
Total	15	100

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir da Pesquisa de campo

A tabela indica que 40% das associações têm até 100 associados e a partir de então esse número vai decrescendo. À primeira vista pode parecer que há uma pequena participação nas associações, mas deve-se levar em conta o tamanho

da população das comunidades envolvidas desses movimentos. Existem comunidades que congregam apenas 20 ou 14 famílias, como é o caso do “Vai quem quer” e do Bom Sossego respectivamente. Apenas duas das associações 13,3%, tem acima de 500 associados e numa delas há um número grande de associados (1.800), porém a participação é pequena.

O número de militantes mesmo, não chega a um terço. As pessoas estão desacreditadas sabe, é difícil manter um número exato de participantes exatamente pela falta de interesse, perspectiva pois eles acham que não vai adiantar, não vai dar certo (São Francisco)

Outra questão recorrente também nas entrevistas realizadas se refere à mudança de presidente que acaba provocando o desmantelamento das atividades das associações, o que demonstra a importância do líder nessas organizações.

“Todo mês tinha reunião e eu já estava conseguindo trazer a comunidade só que pena que a gente sai e o que entra não dá seqüência, aí torna a esfriar”(São Francisco).

“Estamos tentando reorganizar de novo porque quando a gente sai, parte para outra pessoa e ela deixa a peteca cair e o pessoal se afasta, na diretoria passada, se houve cinco reuniões foi muito, aí o pessoal fica desacreditado” (Vila Nova).

O trecho das falas evidencia bem a questão da importância dada às lideranças, um líder pode dizer muito do movimento, se é forte ou fraco. No primeiro caso a entrevistada é ex-presidente e hoje continua fazendo parte da diretoria como tesoureira; no segundo caso o contrário, o presidente estava há pouco tempo no cargo e expõe a dificuldade de fomentar novamente a participação dos moradores. *“A nossa associação ficou parada assim, tá muito parada depois que o nosso presidente se foi, aí ninguém mais quis reunir” (Embrasa)*

A participação dos moradores está implicada nas formas pelas quais a diretoria, em especial o presidente planeja e fomenta as atividades. As formas de participação nas associações estudadas podem ser resumidas na tabela 16.

Tabela 25-Formas de participação dos moradores

Atividades	Número	%
Assembléia de participação popular	3	20
Reuniões	6	40
Trabalhos coletivos	3	20
Cursos	2	13,3
Sem Informação	1	6,7
Total	15	100

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir da Pesquisa de campo

De acordo com a tabela acima, a forma mais comum de participação é através de reuniões (40%), seguido de assembléia de participação popular e trabalhos coletivos (20%) e ainda através de cursos que são feitos para este fim.

Nós trabalhamos com os movimentos sociais procurando desenvolver o aspecto cultural, tentando fomentar o movimento associativo. É importante a discussão pois a gente aprende e passa as informações para outra pessoas, um tem uma idéia, outro tem outra, aí a gente consorcia as idéias e põe para frente. Trabalhamos o indivíduo através dos anseios, temos um trabalho educativo, através de palestras, cursos de capacitação via empresa e município. (C.D.N Bom sossego).

As reuniões não são restritas apenas aos membros e aos moradores, mas também com os órgãos do município e as empresas para possibilitar um relacionamento mais estreito com tais agentes. *“Nós temos que colocar na mesa o que nós precisamos aqui, se estamos doentes, temos que falar para o médico o que estamos sentindo, então igualmente a comunidade com as empresas e a administração municipal. Temos que chegar e dizer o que queremos, o que é prioridade. Falta negociação”* (Vila Nova)

A “negociação” é bastante citada nas entrevistas como forma de conquistar a parceria das empresas através de um relacionamento pacífico, onde o diálogo é um aspecto central. Observe a fala seguinte: *“É só através de reuniões, nada de briga, nada de ato público, eu não gosto de manifestações, eu chamo o pessoal e fazemos a coisa formalmente, é na base da negociação que a gente consegue ter um efeito”* (Laranja)

As falas dos entrevistados evidenciam de forma clara que não há um movimento de protesto e nem manifestações públicas como forma de reivindicação.

Percebe-se nos movimentos uma forma mais ativa, o que corrobora as premissas de Touraine sobre os novos movimentos sociais agirem de forma autêntica como atores com uma capacidade propositiva que difere dos movimentos clássicos que tinham no protesto a evidência real de sua autenticidade - como nos mostrou Amman (1991) - excluindo todas as outras formas de manifestação da categoria de movimento social.

4.3.2. A Participação Indireta

Outra questão importante a ser discutida refere-se à participação dos entrevistados em outros movimentos ou organizações. A tabela 17 indica que 60% dos entrevistados respondeu que participa de outros movimentos, enquanto que 33,3% não participa; ou seja, uma parcela significativa das lideranças está engajada em outros movimentos e, na maioria dos casos esse movimento é a igreja seguida do sindicato e de cooperativas.

Tabela 26- Participação em outras organizações ou movimentos

Participa de outros movimentos	Número	%
Sim	9	60
Não	5	33,3
Sem Informação	1	6,7
Total	15	100

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir da Pesquisa de campo

O depoimento a seguir foi dado por uma integrante do movimento dos desapropriados e reflete que a prática cotidiana importante para o seu aprendizado onde relaciona o seu “desembaraço” a sua prática e vivência que contribuiu para o crescimento pessoal, ou seja, a participação na igreja e no movimento é associada ao seu aprendizado não como resultado da educação formal adquirido nas escolas.

“A gente não tem estudo, não é analfabeto, mas formação mesmo, nem eu nem meu marido, a gente não tem, eu sei ler e escrever muito bem. Eu sou desembaraçada, trabalho na igreja católica, por isso é que eu sou assim, desenvolvida, pelo que eu vejo e não pelo estudo” (Laranjal).

Quanto a participação direta, a Tabela 18 demonstra o acesso a serviços públicos dos entrevistados:

Tabela 27 – Acesso a serviços públicos

Local	Número	%
Própria comunidade	8	53,3
Comunidades vizinhas	6	40
Outro município	1	6,7
Total	15	100

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir da Pesquisa de campo

A maioria respondeu que tinham acesso a serviços de saúde e educação na própria comunidade (53,3%) dos casos e outros (46,7%) tinham que se deslocar para Barcarena ou comunidades vizinhas e até outro município para ter acesso a serviços públicos, principalmente no que se refere ao ensino médio e superior e a tratamentos e serviços mais especializados de saúde, pois nos casos onde existe uma unidade de saúde e médicos para fazer atendimentos à comunidade, este é apenas ambulatorial.

Essa afirmação pode ser constatada na Tabela 19, que mostra o número de estabelecimentos de saúde no município de Barcarena. Existem 25 estabelecimentos de saúde públicos no município, desses, 18 são públicos e apenas 7 são privados; porém, se levarmos em consideração o número de estabelecimentos que trabalha com internação, observaremos que do total de cinco (5) com capacidade de internação, três (3) deles são privados e apenas dois (2) são públicos, o que significa que a maioria da população não tem acesso a esse tipo de atendimento enquanto que a maior capacidade de internações fica a cargo do serviço privado no qual só quem tem acesso são as pessoas que possuem plano de Saúde.

Tabela 28 - Estabelecimentos de saúde no Município de Barcarena

Serviços de Saúde 2002	Quant.
Estabelecimentos de Saúde total – 2002	25
Estabelecimentos de Saúde públicos – 2002	18
Estabelecimentos de Saúde privados – 2002	7
Estabelecimentos de Saúde com internação – 2002	5
Estabelecimentos de Saúde com internação públicos – 2002	2
Estabelecimentos de Saúde com internação privados – 2002	3
Estabelecimentos de Saúde sem internação – 2002	17
Estabelecimentos de Saúde sem internação públicos - 2002	16
Estabelecimentos de Saúde sem internação privados - 2002	1
Estabelecimentos de Saúde de apoio à diagnose e terapia - 2002	3
Estabelecimentos de Saúde de apoio à diagnose e terapia públicos – 2002	0
Estabelecimentos de Saúde de apoio à diagnose e terapia privados – 2002	3
Estabelecimentos de Saúde com plano de saúde próprio - 2002	0
Estabelecimentos de Saúde que prestam serviços a plano de saúde de terceiros – 2002	5
Estabelecimentos de Saúde com atendimento particular - 2002	6
Estabelecimentos de Saúde que prestam serviços ao SUS - 2002	20
Leitos hospitalares	113
Leitos hospitalares disponíveis ao SUS	84

Fonte: IBGE, Assistência Médica Sanitária 2002.

Pode-se perceber que os serviços de saúde mais especializados de terapia e apoio à diagnose, todos são privados sendo que não existe esse serviço para a população que precisa de um serviço de saúde público.

As pessoas que trabalham nas fábricas têm acesso a um plano de saúde, pois a estrutura da Vila dos Cabanos foi criada para atender os funcionários das empresas e isso se refere não apenas a infra-estrutura física de moradia, mas se estende aos aspectos saúde, educação, esporte e lazer, o que acabou excluindo a população desses benefícios.

No que se refere a educação, o número de escolas públicas é bem maior que o de escolas privadas. Observe a Tabela 20 sobre o acesso a educação em Barcarena.

Tabela 29 - Ensino e rede escolar no município de Barcarena

Ensino - Rede escolar 2003	Quant.
Matrículas – Ensino Fundamental	19.755
Matrículas – Ensino Médio	4.720
Docentes – Ensino Fundamental	804
Docentes – Ensino Médio	183
Ensino fundamental – 2003	124
Ensino fundamental - escola pública estadual – 2003	21
Ensino fundamental - escola pública federal – 2003	0
Ensino fundamental - escola pública municipal – 2003	98
Ensino fundamental - escola privada – 2003	5
Ensino médio – 2003	8
Ensino médio – escola pública estadual – 2003	6
Ensino médio – escola pública federal – 2003	0
Ensino médio – escola pública municipal – 2003	0
Ensino médio – escola privada – 2003	2
Ensino pré-escolar – 2003	123
Ensino pré-escolar - escola pública estadual – 2003	6
Ensino pré-escolar - escola pública federal – 2003	0
Ensino pré-escolar - escola pública municipal – 2003	112
Ensino pré-escolar - escola privada – 2003	5

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP -, Censo Educacional 2003.

Das 124 escolas de ensino fundamental no município, 119 são da rede pública de ensino, sendo 21 delas estadual e 98 da rede municipal e apenas 05 da rede de ensino privada. Das 123 escolas de ensino pré-escolar, a maior parte (112) é da rede pública municipal, sendo 06 estaduais e apenas 05 da rede privada de ensino. Porém quando se trata de ensino médio, o número decresce, existindo apenas 08 no total, sendo 06 delas da rede pública estadual e 02 da rede privada.

A partir dos dados sobre saúde e educação, pode-se observar que em se tratando de saúde, a população ainda não tem acesso, principalmente se tratando de serviços mais especializados. Mas no que se refere à educação isso se inverte de alguma maneira, pois há um número maior de escolas públicas do que privadas, porém só quanto ao ensino básico, pois se considerarmos o nível médio, o acesso é bem restrito e quanto ao nível superior, este não existe no município.

Se levarmos em consideração ainda às comunidades mais distantes, esse acesso fica mais restrito ainda devido à dificuldade de deslocamento que existe entre as comunidades e entre estas e o centro de Barcarena.

No caso da participação indireta, pode-se afirmar as comunidades avançaram bastante, pois o número de associações existentes é grande, embora nem todas as comunidades tenham uma, mas nesse caso duas ou mais comunidades pequenas acabam se unindo para formar uma associação.

Tabela 30 - Organizações existentes

Organizações associativas	Número	%
Moradores	11	20,7
Trabalhadores ou produtores	28	52,8
Pescadores	5	9,4
Centro social e cultural	1	1,9
Sindicato	2	3,8
Caixa Agrícola	2	3,8
Cooperativas	3	5,7
Grupo de Produção familiar	1	1,8
Total	53	100

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir da pesquisa de campo

Há inúmeras organizações existentes no município, muito embora optamos por estudar o caso das associações de moradores e produtores ou trabalhadores rurais, não podemos deixar de citar as outras organizações, pois trata-se da participação indireta discutida por Ammann (1991), o que tem sido uma das transformações sociais ocorridas desde a ADEBAR, que deixou a herança da participação popular, originando outras formas de movimentos sociais em Barcarena.

A categoria participação é uma formulação clássica da teoria da ação social e sua presença se fez sentir de forma diferenciada ao longo do processo histórico. De acordo com Gohn, sua presença foi mais forte no período da teoria da modernização, mas nos anos 70 passou a ser utilizada no sentido de participação da sociedade civil. Segundo a autora o termo participação se tornou parte do repertório das demandas dos movimentos e foi apropriado por discursos políticos sendo referência obrigatória em todos os planos de governos, passando a ser sinônimo de descentralização.

A participação hoje é muitas vezes estimulada pelo poder público quando da implementação de programas e projetos sociais, dessa forma a exigência de muitas organizações financeiras pela existência de associações para a liberação de crédito tem levado os governos a fomentar a criação de muitas organizações

populares com interesses financeiros de captar recursos, mas no caso da participação propriamente dita para a democratização e sucesso das práticas é uma resposta a ser buscada. Para analisar a forma de participação social nos projetos desenvolvidos pelas empresas que envolvem as associações estudadas. Primeiro é importante saber em quais delas tinham projetos sendo desenvolvidos.

Tabela 31– Tem projetos sociais em desenvolvimento

Resposta	Número	%
Sim	9	60
Não	6	40
Total	15	100

Fonte: Fonte: Dados elaborados pela autora a partir da pesquisa de campo

Como podemos perceber a maioria delas (60%) tinha um projeto social que vinha sendo desenvolvidos pela Albras, Alunorte ou Pará Pigmentos e apenas (40%) não tinha nenhum projeto, principalmente aquelas da área urbana, o que pode-se levar em consideração a importância dada às comunidades rurais por essas empresas. O único projeto que envolvia as comunidades da área urbana é o projeto CDI²⁰, uma Organização Não-Governamental que desenvolve um trabalho junto a comunidades de baixa renda para levar o ensino da informática, que tem como objetivo criar canais de diálogo entre estas e as classes mais privilegiadas.

A forma de participação é muito importante para a análise dos movimentos sociais pois há muitos argumentos em defesa da participação. A falta de participação da comunidade é apontada na literatura produzida pelas principais instituições internacionais de debate sobre desenvolvimento e políticas públicas, como um dos principais entraves ao sucesso de programas, planos e projetos governamentais. A esse respeito, (Bandeira 1999) sublinha que:

Como consequência dessa falta de envolvimento da comunidade, muitos programas e projetos governamentais concebidos de cima para baixo não sobrevivem às administrações responsáveis pelo seu lançamento. Acabam por ser substituídos por outros igualmente efêmeros, num ciclo patético que envolve grande desperdício de recursos e só contribui para aumentar o descrédito em relação à eficácia das ações do setor público. (BANDEIRA, 1999:12).

²⁰ Comitê de Democratização da Informática

Dessa forma perguntamos também como as associações participam na implementação dos projetos sociais desenvolvidos e as respostas foram as seguintes:

Tabela 32 - Formas de participação nos projetos desenvolvidos pelas empresas

Forma de participação	Número	%
Através de formação de comitês	1	11,1
Apenas por sorteio	1	11,1
Reuniões para defender propostas e ouvir a comunidade	4	44,4
Através da mão-de-obra no desenvolvimento das atividades	3	33,3
Total	9	100

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir da pesquisa de campo

A maioria das respostas apontou a reunião (44,4%), como forma mais comum de participação das associações na implantação e desenvolvimento dos projetos, seguida da mão-de-obra direta da comunidade em atividades necessárias, principalmente se for agricultura como o Programa de Agricultura Familiar Mecanizada – PAFAM- e o Barcarena do Futuro da Albras e Alunorte respectivamente.

Figura 10- Projeto social da Alunorte na comunidade de Massarapó



Foto: Pesquisa de campo
Autor: Rosiane Pinheiro Palheta

A formação de comitê para aprovação das atividades é interessante, pois é uma forma democrática de participação. “O nosso comitê é formado por Prefeitura, empresa, Instituto de Terras do Pará -ITERPA e comunidade e reúne todos os meses para discutir o que será aprovado para o mês seguinte” (J.M.D. Comunidade de Massarapó).

A elaboração de projetos pelas próprias organizações também é importante para perceber se há realmente autonomia e se tais associações são propositivas. Dessa forma perguntamos se já haviam elaborado projetos sociais para apresentar ao poder público e/ou às empresas.

Tabela 33 - A comunidade já elaborou Projetos Sociais?

Elaborou projetos sociais	Número	%
Sim	9	60
Não	6	40
Total	15	100

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir da pesquisa de campo

Como se pode perceber, a maioria das associações estudadas (60%) do total, já elaborou algum projeto social para apresentar, principalmente às empresas locais, a maioria dos casos encontra-se na área urbana, muito embora não houve desenvolvimento de tais projetos.

Perguntamos ainda se os entrevistados conheciam projetos sociais desenvolvidos pelo governo municipal, por Organizações Não - Governamentais e pelas empresas. A resposta pode ser visualizada na tabela abaixo:

Tabela 34 - Conhece Projetos Sociais Desenvolvidos Em Barcarena?

Empresas			Governo			Organizações Não Governamentais		
Resposta	Número	%	Resposta	Não	%	Resposta	Número	%
Sim	11	73,3	Sim	1	6,7	Sim	4	26,6
Não	4	26,6	Não	14	93,3	Não	11	73,3
Total	15	100	Total	15	100	Total	15	100

Fonte: Dados elaborados pela autora a partir da pesquisa de campo

A maioria respondeu que conhecia projetos desenvolvidos pelas empresas (73,3%), (26,6%) por Ong's e apenas (6,7%) pelo governo municipal. A maioria (93,3%) não conhece projetos desenvolvidos pelo poder público, muito embora a maioria dos projetos sejam feitos em parceria com a Prefeitura de Barcarena. Vale ressaltar que essa questão vem confirmar nossa hipótese de que o poder público vem sendo sensivelmente substituído pelas empresas na implementação de programas e projetos sociais sendo que a própria população busca a satisfação de suas necessidades através da reivindicação perante as empresas.

Figura 11 – Escola construída por reivindicação dos moradores do Vai-quem-quer- PAFAM



Fonte: Pesquisa de campo
Autor: Rosiane Pinheiro Palheta

Além de uma escola de ensino fundamental e do centro comunitário que foi construído na comunidade do Vai-quem-quer, foi construída também uma indústria de farinha (Figura00) para as comunidades envolvidas. Essa indústria tem o objetivo de melhorar as condições de trabalho dos produtores rurais.

Figura 12- Máquinas a serem utilizadas na fabricação de farinha



Fonte: Pesquisa de campo
Autor: Rosiane Pinheiro Palheta

Perguntamos a opinião dos entrevistados sobre a importância da participação num movimento social e (100%) das respostas foi positiva, todos concordam que a participação é essencial para fortalecer e dar impulso às atividades das associações.

A participação também foi citada enquanto base para o fortalecimento dos laços de solidariedade, porém esta geralmente é quebrada por influência externa, principalmente no que se refere à época de eleição. “A comunidade é

bastante unida, quando alguém adocece ou passa por dificuldades, a gente se une e a participação é em massa para arrecadar fundos”. Agrupamos as respostas da seguinte foram:

Quadro 04 - Opinião dos entrevistado sobre a participação

O que é participar?	Por que é importante participar?
É construção conjunta	Para o bom envolvimento da comunidade
É união e harmonia	Para adquirir credibilidade
É colaborar	Para fortalecer e respaldar as ações
É interesse	Conquistar e usufruir direitos
É envolvimento	Para crescer
É conhecer	Adquirir conhecimento
É solidariedade	

Fonte: Fonte: Dados elaborados pela autora a partir da pesquisa de campo

As respostas sempre baseavam-se nas experiências que vinham ocorrendo nas associações, em muitos casos, a falta de uma maior participação estava relacionada a falta de interesse e envolvimento dos moradores. Ao conversar com alguns moradores informalmente, percebeu-se uma certa desconfiança em relação a certas lideranças especialmente ao presidente em decorrência do relacionamento estabelecido com as empresas.

“Eu acredito que a participação é o interesse de procurar os direitos que a pessoa tem e assim ela resgata algo de bom. Por exemplo é dever das empresas colocar de volta ao povo da zona rural a matéria prima da qual eles usam, é retribuindo pra gente, é isso que eu entendo com meu pouco conhecimento” (Vai-quem-quer).

“É importante a participação porque tem um conhecimento elevado, a gente aprende muito e isso me levou a um nível melhor de conhecimento” (Bom sossego)

Nas falas dos moradores houve uma clara desconfiança em relação a alguns líderes que estavam ligados às empresas, ocasionando a falta de interesse em participar das atividades do movimento.

Essas falas, apesar de não poder ser generalizada para toda a população às comunidades, é um indício de uma consciência a respeito do

relacionamento mantido pelas empresas que passa pela esfera do direito e não do favor e do clientelismo.

A importância depositada no aprendizado também é positiva, pois a construção do conhecimento é um passo imprescindível para a disseminação e crescimento dos movimentos sociais.

A participação pode ser estimulada pela incorporação de populações e grupos em programas e projetos sociais que:

“mediatizam o usufruto de benefícios sócio-econômicos, a reivindicação e a contribuição da população no levantamento de problemas e de soluções alternativas a nível local, regional e nacional. Ocorre porém, freqüentemente que nem toda população é sabedora da existência desses grupos e programas”

No caso as comunidades em Barcarena, especialmente nas áreas urbanas, onde há um número maior de moradores, é que comumente, apenas um grupo pequeno acaba participando dos projetos implementados uma vez que as empresas não procuram a comunidade ou o bairro para implementar os projetos, sim o presidente ou vice, o que acaba excluindo a maioria da população as decisões e encaminhamentos.

Esse fato ocorre de maneira mais tênua nas comunidades rurais, pois o número de moradores é menor, o que permite uma melhor participação em termos qualitativos.

5 POR UMA TIPOLOGIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM BARCARENA

Após apresentar o estudo específico das associações, é necessário fazer uma tipologia dos movimentos, levando em conta o germen das manifestações populares e os tipos de movimentos que seguiram a trajetória de lutas da ADEBAR que sobrevivem nos dias atuais.

Esse capítulo traz uma reflexão sobre os movimentos sociais surgidos em Barcarena e tenta fazer uma análise tipológica de tais movimentos identificados no decorrer da pesquisa, levando em consideração as relações estabelecidas entre empresas, poder público e os bairros e comunidades locais, onde têm surgido as organizações comunitárias em decorrência da interferência constante das empresas Albras, Alunorte e Pará Pigmentos.

De acordo com Ghon (2000) um movimento social passa por algumas fases que não são necessariamente seqüenciais, são as seguintes as fases pelas quais um movimento social pode passar:

- 1- Situação de carência ou conjunto de objetivos a se atingir
- 2- Formulação das demandas por um determinado número de pessoas
- 3- Aglutinação de pessoas em torno de demandas
- 4- Transformação dessas demandas em reivindicações
- 5- Organização básica o movimento
- 6- Formulação de estratégias
- 7- Práticas coletivas (reuniões, atos públicos...)
- 8- Práticas de difusão e execução de projetos
- 9- Negociação com os opositores

10- Consolidação e institucionalização do movimento

A autora acrescenta que podem existir movimentos débeis, fracos e, que por estarem nos estágios iniciais de uma organização, muitas vezes morrem antes mesmo de se consolidar, explicando-se a questão dos fluxos e refluxos dos movimentos sociais, que são aqueles períodos em que os movimentos surgem e em outros eles desaparecem. Registra ainda que essa caracterização não envolve uma visão etapista e nem evolutiva da realidade pois não há uma organicidade entre as fases. Nas palavras da autora:

“Elas poderão se sobrepor quando o movimento é originário de outro movimento social. Na prática não há a linearidade de um esquema racional, porque os movimentos não são puros, autônomos, isolados, autodeterminados. Mesmo os movimentos criados a partir de idéias utópicas não são totalmente isolados da sociedade. O princípio articulatório de suas idéias sempre tem conexões externas, com uma doutrina, um outro movimento, um líder, um partido, uma religião” (p.267)

No caso de Barcarena, os movimentos sociais surgidos tiveram a experiência da ADEBAR, primeiro movimento surgido, seguido de várias outras associações comunitárias que deram continuidade a uma luta que apenas iniciava.

Importa acrescentar que os movimentos sociais em Barcarena também passaram por fases e sofreram alterações no decorrer do tempo, que só podem ser percebidos com um olhar mais atento. As primeiras manifestações coletivas, que tiveram início com a ADEBAR, tinham um caráter de protesto, com as ações populares e jurídicas contra as indenizações consideradas “injustas” por parte dos expropriados.

Além dessa ação, o movimento também objetivava levar sua experiência para comunidades que estavam em risco de desapropriação, através de reuniões nos centros comunitários para que os expropriados contassem a história e alertasse sobre as implicações de um remanejamento como ocorreu com os primeiros desapropriados.

Nesse primeiro momento havia a característica do protesto como defende Ammann (1980) que se refere à origem de um movimento social que surge

de uma necessidade concreta, de necessidades coletivas. Da mesma forma ocorreu em Barcarena com a instalação das empresas que deu origem a identificação dos expropriados de uma situação de carência coletiva que levou a mobilização como forma de suprir essas carências.

Ghon (1998) apresenta a diferença entre um movimento social e uma organização social e lembra que após a concretização dos resultados mais imediatos, os movimentos sociais se retraem, e é nesse momento que uma organização pode surgir não mais como forma de protesto, mas visando realizar ações contínuas no tempo.

Para muitos autores, os movimentos sociais do passado originaram formas de organizações existentes na atualidade, as Ong's são exemplos típicos desse processo. Elas ganharam autonomia e hoje constituem um universo próprio no cenário organizativo. (GHON, 1998).

A partir da pesquisa de campo realizada entre os anos de 2003 e 2004 foi possível identificar os principais movimentos sociais surgidos em Barcarena após a implementação dos grandes projetos. Leva-se em consideração não apenas os primeiros movimentos surgidos por ocasião da implantação das empresas, mas a herança da participação deixada pela Associação dos Desapropriados de Barcarena, que são as inúmeras associações comunitárias que buscaram se organizar para realizar objetivos e projetos para melhoria das condições de vida nas comunidades através de reivindicações populares junto ao poder público e às empresas locais.

Uma nova tendência dos movimentos populares se articulou a partir da década de 80 com uma série de estratégias que geraram um amplo movimento associativista. *“Foram as associações de moradores estimuladas ou agregadas por programas sociais governamentais particularmente em nível federal (...). Trata-se da constituição de um movimento comunitário pré-construído pelas cúpulas do poder”* (Idem, 1991:14).

Atualmente os movimentos podem ser considerados predominantemente dentro das categorias de movimentos sociais urbanos e rurais. Apesar destes movimentos se encontrarem dentro de um mesmo espaço físico há que se

considerar a diferenciação existente entre eles, pois não há uma homogeneidade dentro do espaço físico do município, é nítida a contradição ainda existente entre o moderno e o tradicional e isso se estende também às formas de organização popular existentes. As fotos abaixo podem ilustrar essa questão.

Figura 13– Centro Comunitário de São Francisco



Fonte: Pesquisa de campo
Autor:Rosiane Pinheiro

Figura 14- Associação de moradores da comunidade de São Lourenço



Fonte: Pesquisa de campo
Autor:Rosiane Pinheiro

Os movimentos têm suas particularidades, suas práticas, suas bandeiras e estratégias de luta e isso se deve às diferenças existentes entre o meio urbano e rural. Em decorrência da especificidade local onde há fortes laços com a terra caracterizando-se pela existência de trabalhadores rurais, há um predomínio de

associações de produtores e trabalhadores rurais, além das associações de moradores, perfazendo um total de 39 entre as áreas urbanas e rurais.

Castells (1999) salienta que as pessoas resistem ao processo de individualização e tendem a agrupar-se em organizações comunitárias socializando-se e interagindo em seu ambiente local, seja uma vila, uma cidade ou um subúrbio. Essa proximidade gera redes sociais entre vizinhos e ao longo do tempo um sentimento de pertença e, em muitos casos, uma identidade cultural. Acrescenta que para que isso aconteça, as pessoas passam por um processo de mobilização, a partir da qual os interesses comuns são revelados e defendidos.

É necessário discutir analiticamente a respeito dos principais movimentos sociais identificados em Barcarena fazendo uma tipologia de tais movimentos levando em conta as especificidades identificadas a partir uma categorização do estudo dos movimentos sociais em Barcarena uma vez que não podemos analisá-los sob o prisma de uma homogeneidade, mas cada tipo tem suas próprias características, seus projetos e sua identidade. Essa tipologia é inspirada em Castells que fala dos movimentos sociais na era da globalização e informacionalização.

A experiência em Barcarena mostra que os movimentos sociais locais têm seguido essa tendência tanto no que se refere às organizações comunitárias urbanas quanto às rurais, pois se constata que os movimentos congregam reivindicações por melhoria das condições de vida e logo esse movimento transforma-se numa associação, seja ela de moradores, de trabalhadores ou produtores rurais. A essa altura, os movimentos não mais viviam o período de protesto que alguns autores se referem, mas tinha se transformado numa outra forma de luta popular, que se refere às reivindicações populares urbanas e rurais²¹.

Seguindo a corrente teórica dos Novos Movimentos Sociais, podemos categorizar os movimentos sociais em Barcarena a partir do conceito de Touraine que vê os movimentos sociais a partir de princípios tais como identidade, o adversário do movimento e o seu projeto social. Para uma análise categórica busca-

²¹ Ver Ghon "Reivindicações populares urbanas: Um estudo sobre a Associação de moradores em São Paulo" 1982

se fazer uma tipologia para efeito de uma melhor compreensão das diferenciações internas existentes em termos de mobilização social.

No caso do estudo em questão o opositor se refere ao inimigo do movimento, ou seja, aquele que representa a não realização de seus objetivos. Quanto ao projeto do movimento está relacionado aos objetivos almejados e às estratégias de luta para alcançar os resultados. Quanto a identidade é o “processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente com base em determinado atributo cultural, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais” e citando Touraine acrescenta que “numa sociedade pós-industrial em que os serviços culturais substituíram os bens materiais no cerne da produção” a identidade é a defesa da personalidade e cultura do sujeito contra a lógica dos mercados (Castells, 1999: 39).

O quadro abaixo mostra esquematicamente os tipos e movimentos sociais identificados, agrupados conforme a categoria de atingidos e indiretamente atingidos.

Os tipos de movimentos sociais identificados leva em consideração as primeiras organizações surgidas representada pela ADEBAR e aquelas que congregam as mesmas características, tanto no meio urbano quanto no meio rural, representadas pelas associações de trabalhadores e produtores rurais e as associações de moradores, além das Ong's que é uma forma mais moderna de movimento, que é representada pela Associação Barcarenense de Educação Ambiental –ABE. Todos os movimentos surgidos evidenciam –se sob a forma de associações.

Quadro 05 - TIPOLOGIA ANALÍTICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM BARCARENA

	Diretamente atingidos	Indiretamente atingidos		
MOVIMENTO	Associação dos Desapropriados de Barcarena (ADEBAR)	Trabalhadores rurais	Moradores	Associação barcarenense de Educação Ambiental (ABE)
IDENTIDADE	Expropriados/excluídos/oprimidos	Comunidade rural/sítio/ produtores	Espoliados/bairro/invasão/assentados	Causa ecológica/valorização do lugar/espço
OPOSITOR	Governo municipal/estadual /empresas	Urbanização/industrialização	Empresas/políticos em campanha	Agentes poluidores/desenvolvimento descontrolado
PROJETO	Terra/justiça/Repasse a experiência	Terra/trabalho/mo- do de produção/conservação do espaço	Moradia digna/qualidade de vida/direito a participação	Defesa e preservação do meio ambiente e pesquisa

A ADEBAR, primeiro movimento de Barcarena, surgiu como forma de reação aos processos expropriatórios vivenciadas pela população local. De acordo com o quadro acima se pode observar a identidade, o opositor e o projeto de cada movimento. No caso da Adebar, não será necessário discutir esse processo de gênese dos movimentos, foi reservado um capítulo.

5.1- Os diretamente atingidos - A Associação dos Desapropriados de Barcarena:

Após um intenso processo de expropriação, desapropriação e remanejamento vivenciado pelas comunidades, elas passam a se organizar para reivindicar direitos negligenciados durante a fase de transferência e realocação das famílias que viviam nos sítios.

A trajetória de lutas dos movimentos sociais teve seu impulso com as modificações ocorridas no cotidiano da população que contribuiu para que *“as famílias passassem a participar efetivamente das reuniões da ADEBAR, sendo este um importante espaço para encaminhar suas lutas e acompanhar as discussões sobre o andamento do processo que contempla as reivindicações dos pagamentos das indenizações”* (Vasconcelos, 1996).

A maneira como as situações foram encaminhadas permitiu algumas reflexões relevantes de aspectos que não foram considerados no momento do reassentamento. A ausência da participação das comunidades atingidas no processo de decisão quanto ao seu destino a partir da desapropriação; o desrespeito as diversidades físicas, organizacionais e sociais que resultou na perda dos laços de convivência e organização social existentes e, por ultimo, o desrespeito ao direito de uma moradia digna não se previu os impactos negativos na qualidade de vida da população remanejada.

O Banco Mundial prevê uma política de reassentamento para as populações deslocadas por um projeto de desenvolvimento, a qual denomina de Assentamento involuntário, ou seja, aquele em que a população tiver que sair de uma determinada localidade para viabilizar a construção de novas cidades, portos, infra-estrutura, ferrovia ou rodovias, minas etc.

O deslocamento de pessoas involuntariamente causa graves problemas econômicos, sociais e ambientais; os sistemas de produção são desmantelados, os bens e fontes de renda perdidos; as pessoas são transferidas para ambientes onde as habilidades de produção podem ser menos aplicáveis; as estruturas comunitárias e os grupos de parentesco são enfraquecidos e a identidade cultural é reduzida. *“O reassentamento involuntário pode causar privações a longo prazo, empobrecimento e danos ao meio ambiente a menos que medidas apropriadas sejam cuidadosamente planejadas e implementadas”* (Banco mundial)

Foi exatamente o que não aconteceu com as famílias em Barcarena, o que levou ao fracasso dos assentamentos e a insatisfação das populações que viram a impossibilidade de viver da pesca e da roça e de conseguir um emprego como haviam prometido.

Em depoimento, uma antiga moradora que integra o movimento coloca que *“A ADEBAR foi para Belém e jogou na justiça, já fizemos umas quantas*

audiências, eu faço parte de uma direção de frente, mas faz três anos que fomos numa audiência no tribunal e lá a gente ganhou (só na palavra) disseram que ainda teria que ir para Brasília e passar cinco anos, se ganhássemos em Brasília, então seria o definitivo” (Integrante da ADEBAR).

Passados já vinte anos do ocorrido, as famílias ainda não conseguiram restituir o valor justo das benfeitorias. Entretanto, deve-se levar em conta a importância do movimento para a constituição de uma forma nova de organização social no município, onde a população reconhece a importância da participação para defender seus direitos. O movimento influencia nas mudanças estabelecidas não somente entre as empresas locais e as comunidades, mas entre estas e o poder público.

A fala acima revela que a luta dos expropriados se restringiu aos âmbitos da justiça e que há uma longa espera quanto às suas primeiras manifestações, fato que - segundo a própria integrante do movimento- deixou muitos outros moradores desacreditados quanto a concretização de suas reivindicações, ao passo que outros conseguem perceber que a experiência foi válida para aprender através de sua participação efetiva.

Ao levar suas experiências para outros moradores, a ADEBAR contribuiu para a organização das outras comunidades fazendo surgir várias outras associações como as dos trabalhadores rurais, produtores rurais e as associações de moradores.

Após a experiência da ADEBAR, os movimentos surgidos têm o caráter mais defensivos, especialmente por ocasião da implantação de empreendimentos como o projeto caulim, nessa altura havia ocorrido a retração do movimento dos desapropriados, que a partir de então proliferaram associações de diversos tipos para ações contínuas no tempo.

Passado esse primeiro momento de constituição dos movimentos sociais que acabaram se proliferando por todo município e, passado o impacto das desapropriações e remanejamentos que acarretaram as mudanças, consolida-se também o contraditório, passando a coexistir uma área urbana e outra rural a partir das quais os movimentos passam a adquirir uma identidade.

No que se refere à diferença existente entre os movimentos da área urbana e movimentos da área rural cabe destacar que esta se deve às diferenças internas ocorridas com a implantação das empresas que ao criar o Núcleo urbano composto de áreas programadas para o assentamento das famílias remanejadas dos sítios, acabou provocando um inchaço nessas áreas por conta de um grande número de pessoas que chegavam na cidade em busca de um emprego nas fábricas, o que raramente ocorria devido a falta de mão-de-obra qualificada.

No primeiro caso pode-se considerar os diretamente atingidos que são os expropriados urbanos e rurais (camponeses e índios), que perderam seus meios de produção e/ou foram removidos compulsoriamente de suas moradias devido a construção de grande obras. E, no segundo caso, os indiretamente atingidos que são os espoliados urbanos - nas palavras de Kowarick -(1979) de periferias urbanas que sofrem os efeitos em seus locais de moradia e a mão de obra temporária que será constituída por trabalhadores temporários recrutados especialmente para a construção destas obras (Scherer-Warren, 1996: 85).

Atacados em seus modos de vida e quando portadores de uma visão da não-legitimidade dos grandes projetos desde o ponto de vista das classes dominadas, diretamente ou indiretamente por eles atingidos, é que se formará a consciência política desses atores sociais e suas subseqüentes formas de organização. (WARREN, 1996:84).

A identidade no movimento dos desapropriados não é apenas os expropriados mas os excluídos e oprimidos. A categoria da **exclusão social** foi muito utilizada nas análises sobre os movimentos populares dos anos 90. Esses estudos dirigiam-se ao universo dos excluídos e aos processos que fomentaram aquela exclusão, bem como as formas de resistência construídas pelos por eles.

Nesse sentido, Castells reflete que a construção de identidade é formada através de três formas: a legitimadora²², a do projeto²³ e a de resistência. No último caso são condições desvalorizadas e estigmatizadas pela lógica da dominação nas quais os atores se encontram e este tipo leva a formação de

²² Objetiva expandir e racionalizar a dominação em relação aos atores sociais (p 24)

²³ Quando os atores sociais utilizam qualquer material cultural ao seu alcance para construir novas identidades redefinindo sua posição na sociedade. (p.24)

comunidades. Essa forma de construção de identidade ocorreu em Barcarena, após o processo de implantação do complexo Albras-Alunorte e Pará Pigmentos.

5.2- Um movimento social “urbano” em Barcarena:

Para falar de movimentos sociais urbanos sem necessariamente falar da categoria do urbano. Nessa direção, Oliveira (1978) coloca que o urbano é o espaço definitivo da produção e do controle político e social na cidade: “O urbano agora é a unificação do mercado de trabalho propriamente urbano e rural, é o bóia-fria, acumulação e miséria, o urbano agora é o nordeste como fronteira de expansão do capitalismo monopolista, é colocar a Amazônia como pasto predatório do grande capital. É um novo recorte entre sociedade civil e Estado, A diferença passa agora a se dar numa formação em que o Estado e a grande burguesia internacional-associada estão de um lado e o resto da nação do outro” (p.73).

Lima (1978) considera a urbanização como o processo que estruturou o espaço, tendo em vista a reprodução simples e ampliada da força de trabalho, cujos elementos a reprodução simples são a habitação e suas infra-estrutura e os da reprodução ampliada são os equipamentos da superestrutura como escolas, equipamentos culturais e sociais etc.

Nas áreas urbanizadas compostas por invasões e bairros periféricos, a população tem se organizado constantemente para reivindicar da empresas e da Prefeitura melhorias para o seu bairro, constituindo desse modo um caráter de reivindicações urbanas próprias dos movimentos sociais urbanos. Os movimentos sociais urbanos são caracterizados como manifestações que dizem respeito à habitação, ao uso do solo, aos serviços e equipamentos coletivos de consumo. “Os movimentos sociais urbanos propriamente ditos assim devem ser qualificados por conterem uma problemática urbana, que tem a ver com o uso, a distribuição e a apropriação do espaço urbano” (Ghon, 1991:34).

Trata-se de movimentos que nascem da sociedade civil e sua composição social heterogênea situa-se na esfera do consumo e cujas práticas voltam-se ao nível de reivindicações ao poder público, ou seja, são típicos do processo urbano industrial. No caso e Barcarena as reivindicações não se limitam apenas ao poder público, mas às empresas que se constituiu num ator importante.

De acordo com a autora os movimentos são frutos de manifestações que giram em torno de um núcleo articulador e não de um líder. Num primeiro momento, estes grupos se aglutinam através de uma mera solidariedade mas a formação de uma consciência coletiva pode surgir através de uma prática cotidiana. “O movimento nasce a partir de problemas locais e imediatos e seu desenvolvimento tende a ampliar as reivindicações para esferas mais amplas a realidade social” (1982 :12).

O estado, enquanto interventor e promotor de políticas públicas, deveria criar condições para a reprodução da força de trabalho, o que se observa é que em Barcarena ela cria condições para a acumulação de capital e para a exploração e deixa as necessidades populares em último plano. Essa contradição gerada pelo grande capital, não há intervenção do Estado, gerando conflitos sociais e reivindicações populares, não apenas para o Estado, mas as empresas de modo geral.

Uma das principais bandeiras de luta dos movimentos sociais das áreas periféricas diz respeito ao título de posse da terra. Observe o trecho da entrevista a seguir:

O objetivo da nossa associação é justamente pra qualquer momento a gente tá organizado para enfrentar o que viesse por parte deles. Hoje estamos organizados para enfrentar o processo que corre na justiça federal, em que há o pedido de reintegração de posse do bairro, mas segundo o prefeito há a possibilidade de entregar os títulos de posse aos moradores, eu acho que eles não conseguem tirar a gente daqui” (P. R. Bairro Pioneiro).

A questão referida pelo entrevistado reflete bem a luta travada pela posse da terra no município e esse fato inclusive foi citado pelo técnico da CODEBAR em entrevista sobre a venda de lotes como único trabalho desenvolvido atualmente pela companhia e refere ainda a respeito das constantes invasões ocorridas no município.

Pode-se considerar como principal opositor desse movimento os políticos em época de eleição, pois acabam suscitando a desconfiança e falta de união para resolver problemas comuns. “Quando chega a política, aí estraga tudo pois começa a formar grupos e o “desentrosamento”, a falta de união e às vezes até

briga mesmo, se você é minha amiga mas quando chega na política eu não apoiar teu candidato, aí você vira inimiga, aí é ruim!”.

Essa questão foi citada em muitas entrevistas pois muitos políticos procuram as associações interessados em desenvolver projetos e contribuir com as comunidades. Porém, após o período de eleição, esses políticos acabam abandonando tais projetos alegando falta de verba. As empresas também se tornam opositoras às associações das áreas rurais quando não se mostram interessadas em desenvolver projetos sociais nas comunidades que integram essas associações, muitos foram os líderes comunitários que falaram sobre a falta de interesse das empresas em atender as suas solicitações.

Os principais objetivos das associações de moradores é adquirir uma moradia digna e uma melhor qualidade de vida. Geralmente as invasões ou bairros que vêm surgindo não possuem infra-estrutura básica, principalmente no que se refere a abastecimento de água, segurança e transporte, que se constituem nas suas principais reivindicações, o que será especificado melhor no próximo capítulo. Outra questão importante para a área urbana é a participação social que vem sendo buscada, principalmente em relação às empresas. Os moradores interpretam as ações das empresas como discriminatórias às áreas de invasão, pois geralmente os projetos de maior visibilidade são desenvolvidos nas comunidades rurais, o que gera questionamentos e descontentamentos por parte das lideranças comunitárias.

5.3- O movimento dos trabalhadores rurais:

Cada movimento oferece uma identidade específica, nesse sentido, nas áreas mais afastadas, que também se estendem aos sítios, excetuando-se as ilhas, que não foram levadas em conta na pesquisa em decorrência da dificuldade de acesso, predominam as associações de produtores e trabalhadores rurais.

Nesse caso a população se identifica com os agricultores, a comunidade rural que vive da pesca, da caça e da roça nos sítios que ainda existem no município e, em decorrência desse modo de vida ainda existente, os produtores buscam defender também seu modo de produção.

Nesses movimentos busca-se a manutenção das terras para defesa do trabalho no campo, uma vez que esses trabalhadores pouco são absorvidos pelas empreiteiras que prestam serviços para as empresas locais.

A não adaptação deve-se a falta de capacitação da mão-de-obra local, pois a população não estava preparada para os empregos que as empresas poderiam oferecer, o que ocasionou desemprego e a falta de opção para quem sempre sobreviveu da pesca e da roça.

A maioria das pessoas daqui trabalham para as prestadoras, quer dizer, a Albras terceirizou o serviço dela, ela não tem funcionário daqui, ela paga a prestadora e esta emprega as pessoas, as empresas mesmo empregam pessoas que vêm de fora! (E.B. Itupanema).

Algumas pessoas que vivenciaram o movimento social têm a consciência de que seria necessário capacitar os trabalhadores e prepará-los para que fossem absorvidos pelas empresas, como isso não foi feito, a população local ficou restrita aos empregos temporários oferecidos pelas prestadoras de serviço existentes no município.

Por esse motivo é que as associações de trabalhadores e produtores rurais buscam a manutenção de seu espaço de trabalho pois um grande número de desempregados, por longos períodos, deve-se aos trabalhos temporários e rotativos oferecidos por tais empreiteiras.

As próprias lideranças comunitárias partem do princípio que as empresas deveriam ter o papel de capacitar a mão-de-obra local para que os empregos oferecidos pudessem se estender a população local de forma inclusiva. *“As empresas, através das associações, poderia oferecer cursos na comunidade, mandando os técnicos para preparar as pessoas aqui” (I.S.M. São Francisco).*

O principal opositor dos movimentos da área rural é o avanço da industrialização, pois a urbanização é consequência direta do processo de industrialização, o que provoca uma perda dos laços com a terra e acaba destruindo a identidade do trabalhador rural que passar por um processo de espoliação urbana, tendo que se passar por uma mudança de modo de vida e adaptar a uma nova realidade. Por esse motivo é que os trabalhadores rurais lutam para manter seu

espaço e seu modo de trabalho e produção, que constitui o seu principal projeto e objetivo.

O movimento dos trabalhadores e ou produtores rurais em Barcarena, teve muita influência das associações dos desapropriados porque este movimento nasceu na área rural, onde os moradores e trabalhadores em geral, viram-se drasticamente impedidos de permanecerem no seu modo de vida e de trabalho.

É exatamente nesse sentido o contorno da luta dos trabalhadores rurais e é nesse sentido também que se percebe um interesse maior das empresas pelas comunidades rurais. O Barcarena do Futuro, o Pafam e o projeto Nova Vida da Alunorte, Albras e Pará Pigmentos respectivamente, se localizam em comunidades rurais.

Os projetos sociais destinados a população rural vêm sendo realizados desde 1986, como visto no segundo capítulo, o que não é uma novidade, porém nesse contexto a política social não tinha o caráter que tem hoje e sistematizar a prática e contabilizar os resultados pois naquele contexto as empresas ainda não tinham passado pelo processo de privatização através do qual as empresas reorganizam seus meios de intervir na realidade²⁴.

5.4- Um tipo “novo” de movimento em Barcarena:

A Associação Barcarenense de Educação ambiental - ABE foi a única Organização Não Governamental identificada no decorrer da pesquisa que nasceu dentro do próprio município de Barcarena e se identifica com a causa ecológica e a valorização do espaço

Ela surgiu com o objetivo de formar agentes ambientais para pesquisar sobre o meio ambiente local. Embora esta associação ainda tenha grande visibilidade no município, pode-se afirmar que surgiu por iniciativa dos moradores do bairro do Laranjal. Enquanto o comitê de Democratização da Informática é uma organização Não Governamental que desenvolve trabalho em inúmeros municípios do Pará.

²⁴ Ver o trabalho de Pressler intitulado “Da ação social a relação social: Estudo das práticas de comunicação do complexo industrial de Barcarena” (2004)

Apesar do mundo globalizado e das necessidades de interagir com as novas tecnologias e mídias de informação e comunicação, porém, segundo dados do comitê de Democratização da informática- CDI, 10% da população de Belém tem acesso a computadores e no interior a estatística cai para 2%.

Figura 15 - Escolas da CDI



Fonte: Comitê de Democratização da Informática

Com o objetivo de reduzir essa estatística, a CDI atua no Pará desde 2000 baseado na idéia de que o domínio das novas tecnologias abrem oportunidades de trabalho e de geração de renda e possibilita acesso a fontes de informação e espaços de sociabilidade. Ver tabela abaixo sobre os resultados da Organização no Estado:

Tabela 35 -AÇÕES E RESULTADOS

	2000	2001	2002	2003	2004*	total
Alunos formados nas EICs	152	423	1454	2541	--	4570
Total de computadores nas EICs**	15	25	77	223	233	--
Número de EICs inauguradas na capital	2	0	4	11	2	19
Número de EICs inauguradas no interior	0	3	4	10	2	17
Número de educadores	08	22	61	94	102	--
Total de equipamentos doados	20	215	60	80	33	408
Monitores	10	115	29	45	12	211
CPUS	10	100	29	45	10	194
Impressoras/scanners	--	--	02	--	11	13
Número de voluntários no CDI-PA	1	2	2	3	4	--

Fonte: Comitê de Democratização da informática

A forma como essa Organização Não governamental concretiza seus objetivos é através da implantação de escolas de informática e cidadania-EIC's, em parceria com entidades, órgãos públicos em geral, empresas e organizações da sociedade civil como sindicatos, associações e cooperativas.

A atividade principal da CDI é a implantação de escolas de informática e cidadania (EIC'S) em comunidades pobres, oferecendo gratuitamente subsídios para montar infra-estrutura e sistematizar estratégias pedagógicas e administrativas através da capacitação dos instrutores de informática.

Em Barcarena, através de sua rede de parceria, implantou escolas em cinco comunidades a partir da parceria com a Albras e a Alunorte. Os projetos são elaborados pelas próprias comunidades e enviadas para análise. Após a implantação da escola, o projeto capacita os alunos para a implantação de seus próprios projetos sociais, levando em conta a realidade vivenciada por cada comunidade.

Alguns autores afirmam que as ONGs surgiram no Brasil desde a época do Brasil colônia (Moura 1994, apud Gohn, 1997), porém esta classificação de ONG está relacionada a trabalhos caritativo desenvolvido pela Igreja e em nada se parecem com as definições encontradas para as ONGs atuais. No Brasil as ONGs começam a se organizar de forma mais expressiva após a década de setenta.

O trabalho das ONGs vem sendo cada vez mais respeitado, O Banco Mundial, por exemplo, desde a década de oitenta tem dispensado atenções as ONGs de forma especial por acreditar que elas tenham um trabalho mais eficiente que as agências governamentais.

É do Banco Mundial a seguinte definição de ONGs: “grupos e instituições que são inteiramente ou largamente independentes do governo e caracterizadas principalmente por objetivos humanitários ou cooperativos, em vez de comerciais”(Korten, 1991 apud Gohn, 1997).

Uma discussão cada vez mais extinta acerca das ONGs, é sobre a questão de sua constituição, se são públicas ou privadas, visto que a teoria do surgimento de um “terceiro setor” é bem aceita de forma geral.

Para Glória Gohn, muitas ONGs foram criadas com objetivo de utilizar-se dos benefícios da razão social sem fins lucrativos, como expressa o trecho abaixo.

Nos anos 90 as ONGs ganham grande representatividade na sociedade: várias instituições de pesquisa e intervenção na realidade (por meio da elaboração de planos, projetos, campanhas etc., como o CEDEC eo CEDES em São Paulo, e o IBASE no Rio) passam a se definir também como ONG. O denominador comum das ONGs parece ser a sua razão social de fins não lucrativos... (Gohn, Glória, 1997: 55)

De acordo com o Banco Mundial, as ONGs podem ser divididas em quatro áreas de atuação: assistência e bem-estar, desenvolvimento de recursos humanos, capacitação/ militância política, e políticas de amparo ou de proteção.

Esta divisão não é muito eficaz quando se fala em América Latina, visto que as categorias de capacitação/ militância política e políticas de amparo ou proteção se fundem, pois as ONGs de defesa dos direitos humanos e do meio ambiente também desenvolvem militância política.

Nas décadas de 80 e 90 as ONGs passam a trabalhar por projetos específicos, já que devido a ajuda recebida de outras entidades ou ONGs, o que faz destas ONGs dependentes dos recursos disponíveis, entretanto, em contra mão, faz também com que as Ongs estejam preocupadas com seus produtos constantemente, elevando sua qualidade.

Sobre as ONGs brasileiras de forma mais específica, as mais importantes são as cidadãs, embora as filantrópicas sejam mais numerosas. Para Glória Gohn as ONGs são consideradas como “formas modernas de participação na sociedade brasileira: moderna porque se organizam em torno dos chamados direitos sociais modernos; direito à qualidade de vida, à felicidade, à não-discriminação, à preservação do meio ambiente etc.; porque buscam combinar os valores individuais com valores coletivos, a racionalidade individual (dada pelos desejos e aspirações das pessoas) com a racionalidade científica (dada pelos estudos e análises técnicas dos problemas em questão); e, finalmente, modernas por se constituírem em espaços coletivos de participação da sociedade civil, a partir de interesses de grupos determinados, tendo como referência movimentos e organizações sociais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou discutir alguns aspectos teóricos e práticos do tema movimento social, tendo como pano de fundo o complexo industrial de Barcarena, onde surgiram protestos e reivindicações populares no decorrer da implantação dos projetos Albras, Alunorte e mais recentemente, do projeto Caulim com a empresa Pará Pigmentos.

A pesquisa foi realizada em comunidades e bairros do entorno das três empresas que estavam ou não ligadas com a história inicial de implantação das mesmas nos anos 70 e 90. Não podemos afirmar que o trabalho foi esgotado, pois ainda há muito a se pesquisar para poder fazer afirmações mais conclusivas, mas a limitação de recursos e de tempo possibilitou apenas os resultados que serão sintetizados a partir daqui e que com certeza servirão de base para serem aprofundados com pesquisas posteriores.

O tema dos movimentos sociais é amplo e controverso, pois abrange uma infinidade de manifestações populares que sugere uma discussão entre os teóricos e estudiosos sobre o que seja ou não um movimento social. De qualquer forma, como foi colocado no decorrer do trabalho, um movimento social surge de manifestações coletivas que buscam um objetivo em comum e que, ao longo do tempo transforma suas formas de luta e também seus objetivos e sua identidade.

Em Barcarena, esse processo de transformação dos movimentos sociais, teve início com a ADEBAR que foi reflexo das reivindicações populares contra as desapropriações e remanejamentos provocados pela instalação das empresas de transformação mineral a partir da década de 70.

O movimento dos desapropriados teve apoio de diversas entidades do município e Barcarena, como a Universidade Federal do Pará, o Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adultos (MOBRAL), alguns intelectuais que trabalhavam junto às comunidades e principalmente a igreja católica que exerceu

forte influência na constituição de um legítimo movimento popular no contexto das empresas.

As influências recebidas foram importantes aos movimentos na medida em que a realidade que prevalecia nas comunidades não deixava margem para a desconfiança e a população desconhecia os caminhos para reivindicar direitos que lhe foram negligenciados.

Deve ficar claro que essa questão não se refere ao fato de que a população perdeu seu antigo modo de vida e que o novo não lhe trouxe nenhuma melhoria nas suas condições de vida, pois como vimos no terceiro capítulo, muitos dos relatos e depoimentos, mostraram que “O progresso” foi positivo e que em muitos setores, a vida tinha tido um saldo positivo. O fato da população ter acesso a escola, de ter uma rua asfaltada, por mais precária que esta seja, dentre outras coisas, é um indício de que o processo de mudança as comunidades não foi tão ruim assim.

A grande questão aqui é que todo o processo ocorrido, não teve a devida participação das populações atingidas e, no planejamento realizado, não foram previstos os impactos e as possíveis conseqüências na vida cotidiana dos moradores dessas comunidades. Por exemplo, como as famílias manteriam sua sobrevivência, se o acesso aos meios utilizados para a sua reprodução foram suprimidos? Na ausência desse meio de subsistência, quais foram as propostas feitas pelo Estado para proporcionar uma fonte alternativa de renda para tais famílias?

Dessa forma, a origem dos movimentos sociais está ligada a reivindicações e questionamentos básicos de um grupo particular, porém com o passar do tempo, essas reivindicações foram dando lugar a outras e assim foram surgindo inúmeras associações que não tinham os mesmos objetivos, mas que acabaram seguindo o exemplo da ADEBAR para se organizar.

O movimento basicamente engloba as associações existentes, embora conceitualmente elas façam parte também do terceiro setor, os movimentos sociais não fogem a esta categoria, pois no ciclo de desenvolvimento de um movimento social, ele pode se tornar uma associação ou uma Organização não Governamental.

A proliferação desse associativismo descaracteriza o movimento social como dito pelos defensores do movimento clássico, onde os operários quebravam máquinas e equipamentos e faziam passeatas e protestos nas ruas. Embora de forma diferente, pode-se afirmar que ele existe, não na forma de protesto, mas disposto a participar de forma ativa na construção do que entendem ser o melhor.

Um movimento social nos moldes de protesto, já não existe de forma visível nas comunidades, pois a relação que as empresas têm estabelecido com as comunidades tem propiciado amortecido tais manifestações e a forma com que as empresas têm elaborado sua política tem sido diferente daquela o Estado promoveu nos anos 70.

As principais reivindicações hoje passam pela questão da educação, saúde e melhoria da infra-estrutura, ou seja, a população busca os direitos básicos necessários para a sua reprodução de vida e a consciência, ainda que ínfima, de da contraditoriedade no acesso aos bens produzidos localmente, tem levado essas populações a reivindicar junto às empresas locais, serviços e melhorias que são de maior responsabilidade do poder público local, ou seja, está ocorrendo uma inversão de papéis, onde o poder público vem sendo substituído pelas empresas no desenvolvimento de ações e projetos sociais junto às comunidades do município. Esta afirmação pode ser ratificada pelos projetos atuais em desenvolvimento nas comunidades estudadas, que embora haja uma parceria das empresas com a Prefeitura local, as iniciativas quase sempre estão relacionadas às empresas e não ao poder público municipal.

O Movimento de resistência surgido nas comunidades teve papel singular na mudança das relações sociais estabelecidas entre empresas e comunidades e entre estas e o poder público, uma vez que criou uma cultura de participação que antes não existia no município. As decisões eram tomadas de cima para baixo sem a participação da população, principalmente no que diz respeito aos projetos desenvolvidos.

Hoje se percebe uma significativa mudança principalmente em relação aos cuidados inerentes aos direitos de um assentamento digno para as populações expropriadas, o que é evidenciado na comunidade do Curuperé que foi objeto de

desapropriação e remanejamento por duas vezes. A escolha do lugar para onde os moradores foram assentados teve a participação da comunidade e todos os projetos que vem sendo desenvolvidos na área são de iniciativa dos próprios moradores, o que revela uma diferença significativa se comparado ao primeiro processo de mudança dessa mesma comunidade.

A Associação dos Desapropriados de Barcarena, além da experiência que foi válida para conscientizar a população das conseqüências e implicações das desapropriações, deixou aos moradores uma nova cultura de participação que é evidenciada na forma como as empresas se relacionam com as comunidades e como estas se organizam e se posicionam ante das políticas de desenvolvimento tanto públicas quanto privadas.

O movimento social em Barcarena tem características peculiares, pois surgiu num contexto rural e não urbano onde predominam formas tradicionais de reprodução das condições de vida onde as mudanças positivas ocorridas não se estenderam às populações locais. Pode-se afirmar então que houve movimento social no contexto das empresas de transformação mineral com especificidades que não podem ser comparadas com os movimentos de grande repercussão como os movimentos sociais urbanos que possuem características diferenciadas, mas deixou uma herança que hoje se cristaliza nas várias formas associativas predominantes no município que têm buscado manter uma parceria para o desenvolvimento de seus projetos.

Por seu turno, as empresas procuram manter uma relação de parceria com as comunidades antecedendo-se a possíveis conflitos e protestos, pois procura manter uma gestão participativa que visa o compromisso social como resposta às exigências de uma empresa socialmente responsável. De qualquer maneira, as empresas têm tido, atualmente, um papel que se diferencia das primeiras ações do Estado no que concerne às desapropriações.

A comunidade “Nova Vida” é um indício do efeito positivo e do aprendizado gerado pelas ações dos movimentos sociais. Nota-se que as ações do Estado resultou em reação e mobilização das populações locais e esta reação, ainda que de maneira sensível, influenciou as ações posteriores das empresas que

buscam estar mais próximas das comunidades através de um relacionamento de cooperação e parceria.

Dessa forma, Ghon (1995) está correta quando se refere ao movimento social enquanto um processo dinâmico que nasce das necessidades cotidianas comuns, mas que transformam suas formas de luta.

Em Barcarena, essa assertiva é verdadeira, pois os movimentos mudaram suas estratégias de luta e hoje atuam, como disse Evers (1983) “De costas para o Estado”, nem “De frente para o Estado” nos dizeres de (Amman 1991), mas junto com ele, sendo que esse papel é exercido de maneira peculiar pelas empresas, que ao inaugurar uma gestão participativa junto às comunidades locais, chamou os movimentos a também se posicionarem como um personagem igualmente necessário. Como assinala Touraine: *“Movimento não é apenas um conjunto de objetivos; supõe a participação de indivíduos em uma ação que além de ser coletiva, deve ser propositiva.*

REFERÊNCIAS

ASSENTAMENTO: REORGANIZAÇÃO DO MODO DE VIVER. Ana Maria de Albuquerque Vasconcelos. (Dissertação de Mestrado). UFPa/NAEA, 1996.

ALENCAR, J. M. Quadro de. *Os impactos do Projeto Albrás nas relações de trabalho no Estado do Pará*. In Amazônia em tempo de transição (Série Cooperação Amazônica) Belém: NAEA (OEA/ UFPa), 1989 (pp.193 - 254).

AMMAM, Safira Bezerra. 1977. Participação social. São Paulo, Cortez e Moraes.

AMMAM, Safira Bezerra. 1980. Movimento popular de bairro: de frente para o Estado em busca do parlamentar. São Paulo, Cortez.

AS LUTAS SOCIAIS E A CIDADE: SÃO PAULO, PASSADO E PRESENTE / Clara Ant.. (at al.); Lúcio Kowarick, coordenador; apresentação Ruth Corrêa Cardoso – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS. 1983. Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e Outros Estudos.

ATITUDE. A revista de responsabilidade social da CVRD. Nº 1 – Abril de 2004.

BANDEIRA, Pedro. *Participação, articulação de atores sociais e Desenvolvimento Regional*. Textos para discussão Nº 630. Brasília, fevereiro de 1999.

BERGER, P.L. A realidade da vida cotidiana. In: BERGER, P.L; LUCKMAM, T.A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1973. P.35-46. (Antropologia, 5).

BORDA, O. F. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C.R. (Org.). Pesquisa participante. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981. P. 42-62.

BOBBIO, Norberto. O conceito de sociedade civil / Norberto Bobbio; tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). Repensando a pesquisa participante. Brasiliense, 1984.

CAMACHO, Daniel. Movimentos sociais: Algumas questões conceituais. In SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. 1987. Uma revolução no cotidiano? São Paulo, Brasiliense.

CARVALHO, Maria do Carmo. Participação Social no Brasil hoje. São Paulo: Instituto Pólis, 2000.

CARDOSO, R.C.I. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: Ed. Paz e Terra, 1986. P. 95-105.

CASTELLS, Manuel. Cidade, democracia e socialismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1980.

_____. O poder da identidade/ Manuel Castells; tradução Klauss Brandini Gerhardt. – A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2) Editora Paz e Terra, 2001.

_____. A sociedade em rede/Manuel Castells; tradução: Roneide Venâncio Majer. – (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, EDNA, MOURA, Edila A, f, MAIA, Maria Lúcia Sá, (orgs). Industrialização e Grandes projetos: Desorganização e Reorganização do espaço. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995.

DOIMO, Ana Maria. 1991. A voz e a vez do popular: Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70 / Ana Maria Doimo. – Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS.

FERNANDES, Rubem César. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa: Atlas, 1991.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. História dos movimentos sociais: A construção da cidadania dos brasileiros, Edições Loyola, São Paulo, 1995.

_____. Os sem terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo. Cortez, 1997.

_____. O novo associativismo e o terceiro setor. In *Revista Serviço Social e Sociedade* nº 58. ANO XIX. Novembro, 1998.

_____. *Movimentos sociais e lutas pela moradia*. Ed. Loyola, São Paulo, 1991.

_____. *Reivindicações populares urbanas: um estudo sobre as associações de moradores em São Paulo*. São Paulo - Autores associados: Cortez, 1982.

GUIMARÃES, Roberto P.: “Desafio político do desenvolvimento sustentado”. *LUA NOVA* 35 (1995), 113-136.

HOBBSAWM, Eric. 1970. *Rebeldes primitivos*. Rio de Janeiro, ZAAAR.

KOCKA, J. Objeto, conceito e interesse. In: GERTZ, R.E. (Org.). *Max Weber & Karl Marx*. São Paulo: Editora HUCITEC, (1977) 1994. P.32-69.

KNELLER, George F. *A ciência como Atividade Humana*. Zahar, EDUSP, 1980.

LEAL, Aluísio Lins et alli. *O impacto da modernização econômica sobre uma área de economia tradicional de subsistência: o caso do complexo industrial de Barcarena*. Belém. Belém, FINEP/FADESP/UFPa. 1986, 87 p. (Relatório final).

LOBO, Marco Aurélio Arbage. *Estado e capital transnacional da Amazônia: o caso albrás-alunorte*. Belém: UFPA/NAEA, 1996. ...171.

MALINOWSKI, R.A. *A diary in the strict sense of the term*. New York: Harcourt, Brace and World, 1967.

JACOBI, Pedro. *Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde*: São Paulo,: Cortez, 1989.

MAIA, Maria Lúcia Sá & Moura, Edila. M. Ferreira. *Da Farinha ao alumínio: os caminhos da modernização na Amazônia*. In CASTRO, Edna. *Industrialização e*

Grandes projetos: Desorganização e Reorganização do espaço. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995.

MALINOWSKI, R. a diary in the strict of term. New York: Harcourt, Brace and World, 1967.

MANN, Peter H. Métodos de investigação sociológica. Zaar Editores, 1975.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. 2ª ed. Petrópolis:VOZES, 1983.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. *Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. *Responsabilidade Social Corporativa*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MOISÉS, José A. et alii (Orgs). Contradições urbanas e movimentos sociais. rio de janeiro: CEDEC; Paz e Terra, 1977.

MOISÉS, José A. et alii (Orgs). Cidade, povo e poder / José Álvaro Moisés.../ et al.. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1985.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Mineração e metalurgia na Amazônia. Contribuição à crítica da ecologia política a valorização de recursos minerais na região 2001. Dissertação de Mestrado.

NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. O destino de uma comunidade cabocla frente a um grande projeto: o caso Montanha/Curuperé. Dissertação de mestrado. Serviço Social/CSE/UFPA, 1999.

NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho.O serviço Social junto às Organizações comunitárias rurais na Amazônia: Fragmentos de uma experiência. In Revista Polêmica, nº 3, maio de 2001.

PRESENÇA SOCIAL. Atuação da Alunorte na sociedade. Julho/2002. Ano I nº 1.

PUTNAM. D. Robert, Comunidade e Democracia. A experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro. Editora Getúlio Vargas 2000.

RIBEIRO, Marlene. O caráter pedagógico dos movimentos sociais. Revista Serviço Social e Sociedade nº 58. ANO XIX. Novembro, 1998.

RICO, Elizabeth de Melo. O empresariado, a filantropia e a questão social. Revista Serviço Social e Sociedade nº 58. ANO XIX. Novembro, 1998.

SADER, Eder (1988). Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SANTANA, Heron José de, 2002. O Ministério Público e os Movimentos sociais. Texto também disponível em <http://catef.hpg.ig.com.br>.

SOUZA, Celina & CARVALHO, Inaía. Reforma do Estado, descentralização e desigualdades. *Lua Nova*; Revista de Cultura e Política n. 48, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização / Ilse Scherer-Warren. – São Paulo: HUCITEC, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. 1993. Redes de movimentos sociais. São Paulo, Loyola.

_____; KRISCHKE, Paulo J. 1987. Uma revolução no cotidiano? São Paulo, Brasiliense.

TEIXEIRA, Joaquina Barata & OLIVEIRA, Edelwiss. A política Social da Albrás destinada às populações ribeirinhas. In In CASTRO, Edna. Industrialização e Grandes projetos: Desorganização e Reorganização do espaço. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995.

TOURINHO, Helena L. Zagury (COORD.) *Repercussões sócio econômicas do complexo Albras-Alunorte em sua área de influência imediata*. Belém: IDESP, 1990. (Relatório de pesquisa)

TOURAINÉ, Alain. Como sair do Liberalismo? Edusc.

TOURAINÉ, Alain. O pós-socialismo;. Porto: Afrontamentos, 1981.

TOURAINÉ, 1994. Crítica da modernidade. Petrópolis, Vozes.

VASCONCELOS, A. M. A. *Transformações sociais e lutas cotidianas no Laranjal em Barcarena*: Relatório Final de Pesquisa. Belém: UNAMA, 1996.

_____. *Espaço social e populações tradicionais na Amazônia*: conflito e resistência; Relatório de Pesquisa. Belém. UNAMA, 1999.

WEFFORT, Francisco C. 1986. *Por que democracia?* Brasiliense.